

Universidade de Caxias do Sul
PPGEdu - Mestrado em Educação

Marione Fruct de Mello

Memórias de Escolarização na
perspectiva da Escola Étnica Paroquial
em Kronenthal/Vale Real - RS
(1933-1965):

Orientadora: Prof^a Dra. Eliana Rêla

Caxias do Sul
2020

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MARIANE FRUET DE MELLO

MEMÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ESCOLA ÉTNICA
PAROQUIAL EM KRONENTHAL/VALE REAL – RS (1933-1965)

CAXIAS DO SUL

2020

MARIANE FRUET DE MELLO

**MEMÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA ESCOLA ÉTNICA
PAROQUIAL EM KRONENTHAL/VALE REAL – RS (1933-1965)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul.

Orientadora Profa.: Dra. Eliana Rela

CAXIAS DO SUL

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M527m Mello, Mariane Fruet de

Memórias de escolarização na perspectiva da escola étnica
paroquial em Kronenthal/Vale Real - RS (1933-1965) / Mariane
Fruet de Mello. – 2020.

171 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul,
Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

Orientação: Eliana Rela.

1. Educação - História. 2. Memória. 3. Antropologia
educacional. I. Rela, Eliana, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37(091)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

***“Memórias de escolarização na perspectiva da Escola Étnica
Paroquial em Kronenthal/Vale Real - RS (1933 - 1965)”.***

Mariane Fruet de Mello

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 27 de março de 2020

Banca Examinadora:

Dra. Eliana Relá (presidente - UCS)

Dra. Eliana Gasparini Xerri (UCS)

Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS)

Participação por videoconferência

Dra. Daniela Campos (IFRS)

Dedico este trabalho ao Matheus, meu
amor e companheiro de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por toda a força e coragem concedidas a mim no decorrer desses dois anos de estudo.

Percorri os caminhos desta pesquisa com a ajuda de muitas pessoas, que estiveram comigo direta ou indiretamente, me encorajando, me apoiando e também respeitando meus momentos de ausência.

Por isso, agradeço aos queridos pais, Ana Fruet de Mello e Noilson Mello, pela preocupação, compreensão e amor incondicional, e por acreditarem, junto comigo, que apenas a Educação liberta.

A minha amada vó Maria, que apesar de nem entender direito o que eu estava vivenciando, sempre mencionou palavras de afeto, me envolvendo no bálsamo de um amor que só pude encontrar nela.

Aos meus amados irmãos, Vinícius e Monique, à minha sobrinha Antonella (amor da minha vida), aos meus cunhados, Mariana e Osmar, por todo carinho e compreensão nas minhas ausências.

Ao Matheus, meu amor, meu companheiro de vida, pela dedicação a mim, por sempre ter acreditado nas minhas capacidades, por incentivar meus estudos, me acompanhar nas batalhas e me mostrar o sentido delas.

À minha querida orientadora Eliana Relá, que me resgatou, e que, quando tudo já não fazia mais sentido, segurou firme a minha mão e com toda sua delicadeza me fez perceber que eu tinha uma força que nem eu mesma acreditava ter. A você, professora Eliana, minha eterna gratidão, por ter me ensinado, me instigado a pensar e me acolhido com um amor maternal. Obrigada por ter acreditado que eu seria capaz trilhar esse árduo caminho que é constituir-se pesquisador.

Aos queridos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, pelos valiosos ensinamentos durante o percurso do Mestrado, em especial, à professora Terciane Luchese, pelas inúmeras vezes que me recebeu com atenção, me acalmou escutando minhas ideias, e me ajudou com preciosidades para o desenvolvimento da dissertação. Muito obrigada, Terci, serei eternamente grata.

Também tenho muito a agradecer ao Curso de Formação de Professores do Campus Farroupilha do IFRS, pois foi por meio dele que tive meu primeiro contato com a Educação como ciência. Ali, foi possível perceber o verdadeiro significado da Educação para o desenvolvimento do ser humano. Minha gratidão a todos os professores do CFP, em especial à professora Daniela de Campos, uma das responsáveis por eu ter me apaixonado pela História da Educação e por hoje estar concluindo essa importante etapa da minha vida: o Mestrado; por isso fico agradecida por ter gentilmente aceitado o convite para compor a banca da minha defesa de dissertação.

Agradeço a professora Eliana Gasparini Xerri, por ter aceitado o convite para a banca de defesa e por todo empenho e dedicação na leitura da dissertação e das valiosas contribuições que trazem riqueza ao trabalho.

A minha gratidão a todas as pessoas que estiveram envolvidas nesta dissertação, e que doaram um pouco de si ao meu trabalho, por meio do seu tempo e dedicação: Madalena Kuhn, Romana Selbach, Dulce Ruschel, João Elberto Colling, Jaqueline Bettiatto, Cristina Assmann, Martin Dreher, Carmem Schmitz, Vera Weissheimer e Darci Weissheimer, muito obrigada!

Deixo o meu agradecimento especial aos protagonistas desta pesquisa, que lhe deram a alma e permitiram o “renascimento” da Escola Paroquial por meio das suas memórias e sentimentos: Aloysio Angst (*in memoriam*), Gilberto Freiberg, Gonzalina Glaeser Weber, Heiny Ströher, José Felix Griebler, José Finckler (*in memoriam*), Lucila Nedel, Maria Amélia Bergmann, Miron Stoffels, Omar Romualdo Glaeser e Silvério Ströher. Minha eterna gratidão por me permitirem contar uma história desconhecida para muitos e de importância ímpar para o presente e o futuro da História da Educação do município de Vale Real-RS.

Aos meus queridos colegas do PPGEdu, em especial a Stéfani, Samanta, Paula, Deise, Maria Nelma e Raquel. Vocês foram na maioria das vezes a luz que estava faltando na minha estrada. Obrigada, vocês estarão para sempre no meu coração e na minha vida.

À querida Gisele Beluzzo, por todo apoio que me deu ao longo da pesquisa, pelos inúmeros “socorros”, inclusive em dias de descanso e a quilômetros de distância. Um exemplo de colega, que sempre demonstrou empatia,

desprendimento e paciência; uma grande parceira de estudos! Obrigada, Gi. Você mora no meu coração.

À querida Franciela, que me possibilitou ver o mundo com um olhar iluminado, transformando os dias cinza em cores. Obrigada pela dedicação e profissionalismo, que me ajudaram a ser a mulher forte que sou hoje.

Não podia deixar de agradecer a umas “pessoinhas” para lá de especiais, meus amados filhos felinos. Ao Ernesto, o primogênito, meu companheiro de longas madrugadas, manhãs e finais de semana, sempre deitado sobre meus livros e anotações, ali comigo me energizando e me dando apoio com o seu ronronar, que muito me acalmou. Com certeza, ele também merece esse diploma, afinal já fez outra dissertação e uma tese antes desta! Ao meu amorzinho, Horácio (*in memoriam*) que me deixou nesta trajetória, um filho especial que escolheu a nossa família para ensinar o amor. Com uma série de limitações físicas e mentais, nos ensinou muito sobre paciência e tolerância, e para sempre estará no meu coração. E agora, aos meus mais recentes filhos, Margarida e Tomilho, dois bebezinhos que são capazes de tirar a minha paz de espírito quando se dependuram no varão da cortina da sala, mas que, ao mesmo tempo, possuem tanto carinho para dar. Todos eles me ensinaram que o mundo pode ser uma maravilhosa descoberta.

Por fim, a todos que participaram e contribuíram para que a pesquisa fosse efetivada, muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, e intitulado “Memórias de Escolarização na perspectiva da Escola Étnica Paroquial em Kronenthal/Vale Real – RS (1933-1965)” possui caráter histórico com enfoque nas práticas de educação da localidade a partir da constituição de sua primeira escola. Responde-se, aqui, então, ao seguinte questionamento: “Como se constituíram os processos de escolarização de Kronenthal/Vale Real – RS por meio da Escola Étnica Paroquial, e como eram as práticas educativas nessa Escola?”. O objetivo geral da investigação é analisar as memórias de escolarização no município, por meio de entrevistas com ex-alunos da instituição pesquisada, estabelecendo relações com o contexto histórico e os distintos grupos sociais que se fixaram no povoado. Para cumprir com o proposto, buscou-se, especificamente: identificar e compreender as relações entre a comunidade e a mobilização dos moradores para a instituição da Escola étnica paroquial no município, bem como estabelecer relações com o contexto histórico daquele período; identificar, compreender e estabelecer possíveis relações entre a institucionalização da Escola Étnica Paroquial de Kronenthal, sua forma de organização, e sua cultura escolar. A investigação de caráter qualitativo utilizou da metodologia da História Oral; a análise foi também aplicada a documentos pessoais, como fotografias, histórico escolar de professor, caderno, certificado e salvo conduto, acessados por meio de acervo pessoal dos entrevistados e de outros colaboradores. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, a partir do diálogo com historiadores como Burke (1992; 2008), Chartier (1990), Le Goff (1990) e Pesavento (2005). Para viabilizar a estrutura teórica, também são utilizados os conceitos de Escola Étnica, propostos por Kreutz (1991), Rambo (1994), Luchese (2010), de memória, a partir de Le Goff (1996), Bosi (2004) e Halbwachs (2006), e de culturas escolares, por Vidal (2005) e Julia (2001). A dissertação está organizada em cinco capítulos, sendo o primeiro de considerações iniciais, que contextualiza o estudo, o segundo de introdução do percurso metodológico da História Oral e análise documental, o terceiro de delimitação do campo educacional e de discussão do processo de imigração até a chegada dos imigrantes na localidade de Kronenthal – no século XIX, o quarto capítulo de apresentação da história da Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real RS, por meio das narrativas das memórias dos entrevistados, e o quinto de considerações finais. Este trabalho pôde reproduzir, com narrativas e documentos, uma história da escolarização da localidade, baseada nas memórias da Escola Paroquial, na análise de suas influências na sociedade e pela Igreja e na reconstrução do papel do professor e das aulas. Como resultados foi possível evidenciar que a pesquisa permitiu acessar visões bem particulares, de acordo com cada narrativa dos entrevistados que, apesar de subjetivas, encontraram correspondência no grupo e puderam, então, dar vida à escola não retratada pelos documentos oficiais e esquecida pela comunidade local. A utilização de fontes meramente oficiais geraria uma discussão mais fria, talvez distante ainda que objetiva, sem riqueza de detalhes gerada por sentimentos e pelas palavras que afinal sempre construíram a história.

Palavras-chave: Memória. Escolarização. Kronenthal-RS. Vale Real-RS.

ABSTRACT

This work, linked to the Graduate Program in Education at the University of Caxias do Sul, and entitled "Memories of Schooling from the perspective of the Parochial Ethnic School in Kronenthal / Vale Real - RS (1933-1965)" has a historical character with a focus on education practices in the locality after the establishment of its first school. Here, then, the following question is answered: "How were the schooling processes of Kronenthal / Vale Real - RS constituted through the Étnica Paroquial School, and what were the educational practices like at that School?". The general objective of the investigation is to analyze the memories of schooling in the municipality, through interviews with former students of the researched institution, establishing relationships with the historical context and the different social groups that settled in the village. In order to comply with the proposal, we specifically sought to: identify and understand the relationships between the community and the mobilization of residents for the institution of the parochial ethnic school in the municipality, as well as establishing relationships with the historical context of that period; identify, understand and establish possible relations between the institutionalization of the Kronenthal Parochial Ethnic School, its form of organization, and its school culture. The qualitative investigation used the Oral History methodology; the analysis was also applied to personal documents, such as photographs, teacher's school transcript, notebook, certificate and safe conduct, accessed through the personal collection of the interviewees and other collaborators. The research is based on the theoretical and methodological assumptions of Cultural History, from the dialogue with historians such as Burke (1992; 2008), Chartier (1990), Le Goff (1990) and Pesavento (2005). To make the theoretical structure viable, the concepts of Ethnic School, proposed by Kreutz (1991), Rambo (1994), Luchese (2010), of memory, from Le Goff (1996), Bosi (2004) and Halbwachs, are also used (2006), and school cultures, by Vidal (2005) and Julia (2001). The dissertation is organized in five chapters, the first of initial considerations, which contextualizes the study, the second of introducing the methodological path of Oral History and documentary analysis, the third of delimiting the educational field and discussing the immigration process until the arrival of immigrants in the locality of Kronenthal - in the 19th century, the fourth chapter of the history of the Parish School of Kronenthal / Vale Real RS, through the narratives of the interviewees' memories, and the fifth of final considerations. This work was able to reproduce, with narratives and documents, a history of schooling in the locality, based on the memories of the Parochial School, on the analysis of its influences in society and by the Church and in the reconstruction of the role of the teacher and the classes. As a result, it was possible to show that the research allowed access to very particular views, according to each narrative of the interviewees who, although subjective, found correspondence in the group and were then able to give life to the school not portrayed by official documents and forgotten by the local community. The use of purely official sources would generate a colder discussion, perhaps distant even if objective, without a wealth of details generated by feelings and words that, after all, always built history.

Keywords: Memory. Schooling. Kronenthal-RS. Vale Real-RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vila de Kronenthal: Vale Real na década de 1930.....	22
Figura 2 - Participantes da pesquisa: retratos	50
Figura 3 - Vale Real: vista aérea	78
Figura 4 - Antiga Escola Paroquial ao lado da Igreja	90
Figura 5 - Pintura da Escola Paroquial.....	91
Figura 6 - Habilitação profissional do professor José Octavio de Gregory	105
Figura 7 - Capa do caderno do professor.....	106
Figura 8 - Plano de ensino de português	107
Figura 9 - Unidade didática em língua alemã	107
Figura 10 - Boletim escolar.....	110
Figura 11 - Salvo-conduto do professor Gregory	111
Figura 12 - Turma do professor José Octavio de Gregory	112
Figura 14 - Texto de José Octavio de Gregory para a revista Srt Paulusblatt: primeira parte	114
Figura 15 - Texto de José Octavio de Gregory para a revista Srt Paulusblatt: segunda parte	115
Figura 16 - Lousa de ardósia.....	125
Figura 17 - Mesa do aluno	127
Figura 18 - Mesa do aluno: parte interna	127
Figura 19 - Livro de instrução religiosa para uso das Escolas Católicas.....	135

LISTA DE SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea
HISTDBR	História Sociedade e Educação no Brasil
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologias
HNC	Nova História Cultural
RBE	Revista Brasileira de Educação
RHE	Revista História da Educação
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
RS	Rio Grande do Sul
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
2 PERCURSO METODOLÓGICO: HISTÓRIA ORAL E ANÁLISE DOCUMENTAL.....	42
3 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E KRONENTHAL/VALE REAL – RS.....	60
3.1 PERCURSO HISTÓRICO: CONHECENDO KRONENTHAL/VALE REAL – RS E SUA PRIMEIRA ESCOLA	67
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS EM KRONENTHAL – RS, ATUAL MUNICÍPIO DE VALE REAL – RS.....	75
3.3 A ESCOLARIZAÇÃO EM KRONENTHAL/VALE REAL-RS	80
4 MEMÓRIAS DA ESCOLARIZAÇÃO EM KRONENTHAL/VALE REAL – RS: CULTURAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA ESCOLA PAROQUIAL (1933 – 1965).....	85
4.1 A ESCOLA PAROQUIAL DE KRONENTHAL/VALE REAL – RS NA VOZ DOS ENTREVISTADOS	86
4.2 A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE POR MEIO DA ESCOLA PAROQUIAL: RELAÇÕES COM A COMUNIDADE, NORMAS, CONDUTAS E AUTORIDADE	94
4.3 O PROFESSOR É A ESCOLA.....	101
4.4 AS AULAS: VESTÍGIOS DE CULTURAS E PRÁTICAS	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICES	153
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	153
APÊNDICE B – ENTREVISTA PILOTO REALIZADA COM O SENHOR JOSÉ FINCKLER	155
APÊNDICE C – PAUTA PARA AS ENTREVISTAS.....	163
ANEXOS.....	165
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	165
ANEXO B – DIÁRIO DO PROFESSOR DE GREGORY	170
ANEXO C – MANUSCRITO SOBRE VALE REAL.....	171

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como primeira narrativa a ser apresentada neste trabalho de pesquisa, acredito caber um pouco da minha trajetória pessoal e acadêmica, contextualizando os motivos que me levaram ao campo da Educação. Sou natural de Júlio de Castilhos - RS, onde também cresci e frequentei a escola durante todos os anos da Educação Básica. Cursei o Ensino Fundamental na Escola Estadual de 1º grau Dr. Júlio Prates de Castilhos, e o Ensino Médio no Instituto Estadual de Educação Vicente Dutra, de onde saí diretamente para a minha primeira experiência de trabalho, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) da mesma cidade, atuando como secretária administrativa para ajudar a custear meus estudos seguintes, na Universidade mais próxima de onde eu vivia, que era a Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ).

No Ensino Superior, optei pela formação em Ciências Contábeis, que na época era a que me despertava maior interesse. Concluí a graduação em 2007 e, no ano seguinte, fiz uma especialização em Auditoria e Perícia, pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Nesse período, e já com vistas a atividades afins à minha formação, comecei a trabalhar na Cooperativa Tritícola de Júlio de Castilhos (COTRIJUC), empresa que, época àquele tempo, empregava aproximadamente dez por cento da população do município. Nessa cooperativa, atuei coordenando o setor de controladoria, o que justificava meus estudos de Pós-Graduação, que me davam suporte para a atividade.

Mais tarde, em 2012, me mudei para o município de Feliz – RS, em função do trabalho do meu esposo. Sem conhecer bem a cidade, e tentando novamente uma colocação no mercado de trabalho, comecei a ministrar cursos de curta duração nas áreas de Recursos humanos, contabilidade, gestão financeira, gestão de pessoas, entre outras, oferecidos por uma parceria entre o SENAC de Farroupilha – RS e a Prefeitura Municipal de Feliz.

Em 2013, também comecei também a trabalhar numa indústria localizada no município de Alto Feliz – RS, com atividades voltadas para a área de recursos humanos. Eram anos difíceis para as indústrias, pois o cenário mundial estava começando a se mostrar instável economicamente, e tudo indicava o início de uma

séria e duradoura crise. Foi então, portanto, que comecei a me preparar também para concursos públicos, seguindo, em paralelo, os cursos do SENAC e as atividades na indústria.

Em junho de 2015, após aprovação e nomeação em concurso público, me desliguei da indústria e passei a atuar como Controladora Interna na Prefeitura Municipal de Vale Real - RS. Nesse período, fiz uma reflexão sobre minha atuação no SENAC, da qual não havia aberto mão, e comecei a sentir a necessidade de me aprimorar em relação às atividades de docência. Busquei, então, cursos direcionados à formação pedagógica, que eram uma novidade no meu currículo de contabilista e auditora, mas cuja importância se fazia cada vez mais sentida.

Vivendo em Feliz e trabalhando em Vale Real-RS, mais ou menos dez quilômetros distante, fiz uma seleção de cursos próximos e que pareciam oferecer um currículo de qualidade, que atendesse às minhas expectativas. No final de 2016, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) abriu, então, no Campus de Farroupilha, um processo seletivo para ingresso no curso de formação de professores, do qual participei, com sucesso. Por meio dessa formação, eu tive contato, pela primeira vez, com a Educação como ciência, vista a partir das disciplinas pedagógicas. Como consequência, comecei a desenvolver um olhar diferenciado e mais sensível para minha atuação junto ao SENAC, e também às minhas atividades como Controladora Interna de Vale Real-RS. Estava satisfeita e entusiasmada com a experiência, e comentei com meu esposo, que já atuava no meio educacional e estava fazendo um doutorado em Educação, sobre o meu desejo de também seguir estudando na área. Por sugestão dele, então, busquei a Universidade de Caxias do Sul, onde meu esposo é formado mestre em Direito, com intercâmbio em algumas disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu).

Prontamente, comecei a pensar sobre uma temática possível de ser pesquisada. Com a minha formação em Ciências Contábeis e atuação como Controladora Interna municipal, e atenta às questões da Educação, percebi, com positiva surpresa, as cobranças dos munícipes de Vale Real-RS à Prefeitura Municipal em relação a investimentos no nível fundamental de ensino. Em uma verificação dos percentuais investidos com Educação, bem como dos retornos

desses investimentos (baixo analfabetismo e escolarização mais alta que a média nacional), percebi que, de fato, havia um emprego de capital bem acima do percentual mínimo obrigatório por lei para o setor. Fica evidente, nesse caso, o quanto pode ser decisivo, para ações políticas positivas voltadas à Educação, uma população interessada nos efeitos da escolarização. Pensar sobre isso foi o que me levou, então, a idealizar o objeto desta pesquisa, que nasce do questionamento sobre como se constitui a representação da escolarização nos municípios de Vale Real-RS. Para poder investigar o problema posto, então, optei por empreender uma análise de depoimentos dos sujeitos da pesquisa em entrevistas.

Uma representação, e me valho de argumentos de Chartier (1994), é uma forma de apresentar o ser social ou o poder político, e pode ser compreendida pelos signos, pelas imagens e pelos ritos produzidos por uma comunidade. As representações são, assim, produções que admitem singularidades diversas, mas constituem maneiras de discernimento coletivo, possibilitando a um grupo classificar, julgar e atuar. São, portanto, uma forma de fazer-se presente, seja de maneira corpórea ou incorpórea, individualmente ou coletivamente, instaurando uma identidade, que se perpetua, permanece, e pode ser estudada. Investigar a representação sobre a escolarização de uma determinada comunidade é, pois, compreender possibilidades de agir e de pensar sobre um dos pilares que a constituem.

Percebendo a relevância disso para um estudo aprofundado, procurei compreender a constituição dessa representação, buscando conhecer os primórdios dessa cultura de escolarização. Na necessidade de um campo empírico e delimitado de pesquisa, identifiquei, então, por meio de leituras em Rambo (1994), uma escola que iniciou suas atividades em 1871, ou seja, muito próximo do povoamento da região que viria a ser o município de Vale Real-RS, e optei por focar suas atividades e os depoimentos referentes a elas entre os anos de 1933 e 1965, que marcam, respectivamente, o ano de início da escolarização do participante mais velho da pesquisa, e o ano de encerramento das atividades da escola.

Na prática, pesquisar sobre a história de uma antiga escola, que já não existe mais, traduz possibilidades de narrativas sobre as ações efetivadas naquele

espaço, bem como de compreender sua cultura, por meio de elementos que inferem identidade a essa instituição, “[...] ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela tenha se transformado no decorrer dos tempos” (GATTI JÚNIOR, 2002, p.20).

A relação entre cultura e práticas escolares insere-se no corpus teórico de pesquisas em História Cultural, cuja perspectiva é chave deste estudo, conduzido no diálogo teórico com autores como Burke (2008), Pesavento (2012) e Chartier (1988). Assim, inicialmente cabe esclarecer o que se entende por cultura conforme conceitos propostos por esses teóricos, com especial atenção ao de Peter Burke (2008), que define cultura como sendo inicialmente ligada às artes e às ciências, vinculando-a posteriormente aos aspectos populares.

Vale dizer, entretanto, que essa ideia tem base anterior. Já na última geração de historiadores da Escola dos Annales¹, a palavra cultura passa a se referir a imagens, ferramentas, práticas de conversas e leituras. Dentre os teóricos que Peter Burke estudou e que trazem conceitos atinentes a cultura, pode-se mencionar o antropólogo Bronislaw Malinowski, que já a havia definido de maneira ampla, em um artigo que deixou um grande marco, publicado na *Encyclopedia of the Social Sciences*, no ano de 1931. Esse texto aborda a cultura nos aspectos relacionados à herança de artefatos, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores.

Roger Chartier (1988) afirma, nesse sentido, que compreendemos a História Cultural como importante motivo para reconhecer a maneira como, em diferentes espaços de tempo e de lugar, uma realidade social é constituída e pensada. As percepções do social, compreensíveis nas representações, não são, então, discursos neutros, pois irão produzir estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a instituir uma autoridade sobre outras.

Dessa forma, é possível uma reflexão sobre a História Cultural também com enfoque nas suas implicações para o campo educacional. Ela configura, pois, um

¹ De acordo com Souza (2011), a nova maneira de conceber a História está associada diretamente ao movimento Annales, de 1920. Apoiando-se em Burke (1992), o autor explica que muitas pessoas vinculam esse movimento a Lucien Febvre e a Marc Bloch, ambos fundadores da revista de mesmo nome. Todavia, não apenas na França, mas em toda a Europa, teóricos e estudiosos ousavam romper com o paradigma da História Tradicional. De fato, na abordagem da “Nova História”, a cultura é aspecto central. Assim, o imaginário, as representações e as práticas são analisados como objetos culturalmente construídos ao longo do tempo.

considerável aporte, ao examinar temas e grupos sociais pouco investigados pelos pesquisadores anteriormente a seu surgimento, embora esses teóricos também tenham contribuído com a História da Educação.

Com efeito, Burke (2008, p. 114) afirma que: “a História Cultural não é monopólio de historiadores. É multidisciplinar, bem como interdisciplinar; em outras palavras, começa em diferentes lugares, diferentes departamentos na universidade, além de ser praticada fora da academia”. Com isso, pode-se inferir que a História Cultural está além do meio acadêmico, tendo liberdade de abranger as mais diversas áreas e podendo inclinar-se nos mais variados pontos de vista.

Essa perspectiva histórica permite investigações, portanto, também mediante vários registros, como o diário de um professor, a reportagem de um jornal ou uma fotografia, conforme se propõe neste estudo. Em particular, acolhe narrativas de sujeitos que viveram e se constituíram na experiência de determinada cultura, como aqui os depoentes que narram suas memórias.

Neste trabalho, são efetivamente as memórias que ajudam a narrar a história dessa escola nesse espaço físico, social e cultural, e então a entender as representações sobre a escolarização, que é meu objetivo primeiro. São os ex-alunos, que participam como fonte histórica da investigação, os responsáveis pelos dados que ajudam a criar as imagens históricas e culturais a que quero chegar. Para abordar a memória, portanto, que é essa peça chave, uma vez que a dissertação é fundamentada por meio da História Oral como metodologia de pesquisa, valho-me de concepções de autores que tratam do tema, como Le Goff (1996), Bosi (2004) e Halbwachs (2006). Assim, a memória coletiva, para Le Goff (1996, p. 423) é compreendida

[...] como propriedade de conservar certas informações, [que] remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas ou que ele representa como passadas.

De fato, a memória não é somente um meio de preservar dados, mas possibilita ao homem a atualização de conhecimentos do passado.

A recordação é uma imagem constituída por instrumentos que estão à disposição das pessoas, por meio do conjunto de representações que permeiam

suas percepções (SOUZA, 2011). Mais do que isso, “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança” (BOSI, 2004, p. 53). Portanto, a memória nunca é a história rememorada, ela nos chega como fragmentos do passado, reinterpretados e significados pelo presente. Para Le Goff (1996), é nessas novas interpretações do passado, nessa observação permanente no presente, que se estabelecem as impressões do vivenciado e os indícios de cada época.

Em relação à memória coletiva, principalmente, que é o que se apresenta nesta investigação, Halbwachs (2006, p. 13) afirma que “[...] somos arrastados em inúmeras direções, como se a lembrança fosse uma baliza que permitisse nos situarmos em meio da variação constante dos contextos sociais e da experiência coletiva histórica. [...]”. A memória coletiva ainda pode ser entendida como sendo a distinção, a interpretação e a difusão de algumas representações do passado, com base na perspectiva de um grupo social específico.

Para Souza (2011), essas representações decorrem das práticas culturais, isto é, são consequência das artimanhas e atitudes para constituir a realidade. As práticas do cotidiano correlatam-se com o que se compreende do mundo social e com os argumentos fornecidos em determinadas circunstâncias, realizadas pelos indivíduos que se estabelecem nesses locais. Para Chartier (1990, p. 17),

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformado ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

As práticas culturais têm a ver com o lugar, submetendo-se às normas desse espaço, estando plausível de serem situadas, estruturadas e impostas (VIDAL, 2005b). Nesta dissertação, então, determino a vinculação entre as intervenções produzidas no âmbito sociocultural com as práticas escolares, entendendo, como Vidal (2006a, p. 158), que as práticas

[...] apresentam modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentido, partilhados social e historicamente. Isto implica

dizer que as práticas não são jamais individuais, a despeito de serem ativadas individualmente por cada sujeito. Mas também significa dizer que elas se exercitam em culturas específicas, o que nos faz interrogar não apenas acerca das relações históricas nas quais se produzem, mas das circunstâncias escolares e educacionais em que foram geradas.

Essas práticas admitem compreender os fazeres que se constituem no interior das escolas, presumindo, desse modo, a presença de saberes específicos que se estabelecem nesses lugares e que os qualificam como um espaço escolar.

Julia (2001, p. 10) entende a cultura escolar como sendo “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desse conhecimento e a incorporação desses comportamentos”. É possível salientar, então, os dois componentes significativos a serem analisados quando se pensa uma escolarização, no cotidiano específico ou na representação coletiva: inicialmente, as práticas que cotejam com o ato de ensinar e, posteriormente, as condutas que se revelam dessa relação.

Entretanto, sendo essencial compreender o contexto dessa história de memórias, criadora de representação, as experiências narradas pelos participantes sugerem um relato primeiro a respeito do local de investigação, numa busca por entender qual é esse espaço onde está inserida a Escola. Os relatos oficiais indicam que as terras da região de Kronenthal², nome usado para denominar a área da atual cidade de Vale Real-RS até 1938, passaram a ser ocupadas pelos imigrantes alemães por volta do ano de 1850. A localidade pertenceu ao município de São Sebastião do Caí-RS até 1959, quando houve a emancipação do município de Feliz, tornando Vale Real-RS o 1º distrito da nova cidade.

Kronenthal, de acordo com alguns munícipes, foi escolhido como topônimo na época da imigração devido à geografia da região. A palavra alemã significa “vale da coroa”, e efetivamente a paisagem da cidade é caracterizada pela formação de três morros que, vistos de cima, sugerem a forma do ornamento na sua representação mais popular. Destaco o depoimento da Sra. Maria Amélia

² Considerando o recorte temporal desta pesquisa, intercalo, ao longo do trabalho, as duas denominações referentes à mesma localidade: Kronenthal, quando me refiro à região desde a ocupação alemã e até aproximadamente o ano de 1938; e Vale Real, quando em relação a pessoas ou eventos após essa data. O nome em português foi cunhado pelos moradores após a proibição aos imigrantes, pelo Estado Novo instituído por Getúlio Vargas, de falar a sua língua de origem. O nome tornou-se oficial, entretanto, apenas após a emancipação do município, no ano de 1992.

Bergmann, participante da pesquisa, que traz uma das narrativas populares da escolha do antigo nome alemão para a região:

[...] estava sete homens sentados na entrada do Canto Krewer, quando morreu uma criança, então lá eles sepultaram, eles fizeram um caixão, racharam tábuas, sete anos a menina tinha e tinha o nome Ketlin, então estes sete homens que estavam lá era para fazer a sepultura da criança, e flores eles não tinham, aí levaram coisas verdes do mato e fizeram uma corozinha, e com um pau fizeram uma cruz, então sentaram e falaram entre si, agora nós temos um nome para este lugar aqui, esta coroa naquela cruz, e este lugar aqui é uma Kronenthal, parece uma coroa, de agora em diante este lugar tem o nome de Kronenthal, este é o nome do fundamento daqui.

Outra hipótese é evidenciada por Masson (1940), e é abordada com detalhes posteriormente neste trabalho.

A localidade de Kronenthal-RS era, à época, um pequeno vilarejo, constituído por uma rua principal, que hoje é o centro do município, e uma segunda estrada, denominada Canto Krewer. Na principal, havia algumas casas comerciais, uma fábrica de banha e cerveja, a igreja, a escola paroquial, o salão de baile, a escola pública, e um hospital anexado à residência do senhor Reiboldo Stoffels. A narrativa do depoente Sr. Miron Stoffels recria aquele cenário:

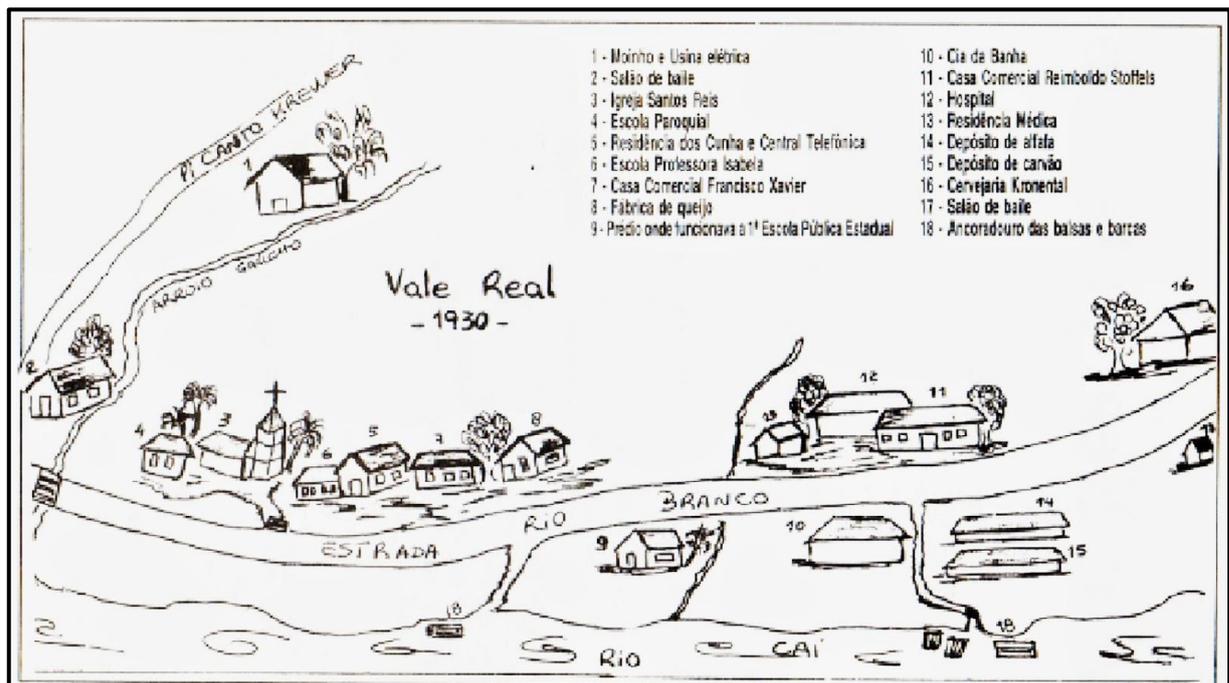
Naquele tempo Vale Real não era nada, tinha a casa do meu pai Reiboldo Stoffels, fazendas e ferragens, comércio em geral, tinha um letreiro grande na frente da casa. Naquele tempo a casa do meu pai era de negócio, ele era um grande negociante de grande comprador de porcos e alfafa, dois grandes produtos. Lá também era a rodoviária, o começo e a saída dos ônibus era ali, até os motoristas dos ônibus dormiam ali na casa, não havia hotel em Vale Real, o único lugar onde havia um paradeiro, assim uma pousada era na casa do pai, então os viajantes que podiam dormir, dormiam ali, era casa comercial, tinha fábrica de queijo, então todo leite recolhido e produzido o queijo. Então a referência em Vale Real, era a casa de Reiboldo Stoffels naquele tempo [...].

As casas de comércio nas comunidades também eram conhecidas como “vendas”, conforme enfatiza Muller (1981, p.73): “A palavra venda é muito comum no interior para significar loja e armazém, que eram palavras desconhecidas nesse sentido”.

Já a outra região, Canto Krewer, estava localizada mais para o interior, nos limites do que é conhecido hoje como o município. Nessa localidade havia uma usina geradora de eletricidade, um moinho e um salão de baile, indicados com os

números um e dois na legenda da Figura 1, veiculada no jornal Fato Novo (2014). O local possuía focos de moradias e, de acordo com alguns depoentes, era caracterizado por acolher as famílias mais pobres economicamente. Assim, Kronenthal-RS mantinha uma autonomia mínima para funcionar plenamente para os padrões de necessidades da época.

Figura 1 – Vila de Kronenthal-RS: Vale Real-RS na década de 1930



Fonte: Jornal Fato Novo (2014)³

A figura acima demonstra que Kronenthal-RS adotava o formato dos demais vilarejos da época, conforme afirma Kreutz (1991, p.58):

O centro desta organização física de uma comunidade rural era a vila, planejada para concentrar a administração, o comércio, as atividades artesanais, e especialmente a escola e igreja (tendo um cemitério anexo) e, mais recentemente, também um salão de festas. Na vila havia uma função muito especial para a “venda”, isto é, a casa comercial. O comerciante era o elo entre o colono e o mundo externo, trazia a correspondência, os jornais e as notícias.

Em relação ao funcionamento e ao papel da escola durante o período proposto para o recorte temporal da dissertação, é importante citar que o Brasil

³ Não foi possível encontrar autoria dessa imagem.

passou por duas grandes reformas no âmbito da Educação. A primeira delas foi a de Francisco de Campos, no ano de 1931. Dentre as mudanças destacam-se a reestrutura do Ensino Superior por meio de Estatuto das Universidades, que também possibilitou maiores perspectivas para a formação de professores; e o fato de o ensino secundário passar a ser composto por sete séries (TOBIAS, 1986). Houve, em seguida, também a reforma de Gustavo Capanema, no ano de 1942, que promoveu a reforma do Ensino Secundário, dividindo-o em dois ciclos: ginásio e científico, com endereçamentos diferentes, mas mantendo o escopo da formação da personalidade do adolescente para a consciência patriótica e humanística. Com a Reforma de Capanema, também foram promulgadas algumas Leis Orgânicas como a do Ensino Industrial (1942), a do Ensino Secundário (1942), a do Ensino Comercial (1943) e a do Ensino Agrícola (1946), importantes para o contexto da Educação brasileira daquele período (TOBIAS, 1986).

Mais tarde, já em 1961, foi publicada a primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no governo de João Goulart. Nela, estão presentes alguns pontos direcionados ao Ensino Médio e Superior, e sua proposta resultou na transformação da mentalidade da educação brasileira, levando à reforma do ensino de 1º e 2º graus em 1971 (Reforma Jarbas Passarinho).

Apesar de essas políticas terem sido muito importantes para a Educação do país, elas não atingiram a escola paroquial pesquisada neste trabalho, uma vez que esta atendia as primeiras séries do então nível primário. As reformas mencionadas anteriormente atingiram outros níveis da Educação. Outras ações públicas, porém, foram importantes entre os dois períodos que permearam o recorte pesquisado na dissertação, dentre elas a política do Estado Novo, que teve início em 1937 e se estende até o final da primeira gestão Vargas:

[...] o governo volta à carga com a implantação de uma política de nacionalização que alcançava pronunciadamente as colônias estrangeiras pertencentes aos países do Eixo, a saber: Itália, Alemanha e Japão. Temia-se o tipo de relação travada entre esses imigrantes e seus países de origem, principalmente por conta de questões relacionadas à Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939. Assim, por determinação do governo, foram implementadas medidas que restringiam a imprensa e o ensino em língua estrangeira, assim como várias associações mantidas pelos imigrantes. O contexto de guerra, aliado a uma proposta nacionalista que se instaurava aos poucos no Brasil sistematizou um conflito com o externo, representado pela figura do imigrante, a fim de legitimar os sentidos de

nacionalização que já eram notados nas práticas políticas e econômicas do governo (SCHUMM, 2012, p.7-8).

Desde muito cedo, os imigrantes alemães tinham preocupação com a instrução de seus filhos; isso é evidente também nas falas dos entrevistados, e indica que a Educação foi prioridade no município desde os seus primórdios. A Escola Paroquial, objeto da pesquisa, foi a que iniciou o processo formal educativo no município, e pesquisá-la é, portanto, fundamental quando a intenção é investigar as representações da escolarização nesse espaço que vive uma relação intensa com a sua história e cultura.

Quando me propus a estudar sobre a primeira escola de Kronenthal-RS, porém, eu ainda não tinha clareza suficiente em relação às suas características, então trabalhei, até a fase de projeto para a qualificação, com o conceito de escola étnica, que em uma primeira análise contextual parecia mais adequado. Mas, após as entrevistas, e para a minha surpresa, todos os meus entrevistados tratavam a instituição como escola paroquial. Assim, busquei a compreensão desse conceito, que foi possível também através da fala dos participantes, que evidenciava a forte relação que a Igreja mantinha com a sociedade local naquele espaço de tempo entre as décadas de 1930 a 1960. Ficou claro, nas entrevistas, que sua influência não abrangia apenas questões de educação formal, mas a organização da comunidade como um todo. A Igreja colocava-se e era percebida como uma instituição estruturante da comunidade, da escola e das relações que permeavam esse contexto. De qualquer modo, a constituição de uma comunidade religiosa estava, de fato, vinculada à instalação de uma escola (KREUTZ, 1991).

Vale dizer, também, que com a mudança da legislação e a política de nacionalização no governo de Getúlio Vargas, quando ocorreu a proibição da língua estrangeira, as escolas étnicas passaram a ser proibidas, o que durou de 1938 a 1941 (KREUTZ; LUCHESE, 2011). O que ocorre neste trabalho, portanto, é que a escola objeto da pesquisa será tratada como escola étnica quando falo do período até 1941. Após esse marco temporal, passo a ser identificá-la como escola paroquial, conforme os entrevistados a mencionam. Finalmente, quando trato da escola em geral, sem vinculá-la a um tempo determinado, uso o termo escola étnica paroquial.

Procurando compreender o conceito de escola paroquial, diálogo com Kreutz (1991, p.58), que explica que “desde os primórdios da colonização, os imigrantes teutos zelavam por uma escola que se tornou característica das suas comunidades rurais, a escola paroquial [...]”. Dessa forma, a escola paroquial tornou-se uma instituição ímpar, com a competência de compensar a inexistência inicial das escolas públicas e de criar um contexto de provisão eficaz e absoluta às necessidades de sua área de influência: “vastas regiões de população rural com grau quase zero de analfabetismo [...]” (KREUTZ, 1991, p.58). Conforme relatos de meus entrevistados, que reiteradas vezes reforçaram a teorização de Kreutz, a escola paroquial era mantida pela comunidade e os professores eram pagos pelos pais dos alunos, não havendo auxílio financeiro do governo.

É válido afirmar, até mesmo, que Kronenthal-RS, enquanto povoação, teve seu início muito vinculado à escola paroquial; é nela que começa a escolarização formal das crianças, que, como já mencionado, era uma das prioridades da comunidade alemã que se instalara naquele espaço. Antes dela, conforme relatos de alguns entrevistados, os primeiros colonos que ingressaram na localidade de Kronenthal-RS, disponibilizaram aos seus descendentes acesso à educação em suas casas, pois ainda não havia a constituição de um espaço específico para ensinar. Esse modelo de educação não institucionalizada visava que os filhos dos colonos aprendessem em casa na língua materna (dialeto falado pelos colonos), e o professor era um membro da comunidade, geralmente aquele considerado mais culto entre os imigrantes. E é exatamente porque surge e opera nesse contexto de imigração e de cultura estrangeira específica que não se pode evitar considerar a escola paroquial também uma escola étnica.

A escola (étnica paroquial) de Kronenthal/Vale Real-RS oferecia aulas ministradas também em língua alemã, e eram ensinadas, aos alunos, noções básicas de leitura e escrita, e cálculos simples:

As escolas étnicas eram ‘aulas’ elementares que ensinavam as noções básicas de escrita, leitura e cálculo. Na maioria dos casos, eram instituídas por iniciativa das próprias comunidades. As que funcionavam na zona urbana, em geral, foram resultado do empreendimento das Sociedades de Mútuo Socorro. (LUCHESE, 2010, p. 229).

As escolas étnicas paroquiais (em língua alemã, *pferreischulle*) eram organizadas e controladas pela influência dos padres. Segundo relatos de munícipes de Vale Real-RS, a predominância católica na região se deu devido à organização social dos próprios colonos, que se dividiram entre a margem esquerda e direita do rio Caí, a primeira reservada aos católicos e a segunda, aos protestantes. Estes se estabeleceram na localidade chamada de Bananal, que atualmente pertence ao município de Feliz. O Sr. José Félix Griebler, quando comenta sobre as escolas que havia em Kronenthal-RS, diz que: “*tinha a escola paroquial, a do município [...] e uma evangélica, que era do outro lado do rio; eles não podiam se misturar com os católicos*”.

Aconteciam casos interessantes, porém, de conversão “forçada” da religião evangélica para a católica, também narrada pelo Sr. José Félix Griebler:

O meu avô Guilherme veio da Alemanha, mas não contava muitas histórias daquele tempo, ele veio solteiro e se casou com minha avó, ele veio como evangélico, mas ele teve que trocar de religião ser católico para conseguir terra em Montenegro, senão não iria conseguir terra, por isso mudou de religião.

A escola étnica paroquial de Kronenthal-RS, posteriormente Vale Real-RS, foi com efeito a única opção de escola no município até o ano de 1898, quando então inauguraram a escola pública municipal, que neste período pertencia a São Sebastião do Caí-RS. A nova escola foi nomeada, pelos próprios munícipes, de Escola da Isabela Petry, pois esse era o nome da sua única professora. Mais tarde, recebeu o nome de Grupo Escolar Bernardo Petry, e atualmente é a única escola estadual de Ensino Médio de Vale Real-RS, com nome de Escola Estadual de Ensino Médio Bernardo Petry.

A escola da Isabela Petry emergiu com a proposta de um ensino laico, que de atendesse os alunos oriundos de famílias da localidade independentemente da religião proferida. Dessa forma, os protestantes também tinham seus filhos frequentando a escola, mas não somente eles optaram pela escola pública, porque o ensino mais voltado às propedêuticas, sem ênfase ao ensino religioso, atraiu também as famílias católicas.

Como salientado anteriormente, a escola étnica paroquial foi instituída em 1871, e a proposta de recorte temporal desta pesquisa abrange os anos de 1933 a 1965, pelos motivos já mencionados, mas também pelo fato da escassez de documentos que permitissem a análise das práticas escolares e dos processos de escolarização mais antigos. Considerando esse recorte, a pesquisa perpassa o período em que não havia formação específica para a docência pelos professores, formados em seminários religiosos católicos ou ainda na Escola Normal Católica em Hamburgo Velho - RS. A abrangência temporal da pesquisa termina com o encerramento das atividades da escola, em 31 de dezembro de 1965. Nas palavras do professor Andrioli (2007, p. 87): “A minha escola particular a cada dia se aproximava do seu fim. O vigário também não dava muito apoio, e em 31.12.1965, foram fechadas as portas da Escola. A comunidade lamentou muito esse desfecho”.

Assim, a problemática que justifica esta investigação é a seguinte: Como se constituíram os processos de escolarização de Kronenthal-RS, posteriormente Vale Real-RS, por meio da escola étnica paroquial, e como eram as práticas educativas nessa escola, no período de 1933 a 1965?

A partir do questionamento, o objetivo geral é registrar e analisar as memórias de escolarização no município de Vale Real-RS, por meio de entrevistas egressos da escola étnica paroquial, estabelecendo relações com o contexto histórico e os distintos grupos sociais que ali se fixaram.

Para cumprir com o objetivo geral, os objetivos específicos são:

- a) Identificar e compreender as relações entre a comunidade e a mobilização dos moradores para a instituição da escola étnica paroquial em Kronenthal-RS (município de Vale Real-RS), bem como estabelecer relações com o contexto histórico daquele período.
- b) Identificar, compreender e estabelecer possíveis relações entre a institucionalização dessa escola étnica paroquial, sua forma de organização e sua cultura escolar.

Esta pesquisa se justifica uma vez que não foram localizados estudos sobre a temática e sobre esse campo empírico no município de Vale Real-RS. Além disso, motiva-me o fato de que faço parte do quadro de servidores municipais do referido município, atuando como controladora interna, responsável, portanto, pela

elaboração e pela instituição de normas internas, bem como atuando em auditorias, visando, dentre tantas outras atribuições, a prevenção de fraudes, a transparência, a eficiência no serviço público e a boa aplicação dos recursos disponíveis. Nesse contexto, é visível que a Secretaria de Educação se destaca entre as demais secretarias do município, também pela valorização e pela cobrança que a sociedade impõe constantemente ao poder público municipal, exigindo aplicação de recursos e qualidade na educação oferecida aos munícipes.

Outra motivação que me fez buscar compreender o processo de escolarização é o fato de poder, de certa forma, escrever uma história que se constrói nessas memórias vividas, significadas e ressignificadas. Ao me propor estudar a constituição dos primeiros tempos da escolarização no município, a busca mais razoável e autêntica é a das fontes orais, em um *corpus* empírico de pesquisa que conta, inclusive, com egressos que estudaram no período de 1933-1965.

Concordo com Nóvoa (2015, p. 17), quando afirma que o pesquisador precisa “[...] encontrar aquilo que o define e que distingue como investigador [...]”. Assim, faz-se necessário voltar o olhar para as práticas de si e a sua relação com o seu entorno, para, posteriormente, definir e prosseguir seu percurso. De qualquer forma, destaco que, assim como tive motivações pessoais, percebo também que este é um estudo bastante relevante à questão social do município, pois é uma história ainda desconhecida para a maioria das pessoas que nasceram e vivem em Vale Real-RS. Ao mesmo tempo, percebia a urgência em pesquisar o tema, tendo em vista a idade mais avançada das pessoas que fizeram parte da pesquisa, cuja ausência comprometeria uma reconstrução similar.

De modo geral, identifiquei que são poucos os estudos sobre a história da educação do município de Vale Real-RS. Tampouco há estudos aprofundados sobre seu princípio, que, para minha surpresa inicial, remonta ao século XIX e aos primeiros movimentos de imigração alemã para a região. Com isso, pude inferir que a possibilidade de investigar o processo de escolarização era um fator potencial na constituição social, política, econômica e cultural do município; desde a chegada dos imigrantes na região, percebe-se, por meio da história, que a educação esteve presente na vida dos imigrantes e de suas famílias (RAMBO, 1994). Esse processo

de escolarização inicial resultou em uma conexão com a sociedade. De acordo com Faria Filho (2004, p. 522),

A ação escolar fez-se sentir além de seus “muros”, irradiando para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais entre outras.

Ainda segundo Faria Filho (2004, p. 522), “[...] o processo e a paulatina produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados”. Nesse sentido, pretendo, com este estudo, analisar aspectos da institucionalização da escolarização no município a partir de uma escola étnica paroquial, suas culturas e formas de organização do ensino no recorte temporal estabelecido.

A partir da escolha da temática da pesquisa, bem como a elaboração dos objetivos, iniciei a procura por trabalhos anteriores ao meu, com o intuito de demonstrar a existência e o conhecimento de um campo teórico e de pesquisas nos quais pudesse me inserir. Assim, compreendendo que a revisão da literatura é uma etapa importante da pesquisa, fiz o mapeamento da produção científica já existente, que teve por objetivo encontrar lacunas a serem preenchidas e situar a própria investigação. Para essa análise, busquei proceder com o levantamento de teses, dissertações e artigos que tratam ou tangenciam a temática proposta na minha dissertação. Como Creswell (2010, p. 51), entendo, assim, que:

A revisão da literatura cumpre vários propósitos. Compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão intimamente relacionados àquele que está sendo realizado. Relaciona um estudo ao diálogo maior e contínuo na literatura, preenchendo lacunas e ampliando estudos.

Ressalto que tal revisão não teve a pretensão de esgotar as produções publicadas sobre a temática, mas sim permitir uma visão panorâmica do campo de estudo e demonstrar a existência de uma seara teórica que embasasse a pesquisa.

A busca de dissertações e teses foi realizada durante o mês de maio de 2018, buscou-se pela temática “memórias de escolarização de escolas étnicas paroquiais” deu-se na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto

Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologias (IBICT)⁴, e contemplou o período de 2008 a 2018, com o objetivo de identificar o que estava sendo pesquisado atualmente. Como descritores para a busca, foram utilizados termos como: “etnia”, “processo de escolarização”, “imigrantes alemães”, “escolas étnicas comunitárias”, “escolas étnicas e escolas paroquiais”.

Os resultados encontrados estão organizados conforme a tabela quantitativa a seguir:

Tabela 1 – Número de teses e dissertações por descritores

Níveis	Descritores					
	Etnia	Processo de escolarização	Imigrantes alemães	Escolas étnicas comunitárias	Escolas étnicas	Escolas paroquiais
Dissertações	43	337	70	4	5	6
Teses	11	145	20	1	2	2
Total de pesquisas	154	482	90	5	7	9

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir da pesquisa, com os descritores considerados isoladamente, percebe-se uma grande quantidade de trabalhos de teses e dissertações com a temática sugerida. Por isso, foi necessário fazer um refinamento nos resultados, procurando um diagnóstico mais criterioso dos estudos encontrados, para, a partir da leitura dos resumos, objetos e metodologias, eleger aqueles que poderiam colaborar para a construção deste trabalho.

Dentre as publicações analisadas, considerando qualitativamente as que mais se aproximam da temática por mim proposta, está a dissertação defendida em 2014, por Adriano Malikoski, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Curso de Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul. O trabalho teve como título: “Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul (1875-1939)”. O autor procurou investigar como foi estruturado o processo de escolarização das escolas étnicas de imigrantes poloneses que se estabeleceram no estado. Explica que utilizou tal recorte temporal para abranger o início da imigração polonesa no Rio Grande de Sul, em 1875, e o início do processo de nacionalização do ensino,

⁴ Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: maio/2018

em 1939. Sua pesquisa investigou o processo de escolarização desses imigrantes; estudar as práticas educacionais, a organização de comunidades e de sociedades escolares; e entender a formação das organizações de ensino étnico. Para a realização da investigação, Malikoski utilizou-se da História Cultural, bem como de autores que investigam processos étnicos e a construção social de comunidades. Quanto à relevância dessa dissertação para minha proposta de pesquisa, destaco a abordagem que o autor realiza no que se refere às escolas étnicas de imigrantes poloneses. Por isso, a pesquisa de Malikoski aproxima-se do tema investigado por mim – os processos de escolarização de Vale Real-RS, município de imigração preponderantemente alemã.

A tese de Terciane Ângela Luchese (2007b), intitulada “O processo escolar entre imigrantes da região colonial italiana do RS - 1875 a 1930”, defendida no ano de 2007 pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, teve como propósito estudar as relações do processo escolar entre imigrantes e descendentes de italianos que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, a partir de 1875, nas colônias Dona Isabel, Conde d’Eu e Caxias. Pesquisou a escolarização a partir de diversos atores e grupos sociais que participaram de tal processo, por meio de três principais modalidades: as escolas étnico-comunitárias, também chamadas escolas italianas, as escolas públicas e as escolas confessionais. Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa, a autora se utilizou de fontes documentais, como relatórios, correspondências, atas, recenseamentos, fotografias, jornais, memória e relatos de imigrantes e seus descendentes. Os resultados demonstraram a importância da escola, da família e da religiosidade para os imigrantes e descendentes de italianos. Concluindo que a maioria da população foi atendida pelas escolas públicas, Luchese explorou a cultura escolar nesse contexto, a qual construiu a base do sistema escolar presente nos municípios estudados. Essa tese dialoga diretamente com minha pesquisa, uma vez que um de seus focos concerne a escolas que tem por características ser de etnia, nesse caso, de imigrantes italianos.

A dissertação denominada “O processo escolar no município de Tunápolis, SC, 1954-1974: escola pública com características de escola comunitária?”, da autora Isabel Spies (2011), defendida pela Universidade de Caxias do Sul, procurou

investigar as relações e contribuições dos poderes públicos, da Igreja e da comunidade na efetivação da escolarização desse núcleo rural. O eixo temático principal é o processo escolar de descendentes de imigrantes alemães instalados em Tunápolis, município localizado no estado de Santa Catarina. A autora se apropriou de conceitos da História Cultural, e, como metodologia para o desenvolvimento da dissertação, analisou fontes documentais, como relatórios anuais, termos de visita de inspetores escolares, fotografias e o diário de um pároco. As fontes orais foram obtidas por meio de doze entrevistas, realizadas com ex-professores e ex-alunos, moradores e lideranças comunitárias que fizeram parte do período escolar de 1954 a 1974. O texto foi organizado em três capítulos, sendo o primeiro sobre o processo migratório no Brasil, a instalação e a organização comunitária em Tunápolis e o início do processo escolar nesse local. Em seguida, a autora trata do processo de escolarização do município pesquisado na perspectiva do modelo de escola comunitária teuto-brasileira, em que traz definições dessa nomenclatura a partir de Rambo (1994). Por fim, Spies discute as culturas e práticas escolares sociais adotadas. Essa investigação apresenta uma aproximação considerável com a perspectiva deste trabalho. Mais especificamente, percebo que há um diálogo entre o trabalho de Spies e minha proposta no que se refere à metodologia adotada.

A dissertação “Diversidade cultural e políticas públicas educacionais: a proposta de Barão/RS: de 1930 a 1960”, defendida por Fernanda Rodrigues Zanatta (2011), no Programa de Pós Graduação em Educação, Curso de Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul, teve por objetivo analisar as iniciativas de estabelecimento e de condução dos processos educativos no município de Barão, no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1930 a 1960. Zanatta (2011) também propõe uma discussão sobre as práticas e políticas educacionais executadas nas escolas étnico-comunitárias. O trabalho procurou valorizar as histórias das comunidades, as unidades de ensino e as culturas regionais. No referencial teórico, a pesquisadora elencou conceitos acerca da História Cultural. A metodologia foi delineada com vistas à análise de documentos, no intuito de compreender as narrativas sobre as práticas culturais e escolares desse tempo remoto. A autora organiza a dissertação em quatro capítulos. No primeiro, aborda questões referentes à cultura de um povo,

à diversidade e à pluralidade cultural. Em seguida, contextualiza o lugar de onde fala, bem como seus aspectos históricos e iniciativas atinentes às práticas escolares dos imigrantes. No terceiro capítulo, aprofunda o estudo, tratando da legislação de nacionalização do ensino. Esse trabalho apresenta aproximação com minha dissertação, porque procura conhecer as práticas e políticas educacionais realizadas nas escolas étnicas. No recorte temporal que me propus a pesquisar, assim como a autora, abordei desde o período anterior ao processo de municipalização em Kronenthal-RS até o encerramento das atividades na escola étnica paroquial.

A dissertação “Educar, catequizar e civilizar a infância: a escola paroquial em uma comunidade do sertão da Bahia (1941-1957)”, de Tânia Mara Pereira Vasconcelos, analisou, com recorte temporal de 1941 a 1957, as concepções e práticas da escola paroquial do povoado de Serrote na Bahia, que contava com apoio da elite local e cujo objetivo principal era catequizar a população. Procurou detalhar o funcionamento e práticas da referida escola, com uma única turma multisseriada, oferecendo ensino primário gratuito para a população oriunda de diferentes classes sociais. As professoras da escola eram todas mulheres, solteiras, e se utilizavam da pedagogia tradicional de castigos aos alunos que não atingissem padrões de aproveitamento e comportamental, assim como de distribuição de “prêmios” aos alunos que se destacavam, com o objetivo de formar um cidadão católico, disciplinado, higienizado e civilizado. Contudo, através da pesquisa, foram encontradas resistências a esses objetivos. Essa dissertação será utilizada para minha pesquisa especialmente no tocante à presença da Igreja Católica na escola e nos objetivos para “formar” o tipo de cidadão que estava de acordo com as normas religiosas. Também aproveitei sua discussão sobre a utilização das práticas pedagógicas tradicionais, de castigos e recompensas, e dos focos de resistência encontrados neste ambiente.

Após a revisão das teses e dissertações, também busquei artigos acadêmicos em periódicos que pudessem auxiliar na minha pesquisa, pois, de acordo Creswell (2010, p. 52):

A revisão da literatura em um artigo periódico é uma forma abreviada daquela encontrada em uma dissertação de mestrado ou tese de

doutorado. Está contida tipicamente em uma sessão chamada “Literatura Relacionada” e segue a introdução a um estudo.

Dessa forma, utilizei-me da base de dados da Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵, que consiste no portal científico de maior amplitude e relevância na conjuntura nacional. Para tanto, introduzi as seguintes palavras-chave: “história da educação” e “educação”. Como resultados para a busca do primeiro descritor, o portal elencou trabalhos nos periódicos Cadernos de História da Educação; RHE – Revista História da Educação; RBHE – Revista Brasileira de História da Educação (publicação oficial da SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação); Revista Educação, Arte e História da Cultura; Revista HISTDBR Online – História, Sociedade e Educação no Brasil. Ao buscar por “educação”, com filtro para área do conhecimento em Ciências Humanas e História, o portal exibiu publicações dos seguintes periódicos: Educação em Questão; Educar em Revista; Germinal: Marxismo e Educação em Debate; e Revista HISTDBR Online – História, Sociedade e Educação no Brasil.

A partir dos resultados encontrados, avaliei o escopo editorial, relacionando cada revista à temática da minha pesquisa e selecionando aquelas que se mostraram mais pertinentes. Estabelecido o recorte temporal, de 2008 a 2018, optei por utilizar nos descritores as seguintes palavras-chave: “Imigração século XIX”, “educação”, “escolarização” e “etnia”. Essa averiguação permitiu-me encontrar seis artigos na Revista Brasileira de História da Educação (RHBE), cinco artigos na Revista Brasileira de Educação (RBE) e sete artigos na Revista História da Educação.

Para a seleção dos estudos mais relevantes, em relação aos artigos publicados na Revista Brasileira de História da Educação (RHBE), analisei um texto de 2017, com autoria de Adriano Malikoski e Terciane Luchese, vinculado à pesquisa de Pós-Graduação de mesmo tema já mencionada, e intitulado “O processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875 – 1939)”. O artigo teve por finalidade apresentar a estruturação do processo de escolarização da imigração polonesa no Rio Grande do Sul, entre 1875 e 1939,

⁵ Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: maio/2018.

concluindo que, na época, foram priorizados o ensino elementar e a manutenção de especificidades étnicas, como língua, religiosidade e valores culturais poloneses. (MALIKOSKI; LUCHESE 2017). Para esse artigo, os pesquisadores analisaram documentos, como atas e relatórios escolares.

Observo a relevância deste estudo para a minha pesquisa, uma vez que, nele, a cultura étnica é considerada como um elemento significativo na formação dos processos comunitários da imigração polonesa, possibilitando a organização dos seus núcleos coloniais. De acordo com os autores:

A cultura étnica foi importante na estruturação de comunidades e sociedades. Foi uma forma de produção de identidades, de um processo dinâmico por meio do qual os indivíduos preservaram valores e peculiaridades, a exemplo da língua e da religiosidade (MALIKOSKI; LUCHESE, 2017, p.115).

Destaco também, nesse mesmo estudo, a menção à presença e à organização de sociedades, que tiveram importante colaboração na constituição do sistema de ensino nas colônias de imigrantes poloneses. Naquele contexto, a sociedade assumiu uma posição de fomentadora do processo de escolarização, promovendo valores da etnia através do ensino da língua, bem como da cultura trazida pelos imigrantes poloneses para o Brasil.

Outro estudo importante de mencionar, da mesma revista, publicado em 2012, intitula-se “Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas no município de Novo Hamburgo – RS” e é uma pesquisa de Alessandra Kerber, Claudia Schemes e Cleber Cristiano Prodanov. Os autores se propuseram a investigar como funcionavam as práticas educativas em escolas étnicas alemãs no período de 1930 a 1945, a partir de memórias de pessoas que tiveram a oportunidade de frequentar essas aulas. Eles afirmam que “[...] a maior parte das escolas dessa região, naquela época, eram comunitárias e étnicas alemãs, sendo que a região foi marcada pelo processo de imigração desencadeado no Brasil no século XIX” (KERBER; SCHEMES; PRODANOV, 2012, p. 1). Como explica Rambo (1994), em meados e final do século XIX, o Brasil recebia imigrantes alemães preocupados com a educação de seus filhos; portanto, para os recém-chegados, a instrução era um fator primordial e vinha, inclusive, antes da religiosidade.

O Brasil, ao mesmo tempo, esforça-se em um processo de reconstituição da identidade nacional (KERBER; SCHEMES; PRODANOV, 2012). Os autores ainda concluem que foi possível observar a pluralidade de experiências práticas feitas no ambiente escolar pela campanha de nacionalização. Também salientam que, dentre essa diversidade de experiências, a partir das memórias estabelecidas acerca da nacionalização do município de Novo Hamburgo, destacam-se algumas particularidades, que podem ser observadas em relação à proibição da fala em língua alemã. Tal prática – que consistiu no elemento mais violento narrado pelos entrevistados – perpassou todo o primeiro governo da era Vargas.

Gostaria de comentar, também, o estudo publicado na RHBE que tem como título “Grupos étnicos, pluralidade cultural e políticas públicas na história da educação, no Rio Grande do Sul”, de 2011, por Lúcio Kreutz e Terciane Ângela Luchese. O artigo procurou responder ao seguinte questionamento: que conceitos facultam pesquisar a interação de culturas na história da educação? Os autores utilizaram-se, então, de pesquisas anteriores que versavam sobre o processo escolar entre grupos étnicos. Esse estudo teórico inter-relaciona conceitos que possibilitam refletir acerca do diálogo entre culturas, utilizando como parâmetro os grupos étnicos do Rio Grande do Sul, com destaque para os imigrantes e o processo escolar étnico.

Na primeira parte do artigo, Kreutz e Luchese (2011, p. 183) afirmam que, devido às condições contemporâneas e às mudanças socioculturais trazidas por nossos antepassados, nós somos todos migrantes: “[...] independentemente de deixar ou não o contexto nativo, somos migrantes”. Os autores também procuram abordar a identidade étnica, partindo do pressuposto de que “a identidade não deve ser entendida como algo constituído, naturalizado”, mas pode ser percebida como um processo gradual, que se constrói por meio da história e de fatores biológicos.

Por meio desse trabalho, percebe-se, mais uma vez, a importância da escolarização para os imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul, tendo em vista a quantidade de escolas abertas entre os anos de 1930 e 1940: de um montante de duas mil e quinhentas escolas no Brasil, mil e trezentas eram daqui. Em suma, esse estudo aborda aspectos atinentes à escolarização imigrante, bem como à identidade étnica e à etnia.

No contexto dos artigos publicados na Revista Brasileira de História da Educação, foi possível encontrar ainda o estudo de Martin Dreher, de 2013, com o título “Uma escola luterana nas décadas de 1920 e 1930 no Rio Grande do Sul”. Esse estudo delinea o contexto religioso do período, em que os indivíduos estavam divididos entre católicos romanos e evangélicos luteranos. É interessante que, nesse âmbito, a instrução, para os luteranos, contemplava a formação primária e secundária – e o trabalho tem, então, como propósito, abordar a reestruturação do currículo da Escola Alemã de Montenegro, bem como identificar uma provável reorganização quanto aos métodos de ensino praticados nas escolas comunitárias coloniais.

De acordo com Dreher (2013, p. 253), “o ensino era bilíngue; a alfabetização se iniciava com a língua materna alemã e, posteriormente, sob a perspectiva do Estado Novo, as escolas comunitárias das colônias alemãs pretendiam ‘desnacionalizar’ as crianças”. Ou seja, as crianças passavam a aprender a ler e a escrever também em língua portuguesa, que se tornou posteriormente o principal idioma. Conforme evidencia o autor em suas considerações finais, havia uma grande riqueza cultural nessas escolas, pois elas habilitavam os alunos tanto para a comunicação ampla, quanto para um futuro profissional mais promissor, visto que os indivíduos formados passavam a ter mais possibilidades de trabalho.

Como penúltimo trabalho selecionado da revista, há a pesquisa de Terciane Luchese (2007b), intitulada “O processo escolar entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul”. Nesse texto, a autora tem como objetivo fazer questionamentos acerca da importância escolar, bem como de iniciativas de escolarização, no contexto das aulas de etnia italiana na Serra Gaúcha. Luchese indica que os imigrantes que se estabeleceram nessa área são provenientes, na maior parte, de regiões do norte da Itália, local em que havia grande preocupação com políticas públicas relativas ao processo de escolarização. A autora ainda traz dados percentuais para o estudo, que foca nas escolas étnicas comunitárias e na diferença entre estas e as escolas confessionais e públicas.

A referida autora menciona, também, que ainda há poucos estudos mais aprofundados sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul. Em contrapartida, existem estudos acadêmicos significativos com essa temática voltados à

escolarização de imigrantes italianos estabelecidos em São Paulo e no Paraná, por exemplo, e que foram importantes para o estudo realizado por Luchese.

Por fim, o artigo intitulado “Periódicos na literatura educacional dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul (1900-1939)”, publicado em 2007 por Lúcio Kreutz, estuda alguns periódicos que apresentam iniciativas atinentes ao processo escolar étnico de imigrantes alemães. Para embasar essa pesquisa, Kreutz tomou como base conceitos da História Cultural. O pesquisador menciona as estruturas que serviram de apoio para o processo de escolarização dos imigrantes alemães; elas estavam presentes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Dentre os jornais pesquisados, encontram-se: o *Deutsche Zeitung*, o *Deutsche Post* e o *Deutsches Volksblatt*. Entre as revistas, estão o *Skt Paulusblatt* e o *Mitteilungen des Vorstandes des Riograndenser Synode*. Entre os almanaques, encontram-se o *Familienfreundkalender*, o *Koseritz Deutscher Volkskalender für Brasilien* e o *Kalender für die deutschen in Brasileien*. Ainda, nessa época, foi editado o periódico *Das Schulbuch* (ou livro escolar), não tão conhecido no meio educacional, mas que foi publicado por imigrantes alemães no intuito de servir como material didático para as escolas étnicas.

Kreutz (2007) explica que os imigrantes alemães eram conscientes das necessidades de escolas para seus filhos. Assim, como não havia escolas públicas, eles mesmos se encarregavam de abrir as escolas étnicas de caráter comunitário, mesmo que em condições bem rudimentares. Desse modo, não deixavam de prover instrução às crianças. Por meio de sua pesquisa, Kreutz (2007) identifica que o Rio Grande do Sul foi o estado que teve a maior quantidade de escolas étnicas até o ano de 1938.

Na Revista História da Educação (RHE), foram também encontrados dois artigos, sendo um deles intitulado “Escolas étnicas Polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939)”, dos autores Adriano Malikoski e Lucio Kreutz, publicado em 2017. Esse estudo teve como propósito expor os resultados de uma pesquisa sobre as escolas étnicas polonesas, estruturadas no Estado do Rio Grande do Sul entre o período de 1875 e 1939. Na composição do referencial teórico, os autores abordam conceitos da História Cultural. Quanto à metodologia, explicam que o recorte

temporal vai do ano da vinda dos primeiros imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, 1875, ao ano de início da nacionalização do ensino, em 1938. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas com ex-alunos, utilizando-se também fontes documentais de acervos históricos. Malikoski e Kreutz (2017) tratam, num primeiro momento, da herança trazida junto com os imigrantes poloneses; em seguida, abordam a formação de iniciativas escolares entre imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul. De acordo com os autores,

A cultura étnica foi uma forma de condução da produção de instituições escolares da imigração polonesa e seu processo dinâmico conduziu os indivíduos à preservação de simbologias, valores e conhecimentos que atuaram nas transformações dos espaços sociais. As representações e significados culturais étnicos, formada pelo conjunto desses valores, compreendendo desde a maneira de pensar até seus atributos culturais, dentre eles, a língua e suas instituições, as quais figuram dentre as representações simbólicas, congregaram os indivíduos no seu pertencimento étnico (MALIKOSKI; KREUTZ, 2017, p. 327).

Malikoski e Kreutz encerram o artigo explicando que as escolas étnicas polonesas tiveram um papel importante na ação educadora dos filhos de imigrantes e descendentes, apesar de ter sido uma modalidade de escola bastante rudimentar, com recursos escassos. Tratava-se, porém, do único sistema possível de as famílias organizarem para a escolarização dos filhos. Com o fechamento das escolas étnicas, em função da campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo, foram gerados muitos conflitos. (MALIKOSKI; KREUTZ, 2017). Percebo uma aproximação desse artigo com a temática que estou propondo na pesquisa, devido à abordagem de escolas étnicas e contexto de imigração, mas ressalto que os autores investigam um campo maior de escolas, por tratarem do Rio Grande do Sul como um todo. Já o meu campo de investigação fica limitado a um pequeno município.

O segundo artigo selecionado da RHE, “Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares”, é dos autores Terciane Ângela Luchese e Lúcio Kreutz, e tem como propósito reestabelecer uma breve abordagem em torno da história das escolas de etnia italiana na Região Colonial Italiana no Rio Grande do Sul, além de analisar essa iniciativa de organização escolar. Para que esse trabalho fosse efetivado, os

autores se dedicaram a estudar os olhares de cônsules e agentes consulares acerca de tais instituições. Utilizaram-se de fontes historiográficas variadas, mas principalmente de relatórios consulares. O texto se organiza de maneira a abordar as escolas étnico-comunitárias italianas e suas características. Assim, as contribuições de Kreutz (2001, 2005) são cruciais ao trabalho dos autores. Além de discutirem acerca das escolas étnico-comunitárias da Região Colonial Italiana pelo olhar dos cônsules, Luchese e Kreutz tratam do fechamento dessas instituições comunitárias. É possível estabelecer uma considerável aproximação entre esse trabalho e minha dissertação, uma vez que pretendo verificar conexões entre os contextos social e cultural, que atravessam o enredo da história de uma escola de etnia alemã em Kronenthal/Vale Real-RS.

Chego, então, ao final do apanhado das principais teses e dissertações e dos artigos que se relacionam com a minha temática e demonstram a existência de um campo de pesquisas no qual esta dissertação se insere. Saliento que as pesquisas anteriormente analisadas foram utilizadas por mim de modo que pudessem dar sustentação a este trabalho, que se aproxima delas, mas também se diferencia em partes bastante específicas.

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, fundamentada na História Cultural, uma vez que possibilita a produção de documentos a partir da memória, também com o emprego de documentos escritos e da metodologia da História Oral, no que concerne às narrativas dos sujeitos imbricados no processo.

Para conceituar a História Oral, de que ainda não comentei em termos de fundamentação, a pesquisa tem como norteadores os trabalhos de Alberti (2005) Grazziotin e Almeida (2012), Errante (2000). Com os egressos da escola étnica paroquial, as memórias foram registradas por meio de documentos constituídos a partir das narrativas destes indivíduos, bem como por registros escritos diversos que foram compilados e posteriormente analisados.

Esta pesquisa prevê a utilização da análise de documentos efetivados a partir das entrevistas realizadas, bem como outros documentos alcançados pelos entrevistados e/ou familiares, e ainda por colaboradores. Compõem estes documentos um manuscrito sobre a história do município, diário de professor,

imagens fotográficas, entre outros. Para fundamentar a análise desses documentos, me valho dos conceitos de autores que orientam o processo de análise documental, tais como Cellard (2008), Luchese (2014b), Le Goff (1990) e Magalhães (2007). Saliento que me detive em conceituar a escolha metodológica num capítulo próprio que descreve todo o percurso metodológico realizado na pesquisa.

Esta dissertação sistematiza-se em cinco capítulos, sendo que, neste primeiro, de **considerações iniciais**, é apresentado o objeto de estudo, o contexto histórico, espacial e temporal do objeto, o delineamento da perspectiva teórica, bem como a escolha da metodologia para esta pesquisa. No segundo capítulo, denominado **Percursos metodológicos**, trago a narrativa de todo o processo de busca por fontes realizado durante a pesquisa, também abordo conceitos da História Oral e análise documental, apresento os entrevistados por meio de imagem fotográfica e com um texto contextualizando suas relações com a escola étnica paroquial.

No terceiro capítulo, **Breve contexto Histórico e Educacional do Brasil, Rio Grande do Sul e Kronenthal/Vale Real – RS**, descrevo brevemente o contexto da História da Educação no Brasil e no Rio Grande do Sul, afinando para o contexto histórico e educacional do município estudado, trazendo informações a respeito do processo imigratório dos seus colonizadores. Saliento que esse capítulo não tem a pretensão de esgotar o assunto no que se refere a História da Educação no âmbito macro, ou seja, do país ou estado inteiros, mas sim de contextualizar e situar no tempo e espaço o objeto do estudo.

No quarto capítulo, intitulado **Memórias da escolarização em Kronenthal/Vale Real – RS: culturas e práticas educativas da Escola Paroquial (1933-1965)**, apresento a Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS na voz dos entrevistados; falo sobre a influência da Igreja Católica na sociedade por meio da escola paroquial e suas relações com a comunidade, normas, condutas e autoridade; comento o papel do professor da escola; e a dinâmica das aulas, consideradas vestígios de culturas e práticas.

Finalmente, com o capítulo das Considerações finais, exponho os resultados da presente pesquisa, retomando brevemente os capítulos abordados na pesquisa, e indicando possíveis futuros estudos no campo da História da Educação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: HISTÓRIA ORAL E ANÁLISE DOCUMENTAL

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, fundamentada na perspectiva da História Cultural e inserida no âmbito da História da Educação. Enquanto metodologia, utiliza-se da História Oral, por meio de narrativas em entrevistas, e da análise documental, a partir de escritos encontrados no âmbito do recorte temporal proposto. As entrevistas foram elaboradas para responder aos objetivos de pesquisa, com questionamentos que remetem à sua temática, e aplicadas a egressos da escola étnica paroquial estudada; e os documentos que poderiam embasar a análise foram buscados tão logo fora definido o objeto de análise.

Dessa forma, em abril de 2018, comecei uma pesquisa no museu e na Secretaria de Educação do município de Vale Real-RS, buscando encontrar escritos, imagens, e demais fontes que me levassem a algum indício sobre a história da escola. Para minha surpresa, não encontrei, em nenhum dos dois lugares, qualquer registro documental da escola ou de professores que atuaram nela. Fui informada, porém, de que eu poderia ter acesso às informações de que necessitava por meio de Madalena Kuhn, uma professora que havia trabalhado em Vale Real-RS e que atualmente estaria residindo no município de Picada Café – RS. Além de memórias da cidade, Madalena havia consigo um manuscrito da história de Vale Real-RS, escrito por ela em 2010, quando ainda trabalhava no município. Encontramo-nos em maio de 2018, e conversamos sobre a produção desse documento, que ela gentilmente me emprestou para coleta de informações sobre a escola paroquial, sobre a imigração e os imigrantes, e sobre a História de Kronenthal/Vale Real-RS. Madalena também me emprestou o diário de um dos professores que lecionou na escola, José Octavio de Gregory – e me passou nomes de senhores que possivelmente teriam estudado na instituição e que poderiam fazer parte dos entrevistados da pesquisa.

Seguindo nas buscas, como Kronenthal-RS pertenceu ao município de São Sebastião do Caí-RS, pensei que lá eu pudesse encontrar alguma documentação da localidade que remontasse ao período estabelecido para a minha pesquisa. Na prefeitura do município, fui informada de que todos os documentos que pertenciam aos territórios que faziam parte de São Sebastião do Caí-RS haviam sido

encaminhados para os municípios conforme foram ocorrendo suas emancipações. Assim, tão logo obtive essa informação, me desloquei até o município de Feliz – RS, ao qual Vale Real-RS passou a pertencer uma vez que Feliz foi emancipado.

Na Prefeitura Municipal, conversei com a Secretária de Educação e Cultura e fui informada de que os documentos que a prefeitura de São Sebastião do Caí-RS havia remetido poderiam, da mesma forma, ter sido enviados aos territórios que formaram municípios ao se emanciparem de Feliz. Ainda na Secretaria de Educação, fui orientada a procurar duas historiadoras, professoras aposentadas que estudaram a região de Feliz e Alto Feliz, as senhoras Romana Selbach e Dulce Maria Ruschel. No mesmo dia, fiz um primeiro contato com as duas professoras, que me indicaram outras fontes ainda para pesquisa e entrevistas. A senhora Romana sugeriu que eu conversasse com o senhor José Finckler, que viveu na localidade durante o período pesquisado, e que poderia contribuir com a investigação. José Finckler é filho de um dos professores da escola paroquial, e posteriormente se tornou meu primeiro entrevistado. Já a senhora Dulce tinha algumas fontes documentais, como livros, revistas e fotografias, que, de maneira geral, voltavam-se ao contexto do município de Alto Feliz. Assim, na primeira visita realizada em sua residência, tive acesso a algumas edições da revista Skt Paulusblatt das décadas de 70, 80 e 90 do século XX. A revista Skt Paulusblatt ou Revista de São Paulo era escrita na língua alemã com periodicidade mensal e, de acordo com Klauck,

surge associada à Sociedade União Popular para Alemães Católicos no Rio Grande do Sul, em 1912. E, em específico ao tratamento dado pelo periódico, na condução dos leitores à compreensão política da igreja [...] Os conteúdos do periódico não apresentam tonalidade político-partidária explícita, mas, cabe ressaltar que a veiculação das bandeiras do catolicismo social e a defesa dos direitos e deveres dos católicos expressam exemplo de vinculação de posicionamentos concretos do campo religioso, objetivando atuar junto ao campo político (2012, p.166).

Fiz uma pesquisa criteriosa nas edições que estavam em minha posse e, com auxílio de uma escola de línguas de Feliz, pude entender textos elaborados pelo professor José Otávio de Gregory, que escrevia para a revista. Os textos tinham caráter histórico e informativo e eram relativamente curtos, mas traziam dados significativos sobre o contexto social, as pessoas e os fatos que ocorreram

quando Kronenthal-RS iniciava seu desenvolvimento enquanto povoado, passando a vilarejo e, mais tarde, a município de Vale Real-RS.

Com a preocupação de não ter ainda alcançado documentos oficiais para a pesquisa, e inicialmente com dificuldade de compreender que as fontes advindas das entrevistas constituíam fontes documentais para a História, procurei as professoras Eliana Relá e Terciane Luchese, para entender melhor de que maneira a História Oral poderia ser trabalhada, e como seria possível realizar as entrevistas e criar esses documentos. Foram muitos os momentos em que busquei a ajuda e o conhecimento das professoras, amenizando minhas angústias com o tempo. Em uma das oportunidades de conversa com a professora Eliana, foi-me sugerido um contato com a senhora Carmem Schmitz, também professora da Universidade de Caxias do Sul e moradora de Bom Princípio – RS, que poderia me auxiliar com informações úteis para o estudo da escola paroquial, ou até mesmo com a sugestão de algum entrevistado. Assim, dirigi-me até a professora Carmem, que efetivamente soube indicar pessoas com quem posteriormente fui conversando e pelas quais conheci melhor o contexto da região.

A caminhada em busca de documentos oficiais era, de qualquer modo, ainda uma preocupação constante, e por vezes tornava-se árdua, e eu temia que se a pesquisa não tivesse o amparo de documentos históricos tradicionais, ela não seria viável, pelo menos nos termos em que eu pensava desenvolvê-la. Assim, em uma visita ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e também à Cúria Metropolitana de Porto Alegre, tentei mais uma vez encontrar fontes históricas. Dessa vez, convidei a senhora Dulce para me acompanhar, que prontamente se disponibilizou a ajudar. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontramos, enfim, documentos relacionados à educação pública dos municípios de Feliz e de Vale Real-RS, mas ainda não tínhamos localizado documentos que reportassem à escola paroquial ou à Igreja de Kronenthal-RS. Na Cúria Metropolitana, pesquisei registros de cartas enviadas pelo Bispo à Arquidiocese de São Sebastião do Caí-RS; em um dos registros pesquisados, foi identificada a preocupação do Bispo em relação às escolas para protestantes, tendo em vista que a Igreja Católica tencionava manter-se forte nos ensinamentos da catequese, e preponderante.

Também procurei documentos nas Cúrias de Montenegro – RS, Caxias do Sul – RS e Novo Hamburgo – RS, onde encontrei diversos materiais importantes para a história da região, mas, mais uma vez, nenhum que especificamente, fundamentasse a minha pesquisa naquele momento.

Nesse mesmo período, já em meados do mês de maio, visitei a casa paroquial da Igreja Santos Reis de Vale Real-RS, e conversei com o padre Luciano, que me permitiu acessar o livro tombo da Igreja. Dele, consegui extrair algumas informações importantes em relação à escola, como, por exemplo, a forma como os pais mantinham a instituição, informações gerais sobre acontecimentos que envolviam os alunos e o professor, e registros do fechamento da escola do ano de 1965. Na oportunidade, o padre Luciano comentou que eu poderia conversar com o senhor Gilberto Freiburger, um munícipe idoso de Vale Real-RS, que conhece muito da história do município. Acolhi a sugestão e procurei por Gilberto, que me esclareceu algumas dúvidas sobre a história do vilarejo e do município. Na conversa, constatei também que ele poderia ser um de meus entrevistados, tendo em vista que estudou a catequese na escola paroquial.

Por indicação e sugestão do senhor Gilberto Freiburger, visitei a senhora Beatriz, filha do ex-professor José Otávio de Gregory, que me contou um pouco sobre a trajetória de seu pai na escola, e também na comunidade valerealense. Beatriz emprestou-me alguns documentos que pertenciam ao professor José Otávio de Gregory, dentre eles uma carteirinha profissional, um boletim do período em que estudou na Escola Normal Hamburgo Novo, e também um salvo conduto utilizado pelo pai para se descolar de Vale Real-RS para Porto Alegre – RS. Mostrou-me, ainda alguns objetos pessoais de José Otávio, dentre eles uma lupa, sua escrivaninha, roupas, e uma gravata que ele utilizava para dar aulas e participar das atividades da Igreja.

Por fim, buscando ainda outras pessoas que pudessem compor o quadro de entrevistados, visitei a Secretaria de Saúde de Vale Real-RS, e conversei com algumas servidoras, que puderam me ajudar com um levantamento dos idosos, em uma primeira triagem de indivíduos.

Todas essas buscas renderam valiosas informações, e apesar de conseguir poucos documentos oficiais escritos, pude conhecer muitas pessoas e saber mais

sobre o espaço e o contexto da minha pesquisa. A metodologia desta dissertação foi desenvolvida, então, de modo a valorizar esses indivíduos e suas experiências enquanto alunos da escola paroquial em Kronenthal-RS e Vale Real-RS, dando protagonismo a suas falas. Por isso, adotei a abordagem qualitativa em Educação, com uma rede de entrevistados e com destaque aos documentos produzidos por meio dessas entrevistas.

A escrita da análise, portanto, deu ênfase a esses egressos e às suas memórias e reflexões sobre experiências vividas na e em função da Escola Paroquial de Kronenthal-RS. Para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos no âmbito da História Oral, esta dissertação apoia-se nas reflexões de Alberti (2005), entre outros autores que abordam o assunto.

De acordo com Alberti,

[...] a História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participam de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (2005, p.155).

Dentre as outras novas (e complementares) abordagens do desenvolvimento da História como ciência, também a História Cultural foi sendo reconhecida e incorporada à pesquisa. Foi sua perspectiva tornou possível que a História Oral não apenas fosse admitida, mas também ganhasse importância nas pesquisas mais atuais, tornando-se uma valiosa ferramenta para a historiografia.

A História Oral vem se afirmando com a potencialidade documental das narrativas, valendo-se do papel chave que as memórias humanas têm para a história. Ela vale-se dessas contribuições da memória, que se revelam em narrativas-documento a serem exploradas, apreciadas e formalizadas. O pesquisador que se dispõe a se utilizar da História Oral como metodologia deve ter, como compromissos fundamentais, pois, a escuta sensível e a consideração do outro e de sua narrativa. O entrevistado exterioriza sua vida, seus conhecimentos e sua experiência; trabalhar com narrativas orais é, então, uma tarefa que presume imersão, entendimento do contexto de inserção de cada pessoa, além da empatia

no ato de escutar, examinar e constituir dos dados (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 36-37).

Ao fazer uso da História Oral como metodologia, utilizei o instrumento da entrevista, com uso de um gravador de voz. Essa decisão foi fundamentada nas ideias de Antoniette Errante (2000, p.149), pois, assim como a autora, também tive o cuidado que a

[...] minha voz fosse minimamente ouvida durante o evento da história oral, e minha abordagem era fazer as mínimas perguntas possíveis que solicitassem a informação que eu estava procurando. Eu estava interessada em como os narradores organizavam suas experiências e, por isso, eu lhes permitia falar tanto quanto quisessem sobre algo que eles queriam lembrar, mesmo quando isso não parecia particularmente relevante para o meu estudo.

É de fundamental importância estar consciente de que durante as entrevistas poderão ocorrer imprevisibilidades, o que exige disposição e competência para escutar o entrevistado. Eventualmente, por exemplo, no caso desta pesquisa, quando a resposta não condizia com a pergunta, após o respondente encerrar a sua fala, eu fazia um novo questionamento em outras palavras tentando deixar mais claro para o entrevistado o intuito da pergunta. Além disso, é preciso considerar que a memória é seletiva, uma vez que são variados os entrevistados e que, possivelmente, durante a entrevista, eles irão responder aquilo que imaginam que precisam responder a quem os está entrevistando.

Previendo esses casos, porém, já havia decidido realizar as entrevistas semiestruturadas, que seguem um roteiro pré-definido, com perguntas abertas que possibilitassem ao entrevistado narrar com riqueza de detalhes as suas memórias, trazendo à tona impressões e lembranças, ou seja, expressando a sua subjetividade em relação à pergunta proposta. Para Manzini (2012), então, o pesquisador precisa, em uma entrevista semiestruturada, ter atenção em algumas situações durante a realização das perguntas, para poder ajustar o roteiro dos questionamentos, caso emergjam novas perguntas ou caso perguntas previstas precisem ser reformuladas.

Segundo Toutier-Bonazzi (2005), é importante, ainda, que o pesquisador possa realizar um contato prévio com os indivíduos que serão entrevistados, com a finalidade de fazer uma aproximação e romper algum obstáculo comunicativo,

visando estabelecer confiança entre pesquisador e entrevistado e permitindo que as narrativas aconteçam com a maior naturalidade possível. No caso deste trabalho, em razão de que todos são idosos, para a realização das entrevistas considerei importante agendar, quando possível, uma visita prévia aos participantes, para me apresentar e explicar minha pesquisa e seus objetivos, bem como para questioná-los sobre a disponibilidade em participar da pesquisa. A visita só não foi possível com dois deles, que residiam em outro município. Nelas, pude perceber que os entrevistados sentiam entusiasmo em contribuir com suas narrativas, e traziam lembranças para além daquelas que eu estava buscando; falaram com prazer de suas vivências e suas histórias de vida.

Para a realização de duas das visitas, bem como para a aplicação das entrevistas dessas mesmas duas pessoas, necessitei do auxílio de tradutoras⁶, a senhora Amélia e senhor Félix tinham dificuldade em se expressar na língua portuguesa. A dinâmica foi organizada, então, de maneira que eu conversava com o tradutor, que repassava simultaneamente as perguntas ao entrevistado, e, da mesma forma, suas respostas eram repassadas a mim.

Para a realização das entrevistas, levei impresso, além das perguntas, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE⁷), e expliquei aos entrevistados sobre a necessidade da autorização deles para o uso das informações. Expliquei, também, que a participação na pesquisa poderia envolver riscos mínimos, como cansaço ou algum desconforto e que, em qualquer momento da pesquisa, eles poderiam retirar o consentimento. Todos os participantes aceitaram e optaram em divulgar seus nomes e imagens.

Durante as entrevistas, tomei o cuidado para que nenhum ruído prejudicasse a qualidade das narrativas. Para tanto, foram utilizados alguns procedimentos indicados por Alberti (2005), dentre eles o fechamento de janelas e portas, de forma que não houvesse interferência de ruídos externos; observei, ainda, o posicionamento do gravador em relação ao entrevistado.

⁶ As senhoras Jaqueline Stoffels Betiatto e Isabel Cristina Assmann me acompanharam nas entrevistas e me auxiliaram com as traduções do dialeto alemão, ainda muito presente no cotidiano de alguns indivíduos da pesquisa.

⁷ O modelo de TCLE pode ser consultado no Apêndice B. Os TCLE assinados pelos entrevistados estão arquivados e em posse da pesquisadora.

Para a escrita desta dissertação, foi utilizada a técnica da transcrição das entrevistas na íntegra, a partir da fala dos entrevistados. É importante esclarecer que a função da transcrição é essencial, pois registra a narrativa de forma a permitir ao historiador rememorar ensejos da pesquisa; por conseguinte, é uma ferramenta que contribui na “organização e análise dos resultados” (ZAGO, 2003, p. 299). A fonte oral, após a transcrição, converte-se em um documento. A partir de então, o registro deve ser examinado com precisão, com vistas a responder ao problema de pesquisa (ALBERTI, 2005). Em suma, a História Oral é utilizada como forma de análise e aplicada, neste trabalho, à fonte documental.

Compreender o processo de escolarização de uma determinada localidade a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos pode auxiliar a contar uma história que ainda é desconhecida para muitas pessoas. Nesse processo de seleção dos participantes, elaborei um quadro dos entrevistados⁸, que reporta seus nomes, idades e profissões exercidas antes da aposentadoria.

Quadro 1 – Participantes da pesquisa: dados

Nome	Idade	Última profissão exercida
Aloysio Angst	87 anos	Produtor de vinhos finos
Gilberto Freiburger	82 anos	Contador
Gonzalina Glaeser Weber	73 anos	Professora
Heiny Stroehrer	78 anos	Bancário
José Felix Griebler	91 anos	Motorista
José Finckler	95 anos	Professor
Lucila Nedel	90 anos	Dona de casa
Maria Amélia Bergman	97 anos	Parteira
Miron Alexius Stoffels	87 anos	Padre Jesuíta
Omar Romukldo Glaeser	80 anos	Agricultor
Silvério Ströeher	68 anos	Bancário

Fonte: Elaborado pela autora.

⁸ Para chegar a estes nomes que constam no Quadro 1, foi realizado um levantamento junto à Secretaria Municipal de Saúde, por meio de informações fornecidas pelos servidores, com a ex-secretária de Educação do Município, senhora Jaqueline Stoffels Bettiatto, e também com a senhora Madalena Kuhn, historiadora que trabalhou por muitos anos no município de Vale Real.

Figura 2 - Participantes da pesquisa: retratos



Fonte: Fotos da autora.

Os participantes da pesquisa, elencados no quadro e na imagem são todos estudantes egressos da Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS. Suas relações com a escola e com a comunidade em geral foram evidenciadas durante os encontros, e são importantes, já em um primeiro momento, para identificar cada realidade individualmente e em comparação com o coletivo.

Um dos entrevistados é o senhor Aloysio Griebler, que, na data da entrevista, estava com oitenta e sete anos de idade; nasceu em Kronenthal-RS e viveu o suficiente para presenciar a mudança do vilarejo em cidade, para ver nascer

também Vale Real-RS. Frequentou a Escola Paroquial durante o ano de 1936 e, posteriormente, por decisão de seus pais, foi estudar na escola municipal. O senhor Aloysio fez o estudo da catequese na Escola Paroquial. Depois de concluir seus anos de ensino primário, foi estudar em Porto Alegre. Como profissão, atuou como auxiliar de motorista, como motorista de caminhão e, por último, trabalhou como taxista, até se aposentar.

Entrevistei o senhor Gilberto Freiburger, nascido no ano de 1938, em Kronenthal-RS. Viveu com sua família (seus pais e seus onze irmãos) na localidade do Canto Krewer. Atualmente, com oitenta e dois anos de idade, Gilberto conta que estudou na Escola Paroquial, assim como Aloysio, apenas para fazer a catequese, pois os católicos que estudavam as propedêuticas na escola pública da Isabela Petry da Cunha, estavam obrigados a frequentar a escola paroquial com fins de aprendizagem religiosa. Nos primeiros dois anos da década de 1950, então, aprendeu os ensinamentos bíblicos e fez a primeira comunhão. Assim, diz que “estava apto para a vida em sociedade”. Uma vez concluída essa etapa, o senhor Gilberto foi estudar no Seminário de Salvador do Sul – RS, pois seus pais entendiam que ele tinha a missão de ser padre. Mais tarde, retornou do seminário e estudou formou-se técnico em contabilidade na escola de Alceu Masson, em São Sebastião do Caí-RS. Desde então, trabalhou e se aposentou como contabilista. Como esteve integrado à sociedade de Vale Real-RS durante toda a vida, mantém sua participação social, frequentando os Conselhos Municipais e também se envolvendo com as atividades da Igreja Santos Reis da cidade.

Outra entrevistada foi a senhora Gonzalina Glaeser Weber, irmã do senhor Omar Glaeser, também participante dessa pesquisa. Gonzalina nasceu no ano de 1946, no município de Vale Real-RS, e viveu a infância e parte da vida adulta na localidade do Canto Krewer. Lembrou, durante a entrevista, que teve boas experiências quando era criança, pois vivia em companhia de nove irmãos, ajudando nos trabalhos de casa, uma vez que seus pais trabalhavam na roça e também tinham o moinho de farinha que estava localizado em Canto Krewer. Gonzalina estudou na Escola Paroquial entre os anos de 1952 a 1956. Mais tarde, tornou-se professora da rede Estadual de Educação.

Heiny Stroeher, nascido em Kronenthal-RS no ano de 1941, estudou na Escola Paroquial entre os anos de 1948 a 1952. Na entrevista, contou que viveu a infância com seus pais e irmãos, e que também ajudava a família nas atividades relacionadas à agricultura. Heiny disse que naquele período tinha muita dificuldade para se deslocar às aulas, em função de morar distante da região central do vilarejo, onde estava localizada a escola. Em sua narrativa, demonstra gratidão pelos ensinamentos deixados pelo professor Reynaldo Andrioli. O senhor Heiny é irmão do senhor Silvério Stroeher, também entrevistado nesta pesquisa.

Outro entrevistado foi o senhor José Félix Griebler, nascido em 1927 no município de Montenegro – RS. Com dois anos de idade, foi morar com a mãe e os irmãos em Kronenthal-RS, depois da morte do pai em decorrência de sarampo. José Félix pôde acompanhar o crescimento e desenvolvimento da localidade de Kronenthal-RS. Atualmente com 92 anos de idade, narrou sobre sua infância, contou que frequentou a Escola Paroquial e que, depois da conclusão dos quatro anos de estudo e mais a catequese, teve que trabalhar num armazém de um familiar para ajudar no sustento da família. A escolarização de José Felix foi, então, limitada, e seus esforços precisaram ser voltados à contribuição com a renda familiar.

A entrevista do senhor José Finckler foi a primeira a ser aplicada, e esta, me ajudou a chegar a outros participantes possíveis. Nascido em 1923 na localidade de Kronenthal-RS, frequentou a Escola Paroquial desde os sete anos de idade. Filho do senhor Felipe Finckler, um dos primeiros professores em Konenthal, estudou até os 12 anos de idade na escola, terminou o primário e ficou por um ano em casa ajudando a mãe, pois o pai havia acabado de falecer. Depois, estudou em Canoas – RS, no Instituto São João Batista de La Salle, e retornou a São Sebastião do Caí-RS, onde se casou anos mais tarde e se formou em geografia. Em seguida, atuou como professor em Pareci Novo – RS e foi também inspetor regional de educação. O senhor José Finckler, na época em que o contatei (maio de 2018), estava com 92 anos de idade e encontrava-se com a saúde fragilizada. Mesmo assim, foi possível fazer a entrevista (Apêndice B) e levantar dados bastante relevantes para a continuidade deste estudo.

A senhora Lucila Nedel, nasceu em Kronenthal-RS, em 16 de janeiro 1929, época em que a localidade pertencia à cidade de São Sebastião do Caí-RS. Contou-

me que estudou na Escola Paroquial até os 12 anos de idade, quando terminou o ensino primário. Narrou que teve uma vida bastante sofrida em função de ter perdido seus pais ainda quando criança, aos 13 anos de idade. Depois disso, foi “estudar” numa escola de freiras em Porto Alegre, o Colégio Nossa Senhora dos Anjos. Chegando lá, acabou trabalhando como empregada doméstica, e não seguiu os estudos para além dos anos de primário na Escola Paroquial. A senhora Lucila não tem muitas lembranças do tempo em que estudou na Escola Paroquial, mas recordou com ênfase dos castigos que sofria dos padres quando frequentava a catequese. Com 17 anos, Lucila retornou a Kronenthal-RS, onde se casou e teve dez filhos. Trabalhou, a partir de então, cuidando dos filhos, enquanto seu esposo trabalhava na roça.

A senhora Maria Amélia Bergmann, nascida no ano de 1922 em Kronenthal-RS, estudou a catequese na Escola Paroquial e fez o primário na escola municipal. Com uma memória invejável, Maria Amélia deu vários relatos do tempo que foi parteira, e também contou histórias que ouviu de seus avós sobre a viagem de imigração dos alemães para o Brasil. Seu sonho era ser professora, mas como tinha a incumbência de cuidar de seus irmãos, não teve oportunidade de seguir com seus estudos. Foi possível perceber uma nostalgia em sua fala quando se refere aos tempos de escola, e um sentimento de tristeza por não ter podido estudar mais. Nessa entrevista, foi necessário o auxílio da professora Jaqueline Stoffels Bettiatto, que me acompanhou e fez a interpretação e a tradução da entrevista, tendo em vista que a senhora Maria Amélia comunica-se predominantemente no dialeto germânico falado no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Outro entrevistado foi o senhor Miron Alexius Stoffels, padre jesuíta nascido em Kronenthal-RS, que frequentou a Escola Paroquial entre os anos de 1941 e 1944. Após a conclusão do ensino primário, formou-se no seminário de Salvador do Sul – RS. Além de se tornar padre jesuíta, graduou-se em Jornalismo, Antropologia, e Filosofia, e cursou uma pós-graduação, em nível de Especialização, nos Estados Unidos da América. Foi professor na Universidade do Vale dos Sinos - Unisinos, nos cursos de Jornalismo e Secretariado, coordenou o curso de Jornalismo e foi vice-reitor da Instituição. Mantém um vínculo bastante próximo com a comunidade valerealense, pois além de ter parentes próximos que residem no município, Miron

é convidado anualmente para conduzir a missa de Natal da comunidade de Vale Real-RS.

Omar Glaeser, nascido no ano de 1939, em Kronenthal-RS, viveu a infância junto de seus pais e irmãos, na localidade do Canto Krewer. Na entrevista, evocou memórias da Escola Paroquial, contando-me que estudou na escola entre os anos de 1947 a 1950, e que teve como professor o senhor Luiz Reynaldo Andrioli. Lembrou, ainda, que as aulas aconteciam na maior parte do tempo em língua alemã, mas que o professor era obrigado a ensinar também o português, sob pena de ser preso. Menciona que o professor tinha a “flexibilidade”⁹ de ensinar tanto no alemão quanto no português, tendo em vista a dificuldade que os filhos dos imigrantes tinham em aprender a língua falada no Brasil. Mais tarde em sua vida, deixou o município de Vale Real-RS e foi servir no Exército Brasileiro, em Santa Maria – RS. Após esse período, retornou para Vale Real-RS, casou-se, teve filhos e se aposentou trabalhando como agricultor.

O último entrevistado nessa lista de menções é o senhor. Silvério Stroehrer, que nasceu em Vale Real-RS no ano de 1951 e estudou na Escola Paroquial entre os anos de 1959 a 1962. Silvério também foi aluno do professor Luiz Reynaldo Andrioli – e comentou que gostava muito de estudar na Escola Paroquial, especialmente quando havia ensinamentos bíblicos por meio de contos, narrados pelo professor. Em sua fala, expressa gratidão às aprendizagens religiosas que o professor Luiz Reynaldo Andrioli proporcionou. Durante a entrevista, Silvério alcançou-me um livro de Histórias Bíblicas que utilizou na Escola Paroquial, e que foi passado entre os irmãos que também frequentaram a instituição.

Após a realização das entrevistas, sua transcrição, revisão e aprovação por parte dos entrevistados, senti a necessidade de organizar os dados de modo a facilitar a realização da análise. Essa sistematização foi feita manualmente, utilizando marca texto para destacar os excertos das narrativas.

Como anteriormente mencionado, porém, além das narrativas concedidas pela História Oral, num primeiro momento da pesquisa, busquei por fontes documentais que pudessem fundamentar a análise, e cuja abordagem foi embasada em diferentes autores. Sobre essas fontes, vale mencionar que

⁹ Com “flexibilidade”, o senhor Omar quis dizer autonomia.

contribuem na investigação dos processos de permanência e mudanças dos sujeitos, grupos, instituições, conhecimentos, práticas, entre outros (CELLARD, 2008). De acordo com Le Goff,

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (1990, p. 546).

Entre os elementos que requerem cuidados na averiguação dos documentos estão “elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave” (CELLARD, 2008, p. 303). Ainda, em conformidade com o autor, são essenciais, para a análise documental, a investigação dos âmbitos histórico e social em que a fonte foi constituída, e a introdução dos autores e dos destinatários desses registros em um contexto. Sendo assim, procura-se “apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos [...]” (CELLARD, 2008, p. 299).

De acordo com Giacomoni (2018, p. 32)

[...] esses documentos históricos precisam ser montados e desmontados, lidos e interpretados, categorizados e analisados, pois somente dessa maneira é que poderão ser articulados, a partir dos indícios que se apresentam, construindo assim uma narrativa histórica.

No empreendimento de explicar certas evidências, conforme Luchese (2014a, p. 148), são necessárias dúvidas: “é preciso saber fazer perguntas, [...] dialogar com os documentos, pois somente com perguntas é que podemos avançar na produção do conhecimento histórico”. Esses questionamentos compreendem o contexto cultural, social, econômico e político que envolve a produção e consumo desse material. A autora afirma que

Todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação, construídos e preservados no tempo para as gerações futuras. Memórias fragmentadas de um tempo que não conseguiremos jamais toma-lo em sua totalidade. (LUCHESE, 2014a, p. 149).

A percepção acerca das fontes documentais, a partir da Nova História, possibilita, entretanto, visão ampla do termo, em que quaisquer evidências que emerjam da época à qual a pesquisa se debruça poderão ser utilizadas como base (LUCHESE, 2014a). Por isso, me apoio em Febvre, quando menciona:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel. A falta das flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos. Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem. Serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a actividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (1989, p. 249).

Falo isso para deixar claro, a partir dos conceitos e acepções sobre a metodologia da análise documental para essa pesquisa, que considero como documento, então, todas as fontes produzidas por um ser humano, sejam elas: relatos transcritos, fotografias, recortes de revistas e jornais, registros em âmbito escolares, documentos emitidos por órgãos oficiais. A maneira como organizei toda a documentação para a análise deu-se a partir dos objetivos específicos desta minha pesquisa, apoiada em Luchese (2014a, p.150-151), que destaca que:

Idas e vindas aos arquivos, acesso a acervos pessoais e públicos, volume de documentos disponíveis cria a necessidade de sistematização, de categorização por temas, considerando-se o contexto e o objeto pesquisado. Para isso, cada investigador lança mão de seus modos de fazer, desde a utilização de cores, o uso de softwares, os quadros-síntese, dentre outros procedimentos que viabilizam a organização das categorias de análise.

De acordo com Magalhães (2007), e reforçando ainda as considerações elencadas por Luchese (2014a), o acesso aos arquivos históricos inerentes a uma instituição escolar, uma comunidade ou outros, quando corporificado em documentos, envolve um método de criação de técnica própria de sistematização do pesquisador. Sendo assim, organizei um quadro com os documentos que encontrei ao longo do percurso da pesquisa, para posteriormente analisá-los:

Quadro 2 - Fontes documentais

Categoria	Classificação	Título/Tema	Fonte	Ano
Imagens	Fotografia	Kronenthal – RS na década de 30 do séc. XX	Jornal Fato Novo	2014
		Igreja/escola	Igreja Santos Reis de Vale Real-RS	Não consta
		Professor José Otávio de Gregory com sua turma	Miron Stoffels	1943
		Mesa do aluno	Vera Weissheimer	193-?
		Lousa utilizada nos finais da década de 30 do século XX pelos alunos da Escola Paroquial	Vera Weissheimer	193-?
	Pintura	Paisagem ilustrando a escola	Heiny Strooher	2010
Impressos	Revista	Excertos da revista São Paulus Blatt	São Paulus Blatt	1980
	Livro	Livro de Instruções religiosas	Silvério Stroher	1942
Pessoais	Histórico escolar	Histórico escolar para a preparação para a carreira de professor	Beatriz Gregory	1955
	Caderno	Caderno de literatura	Madalena Kuhn	1937
	Certificado	Certificado de registro de professores	Beatriz Gregory	1943
	Salvo Conduto	Salvo conduto do professor de Gregory	Beatriz Gregory	1942
Outros	Manuscrito	Manuscrito da história de Vale Real-RS	Madalena Kuhn	2010

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro acima elenca a variedade de documentos que utilizo no capítulo de análise desta dissertação, para contextualizar o período pesquisado da Escola Paroquial e para discutir suas representações, práticas e a relação que mantinha com os alunos e a comunidade na qual estava inserida.

Esses documentos começaram a ser encontrados e selecionados desde as primeiras buscas por registros; um dos primeiros foi o caderno do professor José

Octavio Gregory, que está ilustrado e cujo conteúdo será aprofundado no capítulo de análise, quando falo do professor na Escola Paroquial.

Também utilizei algumas imagens fotográficas encontradas nas pesquisas, e outras que me foram cedidas pelos entrevistados ou por familiares dos professores, oriundas de seus arquivos pessoais. Todas essas imagens serão mais detalhadas no capítulo de análise. Uma dessas fotografias¹⁰ ilustra a localidade de Kronenthal-RS na década de 30 do século XX, quando ainda era um pequeno povoado com poucas instalações de casas comerciais, moinho, fábricas de banha e escola paroquial.

Outra fotografia que apresento na pesquisa é a que enquadra o pátio da Igreja e da escola, disponibilizada pela Igreja Santos Reis de Vale Real-RS, por meio do padre Luciano. Não há identificação de data no registro, portanto não há uma precisão de quando a fotografia foi feita. Também foi analisada uma pintura¹¹ que retrata a escola, o pátio da Igreja e a paisagem, trazendo uma riqueza de detalhes sobre a geografia da localidade.

Outras fontes documentais¹², que serão apresentadas no capítulo de análise, referem-se ao professor José Octávio de Gregory. Dele, serão comentados o certificado de registro de professor primário, datado de 1943 e emitido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio da 17ª Delegacia Regional, o histórico escolar da preparação para a carreira de professor, do ano de 195, e o salvo conduto n. 39, de 1942, utilizado pelo professor para a locomoção entre Vale Real-RS e Porto Alegre – RS.

Graças à disponibilidade de acesso ao acervo pessoal do entrevistado Miron Stoffels, apresento também uma fotografia da turma do professor José Octávio de Gregory. Segundo relato do senhor. Miron, essa fotografia aconteceu no pátio da escola, numa das paredes laterais. Porém, também nessa fotografia, não há identificação da realização do registro.

¹⁰ Essa fotografia foi encontrada em uma edição de 2014 do jornal Fato Novo, que veiculava uma reportagem sobre Vale Real.

¹¹ Essa pintura foi feita pelo entrevistado Sr. Heiny Ströeher.

¹² Todas essas fontes documentais que se referem ao professor foram disponibilizadas por sua filha, Beatriz Gregory Sehnem.

Tive acesso e fotografei, ainda, uma mesa¹³ utilizada por alunos no período pesquisado, do mesmo modelo utilizado pelas escolas paroquiais. Embora essa mesa não tenha pertencido à escola que pesquisei, trata-se do mesmo modelo utilizado pelos alunos de Vale Real-RS. Na mesma oportunidade, fotografei também uma lousa de ardósia e um lápis de pedra utilizado para escrever na lousa. Essa lousa era o “caderno” escolar utilizado no período que permeia a minha pesquisa. De acordo com relatos de alguns de meus entrevistados, alguns deles fizeram uso desse modelo para anotações.

No capítulo de análise, aparece também um texto extraído de uma das edições da revista *Srt Paulusblatt* da década de 1980, cujos exemplares eram enviados da arquidiocese de Porto Alegre para as paróquias dos Municípios do Vale do Caí. Escrita na língua alemã, contém informações acerca de diversos assuntos.

Ademais, destaco que, durante a pesquisa, obtive acesso a um livro¹⁴ de instruções religiosas para uso das Escolas Católicas, que continha histórias bíblicas com gravuras. O material era publicado pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre pela editora A Nação, também de Porto Alegre.

Por fim, analiso o já citado manuscrito realizado por uma memorialista local, Madalena Kuhn, obra que ainda não foi publicada¹⁵ (Anexo C).

¹³ Essa mesa do aluno pertence à senhora Vera Weissheimer, moradora do Alto Feliz, que mantém um acervo de objetos históricos herdados ou coletados ao longo de sua vida.

¹⁴ O exemplar foi disponibilizado pelo entrevistado Sr. Silvério Ströher.

¹⁵ Nesse sentido, destaco a importância da criação de uma rede pelo pesquisador; a senhora Madalena sugeriu caminhos, indicou pessoas e também locais onde eu poderia encontrar fontes para a realização da pesquisa. Portanto, o trabalho conduzido é influenciado e auxiliado por inúmeras pessoas que contribuem com os rumos e desenvolvimento da investigação.

3 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL DO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E KRONENTHAL/VALE REAL – RS

Em termos educacionais, a Constituição outorgada em 1824, que permaneceu vigente durante todo o período imperial, garantia a educação primária e gratuita para todos os cidadãos. Com fundamento nessa lei, cada província respondia pelas diretrizes e pelo andamento das suas escolas de ensino elementar e secundário, o que funcionou em parte, especialmente onde se concentrava a população urbana; havia, porém, dificuldades para dar instruções aos moradores do campo e do interior, que estavam isolados dos centros. Apesar da formalização do direito à educação, então, sua materialização não se concretizou em muitos casos – e, ao invés de propiciar avanços, o período foi marcado pela precariedade da escolarização, por falta de escolas e professores. (NASCIMENTO, 2006).

Em relação aos estrangeiros da segunda fase de colonização imigrante no Brasil, que começaram a desembarcar nesses anos de Brasil império, contudo, identifica-se um movimento autônomo na promoção da escolarização, justificado pela já comentada cultura de valorização da instrução formal e religiosa dos mais jovens. Para além das tentativas de pressionar o governo, que não concretizava o direito à educação, os colonos tratavam de construir eles mesmos as escolas para seus descendentes:

A construção da escola e sua manutenção chegava a ser prioritária sobre a própria casa e benfeitorias. A convicção da necessidade absoluta da escola leva-os a dar-lhe lugar especial na formação de cada novo núcleo rural (KREUTZ, 1998, p. 145).

Souza (2011) igualmente afirma que a inserção do ensino regular e formal em áreas rurais contou com a influência das escolas implantadas a partir da instalação dos imigrantes europeus no século XIX. A escola existente no Brasil passou, assim, por um processo de reinvenção. No caso do Rio Grande do Sul, especialmente na região em investigada, a escolarização dos alemães seguia características típicas das áreas isoladas, com aulas em casa e das formas “improvisadas” de organização do ensino.

Assim, descrevendo a escolarização nas colônias nesse período, Nascimento (2006, online) destaca que

No final do Império, o quadro geral do ensino era de poucas Instituições Escolares, com apenas alguns liceus províncias nas capitais, colégios privados bem instalados nas principais cidades, cursos normais em quantidades insatisfatórias para as necessidades do país. Alguns cursos superiores quem garantiam o projeto de formação (médicos, advogados, de políticos e jornalistas). Identificando o grande abismo educacional entre a maioria da população brasileira que, quando muito, tinham uma casa e uma escola, com uma professora leiga para ensinar os pobres brasileiros excluídos do interesse do governo Imperial.

A chegada da Primeira República, em 1889, modificou pela segunda vez a organização estatal do Brasil nação. A chamada República Velha, República Oligárquica ou, ainda, República dos Coronéis deixava para trás o governo imperial e passava ser um governo do povo. Entretanto, as vinculações entre Igreja e poder político permaneceram bastante presentes. Nesse período, segundo Ghiraldelli Jr., a partir da motivação de intelectuais, após um significativo processo de urbanização, com necessidade e privilégio em relação a carreiras mais dependentes de instrução e menos de trabalho braçal, emergiram novos olhares para a educação, que possibilitaram a abertura de escolas. Para o autor, ainda:

Durante a “Primeira República”, tivemos dois grandes movimentos de ideias a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas: aqueles movimentos que chamamos de o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. O primeiro movimento solicitava a abertura de escolas. O segundo se preocupava com os métodos e conteúdos do ensino. Tais movimentos se alternaram durante a “Primeira República” e em alguns momentos se complementaram (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 32).

Em termos de organização, Amorin (2015, p. 211) esclarece que “escola republicana tinha como objetivo primordial agrupar em um só prédio e sob uma única direção todas as escolas isoladas de uma determinada localidade de acordo com o crescimento da população escolar”.

De modo geral, o desenvolvimento da Educação no Brasil, desde o período monárquico até o período republicano, foi marcado por diversos delineamentos, que foram sendo transformados em decorrência do governo e do ideal educacional de cada momento. Mesmo durante o Brasil República, recém-caracterizado, houve

várias reformas com o propósito de melhoria na estrutura do ensino, tanto primário quanto secundário. A Reforma de Benjamin Constant, no ano 1891, que foi uma das mais marcantes, era “dirigida ao ensino do Distrito Federal. Entre outras medidas, essa reforma criou o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos” (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 35). E Benjamin Constant foi o primeiro a declarar o ensino “livre, leigo e gratuito”. Além disso, como afirma Ghiraldelli Jr. (2009, p. 35),

Pode-se somar aos seus méritos o de ter dividido as escolas primárias em dois graus. O primeiro ficou destinado às crianças de 7 a 13 anos e o segundo para as 13 a 15 anos. Outro mérito passou a exigir diploma de Escola Normal para o exercício do magistério em escolas públicas (para as escolas particulares ele se restringiu a solicitar um atestado de idoneidade moral dos professores).

De fato, Benjamin Constant, alicerçado nos ensinamentos de Augusto Comte, estabeleceu uma reforma de ensino de notória inclinação positivista, apoiadora de uma “ditadura” republicana dos cientistas e da educação como efetiva neutralizadora das tensões sociais (NASCIMENTO, 2006). Conforme esclarece Tambara,

Inquestionavelmente foi na área da educação que o positivismo, no Brasil, obteve maior penetração. Apesar ainda de algumas incursões na área política, particularmente no Rio Grande do Sul, com a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense ao poder, como explícita inspiração comtiana, e apesar ainda do esforço hercúleo de Miguel Lemos e Teixeira Mendes na expansão da área da atuação Apostolado Positivista do Brasil (o aspecto religioso do positivismo), foi nos estabelecimentos de ensino que, com maior sucesso, os ideais positivistas encontraram ressonância (2014 p. 170).

É importante dizer que isso se atribui à existência do modelo de educação então hegemônico na região, que tinha peculiaridades jesuíticas, em relação ao qual os positivistas sempre buscaram marcar diferença. As modificações desse padrão religioso repercutiram, mais tarde, no modo de perceber o ensino. Com o modelo republicano no Brasil, também surge a ideia de que o Estado deveria responsabilizar-se pela escolarização, mesmo que este aspecto já figurasse no pensamento de alguns intelectuais desde a segunda metade do século XIX (SOUZA, 2011).

Foi durante a Primeira República (1889-1930) que se buscou imprimir na sociedade brasileira também um status da modernidade. Contudo, no espaço rural a escolarização permanecia organizada de forma descontínua, mesmo que existissem tentativas de fiscalizar e controlar as instituições. Um número expressivo de aulas particulares superava o número de escolas públicas, como destaca Souza (2011).

Kreutz (1994b, p. 154) classifica como “memorável e singular” o fato de mais de mil núcleos rurais terem assumido, “por iniciativa e meios próprios, a questão escolar e praticamente ter erradicado o analfabetismo em seu meio já nas primeiras décadas do século XX”. Contudo, Vargas, então presidente da república, não estava desatento no que se referia à educação:

Como chefe do “Governo Provisório”, em 3 de novembro de 1930 trouxe para o público um plano de dezessete itens para a “reconstrução nacional”. O item 3 do programa falava especificamente sobre a educação: “difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados; para ambas as finalidades, justificar-se-ia criação de um Ministério da Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 42)

O Ministério da Educação e Saúde Pública, ao longo dos anos de 1930 a 1937, passou por três administrações – de Francisco de Campos, Washington Pires e Gustavo Capanema. Em seguida, houve a implantação do Estado Novo, por Vargas, que se encerrou apenas em 1945.

O primeiro a assumir o encargo nesse novo modelo de governo foi novamente Francisco de Campos, que havia deixado um legado bastante importante na história da educação brasileira, criando o Conselho Nacional de Educação, no ano de 1931. Essa medida provocou a reestruturação do ensino superior no Brasil, da Universidade do Rio de Janeiro, do ensino secundário e do ensino comercial. O ministro também regulamentou a profissão de contador e outros ofícios em decretos próprios (GHIRALDELLI JR., 2009). Além de Francisco Campos, foram intelectuais ícones da educação nesse período Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

De acordo com Ghiraldelli Jr. (2009), de fato, o desempenho do novo governo não se restringia apenas aos decretos de Francisco Campos, pois havia empenho

em estimular disputas entre ideias pedagógicas. Desde 1924, a Associação Brasileira da Educação tinha como responsabilidade a organização e a promoção de congressos. Em uma dessas promoções, foi assinado o texto que se tornou tradicional na literatura pedagógica da história e da filosofia da educação brasileira, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (GHIRALDELLI JR., 2009).

Esse manifesto foi redigido por Fernando de Azevedo e compreendia um legítimo e sistematizado projeto pedagógico, que propunha uma nova educação: “[...] pragmática, à medida em que não deveria servir aos interesses de classe e sim aos interesses do indivíduo” (GHIRALDELLI JR., 2009, p. 43). O manifesto defendeu a “escola socializada”, fazendo uma crítica à “escola tradicional”. Além disso, o documento explica o que compreende por educação fundamentada no trabalho. (GHIRALDELLI JR., 2009).

No que tange às escolas étnicas paroquiais, as mudanças mais importantes requeridas pelo governo eram em nível de currículo, com a proibição do uso da língua estrangeira, e inseridas em um projeto de forte nacionalismo. Essas instituições haviam sido pensadas e desenvolvidas através dos movimentos migratórios para o Brasil, e se caracterizavam, como não poderia deixar de ser, também na sua cultura de nacionalidade. No Brasil, a imigração da época foi majoritariamente de europeus.

Os imigrantes, todos eles sem exceção, procederam da Europa Central e do Norte, ou mais precisamente das províncias que então formavam o Império dos Hohenzollern, dos Habsburgos, do Império Austro-Húngaro, da Alemanha de Bismark e da Alemanha imperial do final do século passado até a primeira guerra mundial. (RAMBO, 1994, p. 9).

Kreutz (2014a, p. 150) afirma, então, que “a pluralidade étnica é uma característica da população brasileira ao longo de toda a sua história”. O autor ainda explica que, entre 1819 e 1947, havia no nosso país cerca de 4.900.000 imigrantes de diversas etnias (KREUTZ, 2010). Com o passar do tempo, os grupos étnicos foram se desenvolvendo de acordo com suas culturas, língua, costumes, religião, tradições, sentimentos e pertencimentos. Assim, as escolas étnicas

[...] não se desenvolveram de forma isolada, cada uma restrita a seu núcleo. Foram assumidas pelas respectivas comunidades de imigrantes,

vinculadas a uma instância maior, isto é, à coordenação das respectivas confissões religiosas. Além disso, eram escolas étnicas porque retratavam aspectos culturais importantes da respectiva etnia, como língua e costumes (KREUTZ, 2005, p.72).

Não tendo escolas públicas à disposição, os imigrantes provenientes de países com tradição escolar começaram a organizar escolas comunitárias. Assim, o processo de escolarização se fortaleceu na década de 1930, em que se registrou o maior desenvolvimento das escolas étnicas comunitárias ou paroquiais (GERTZ, 2005). Com efeito, Luchese (2010) afirma que:

Muitas das escolas foram organizadas pelos pais e comunidade que criavam aulas e o professor era pago para que ministrasse os conhecimentos básicos de leitura, escrita e cálculos. Essas iniciativas foram muito comuns no interior das colônias. Diversos foram os casos em que as famílias de imigrantes uniram – se para empreenderem em mutirão a construção da escola, geralmente uma pequena casa de madeira rústica, apesar de, nos primeiros tempos, as aulas terem funcionado na própria casa do professor ou em casa de alunos. (LUCHESE, 2010, p. 231).

No contexto da colonização alemã, especificamente, ocorreu também uma intrínseca ligação entre a igreja e a escola, pois a vida da população estava especialmente centrada em torno dessas duas instituições (KREUTZ, 1991). De acordo com Kreutz (2010), as escolas se organizavam de maneira particular, podendo ser mantidas por congregações religiosas masculinas e/ou femininas, ou até mesmo por associações. Entretanto, com o tempo, a educação passou a se desvincular das escolas paroquiais de caráter religioso, como aconteceu com a escola investigada nesta pesquisa.

Além disso, as comunidades étnicas eram, como se sabe, normalmente localizadas em áreas rurais, uma vez que o governo tinha o interesse de povoar essas regiões. Os núcleos rurais eram planejados para que comportassem cerca de 80 a 100 famílias. Kreutz (2010) destaca que as colônias que obtiveram mais estrutura na área rural foram as alemãs, as italianas e as japoneses, cada uma preservando as características do país de proveniência.

Em termos de nacionalismo, a escola é, de fato, espaço de ação:

A dimensão étnico-cultural é construída e reconstruída constantemente num processo relacional em que os grupos e indivíduos buscam, selecionam, ou relutam em função do significado que fenômenos e

processos tem para eles. Por isto a educação e a escola são um campo propício para se perceber a afirmação dos processos identitários e os estranhamentos e as tensões decorrentes da relação entre culturas (KREUTZ, 2001, p. 123).

Em relação ao ajustamento à vida no Brasil, e também a um sentimento possível de pertencimento à nova terra, Kreutz (2003b, p.367) enfatiza que:

Todo projeto escolar dos imigrantes permite perceber que a dimensão étnico-cultural estava permanentemente presente na maneira peculiar com que se inseriam no novo contexto. Na sua grande maioria, não pensavam em retornar ao país de origem. Confessavam-se abertamente cidadãos brasileiros, porém querendo manter especificidades culturais.

Segundo o autor, algumas etnias, incluindo os alemães, fora especialmente capazes de delinear um “projeto educacional” específico, de cultura híbrida e adaptado à nova realidade:

Essa forma de desenvolver o processo identitário, diferenciado entre etnias, gerou as possibilidades para o processo escolar étnico entre imigrantes alemães, italianos, poloneses, e fez com que outras etnias, tendo vindo inclusive com número maior que estas - excetuando-se italianos -, não desenvolvessem um processo escolar específico. Permite perceber também que no Brasil houve condições políticas para a criação das escolas étnicas, dificultando-se o processo na medida em que o nacionalismo avançava. A dinâmica do processo escolar entre imigrantes desenvolveu-se fortemente entre a afirmação do processo identitário étnico e o processo de formação do Estado-nação. Dependendo da conjunção desses com outros fatores, prevalecia a afirmação do étnico ou do nacional.

Aqui no Brasil, porém, a educação teve uma grande dimensão social no projeto de nacionalização, uma vez que praticamente todo o processo político passava por ela e, portanto, a tendência passou a ser da escola enquanto lugar de propagação e defesa da cultura brasileira. As escolas étnicas, nesse sentido, passam a ser um entrave, quase uma ameaça. Santos (2008) menciona que as instituições escolares configuravam como

[...] um local de aprendizado e de gestão de ideias e valores de exaltação patriótica. E naquele momento histórico, contudo, estas escolas étnicas eram vistas como ambiente de desintegração, que não atendiam a implantação de políticas e práticas pedagógicas que precisavam estar em sintonia com o projeto getulista (SANTOS, 2008, p. 261).

Assim, a partir do decreto nº 7.247, de 23 de abril de 1938, que aborda a legislação específica para a nacionalização do ensino, foi estabelecida a criação das escolas públicas, e suas aulas passaram a ser ministradas em português. Kreutz (2003, p. 365) lembra que era norma que

[...] todo o material usado na escola fosse em português, que todos os professores e diretores da escola fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar tivesse instrução adequada em história e geografia do Brasil.

No início da década de 1940, as escolas étnicas passaram, então, a desaparecer, por consequência da nacionalização e em função das políticas restritivas do governo. Vale afirmar, porém, que a pressão dos pais dos alunos também colaborou com isso, uma vez que estes reconheciam a importância de que os filhos se integrassem à nação e aprendessem o idioma nacional.

Essas mudanças, sofridas nas escolas étnicas e paroquiais no período da pesquisa (1933-1965) são importantes para entender o contexto educacional da época, como um todo, e voltado às comunidades dos imigrantes. Passa-se agora, porém, a tratar do caso específico da região estudada, iniciando com uma apresentação geral do contexto histórico de imigração no Brasil, passando pelo processo de imigração dos alemães ao Rio Grande do Sul e, enfim, discutindo a sua chegada a Kronenthal/Vale Real-RS, com a implantação da escola estudada.

3.1. PERCURSO HISTÓRICO: CONHECENDO KRONENTAL/VALE REAL – RS E SUA PRIMEIRA ESCOLA

O Brasil é, por primazia, um território de imigrantes, uma vez que há povos das mais variadas etnias que o elegeram como sua nova nação, trazendo consigo as diversas concepções culturais e humanas, e constituindo uma nova pátria e identidade a partir dessas influências (ENGLERT, 1975).

A história da imigração dos europeus para o Brasil tem início no século XIX. Até esse período, o Brasil estava povoado, em sua imensa maioria, por portugueses, africanos oriundos da importação de mão de obra para ser escravizada, e indígenas originários do território (LANDO; BARROS, 1992). Os

índios foram exterminados pelos governantes e pelos demais povos que ocupavam o território brasileiro, e no final do século XIX já eram uma população ínfima se comparada à dominação que exerciam nos primeiros anos de colonização portuguesa (STRIEDER, 2008).

A nova onda de imigrantes ocupou então um espaço que já era predominantemente de estrangeiros, mas que ainda não havia tido correntes migratórias desencadeadas por políticas de governo, como aconteceu então (LANDO; BARROS, 1992). Kreutz diz que, nesse período, ocorreu:

[...] uma colonização de ocupação do espaço (objetivo estratégico) e de produção de alimentos (fim econômico). E assim, a colonização do Sul se diferenciou essencialmente daquela, posterior, para São Paulo, promovida como suprimento de mão-de-obra nas grandes lavouras cafeeiras (KREUTZ, 2004, p. 78).

Lando e Barros (1992), explicam, do outro lado, que um dos fatores que motivaram a imigração para o Brasil foi a condição política e social que os países europeus enfrentavam em meados do século XIX, motivada por uma sequência de movimentos revolucionários. Nesse contexto,

Um projeto de colonização agrícola com objetivos de defesa e de povoamento da terra, com base na pequena propriedade de policultura, atraiu alemães, italianos e outros estrangeiros para o sul do país. Já em meados desse século, imigrantes se dirigem à cafeicultura do oeste paulista, outros foram canalizados para o trabalho em obras de infraestrutura urbana e na construção de caminhos e estradas (PATARRAS; FERNANDES, 2011, p. 69).

Com efeito, de acordo com Lando e Barros (1992), um dos principais objetivos da política imigratória foi atrair estrangeiros para que trabalhassem com os fazendeiros locais, especialmente na lavoura. A imigração para o Brasil demonstrou-se, assim, uma saída viável para a questão da mão-de-obra, uma vez que os imigrantes que aqui chegavam precisavam trabalhar para manter suas famílias, além de ser útil para o povoamento e para a defesa das terras num cenário instável de pós-independência.

Com o intuito específico de povoamento e controle de fronteiras, a imigração europeia para o Brasil em termos de política pública formal de Estado delineou-se

a partir de 16 de março de 1820, no momento em que Dom Pedro I manifestou a aspiração de trazer agricultores para o Brasil (DREHER, 2008a).

Os alemães, que interessam especialmente no caso desta dissertação, quando pretendiam imigrar para o Brasil, recebiam, então, incentivo para iniciar a travessia e ocupar as terras brasileiras (STRIEDER, 2008). Contudo, vale dizer que, assim como sustenta Seyferth (2002), a etnia alemã não significava, em si, uma preferência do Estado para a imigração; interessava, sim, a Europa como fornecedora de mão de obra para ocupação e constituição da pequena e média propriedade, mas sem maiores distinções acerca da nacionalidade dos imigrantes.

A escolha de imigrantes alemães para efetivar os primeiros projetos coloniais [...] não teve qualquer relação com premissas raciais: eram europeus, havia um fluxo imigratório para os Estados Unidos e um número significativo de alemães circulava na corte brasileira. (SEYFERTH, 2002, p. 2).

Além dos benefícios da imigração em comparação à sua condição na Europa, segundo Dulce Maria Ruschel (informação verbal), os alemães destinaram-se para o Brasil num momento em que seu país enfrentava um estado de devastação após as guerras em que havia se envolvido.

Nesse período, residia no Brasil o Major Anthon von Shäffer, que retornou à Alemanha com a missão estabelecida pelo governo brasileiro de recrutar trabalhadores (FLACH, 2010). De acordo com Lando e Barros (1992), a real finalidade do Major Anthon Von Shäffer em relação a colonização é aclarada em cartas escritas por ele aos órgãos da Administração Pública; essas correspondências serviam para atualizar o governo sobre a sua ação no exterior, e evidenciavam uma segunda intenção, de caráter militar:

O major foi enviado por Dom Pedro I para trazer soldados a fim de reforçar o Exército brasileiro, afinal, o país era novo, pouco povoado, com fronteiras desguarnecidas, sem falar da instabilidade interna decorrente da Proclamação da Independência. Além do mais, não se pode esquecer que naquele começo de século XIX ainda estava presente o risco de invasões argentinas e uruguaias. Schäffer recrutou soldados sob o rótulo de colonos e foi nesta condição que desembarcaram no Brasil, muito embora o Brasil precisasse tanto de soldados como de colonos (FLACH, 2010, p. 17).

Especialmente em relação aos alemães, o processo de imigração não foi constante no que diz respeito ao fluxo de imigrantes, pois houve períodos em que desembarcaram mais indivíduos do que em outros:

Até 1850, a imigração alemã parece ter sido bastante irregular, apresentando oscilações numéricas; a um crescimento repentino da entrada de imigrantes sucede uma baixa nas mesmas, acompanhando o movimento de imigração no Brasil. Entre os anos de 1824 – 1830, entraram na Província 4.856 alemães, sendo que, entre 1847-1854, verificou-se um total de 2.635 (LANDO; BARROS, 1992, p.26).

Além disso, a história da imigração alemã no Brasil, do século XIX aos primeiros anos do século XX, é dividida em três grandes períodos, e os grupos de imigrantes se distinguem entre si. O primeiro período, de 1824 a 1830, é marcado pela vinda de imigrantes de famílias de agricultores e camponeses, e, segundo Willems (1980), esse primeiro grupo de imigrantes veio de aldeias prussianas. Caracterizava-se por ser um povo coeso, relativamente independente e ao mesmo tempo relutante aos costumes e influências externas ao seu grupo. Também tinham uma organização social bastante reservada, cujo padrão era patriarcal e com mentalidade tradicional. Esse período inicial da imigração, segundo Moser (1975), apesar de marcado por descobertas técnicas, da industrialização e da decorrente revolução social, também é caracterizado pelas guerras, destruição, fome, doenças.

O segundo grupo de imigrantes veio para o Brasil entre 1844 e 1850 e era composto por um perfil geral diferente dos imigrantes do primeiro período:

O segundo grupo de imigrantes era formado pelos chamados 1848.er Kinder (filhos de 1848) [...]. O fracasso das revoluções de 1848 e 1849 fez com que muitos militantes liberais de estados alemães e da Áustria fugissem para o Brasil e aqui logo fossem reconhecidos como elite pela comunidade germânica. Apesar da identidade comum, eram heterogêneos como grupo e dividiam-se entre conservadores e liberais (SANTANA, 2010, p. 237).

Por serem na sua maioria militantes liberais e representantes da intelectualidade de alguns estados dinásticos alemães e austríacos, que deixaram seu país de origem com a esperança de encontrar um mundo melhor, seus hábitos, costumes e práticas novos em relação ao primeiro grupo imigrante.

Já a terceira leva de imigrantes, vindos no período de 1860 a 1889, era composta por indivíduos forçados a sair da Europa em função da instauração das fortes crises do começo do século (SANTANA, 2010). Para Moser (1975, p.36), “no início da imigração alemã para o Brasil, é certo que predominaram como causas os problemas econômicos-sociais e algumas cidades também aproveitaram o momento para se livrarem de presidiários, a exemplo de Portugal [...]”. Esse terceiro grupo não apresentava, então, particularidades agrícolas como daqueles primeiros imigrantes que vieram da Alemanha em razão da crise. Ele era, ao invés disso, composto por aqueles que mais sabiam, os intelectualizados, e que estavam inseridos aos diversos estratos sociais, ou seja, a burguesia proletarizada de oficiais do exército, os empregados aposentados, médicos, engenheiros, advogados, comerciantes, professores, entre outros segmentos (WILLEMS, 1980).

A partir desses movimentos imigratórios, conforme Santana (2010), três quartos da população proveniente da Alemanha, estabeleceu-se no extremo Sul do Brasil, sendo que o Rio Grande do Sul recebeu mais de 50% deste total, e Santa Catarina aproximadamente 20%. Estados como Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais também receberam uma quantidade grande de imigrantes alemães. Segundo Seitenfus (1985, p. 47), “o incentivo ao processo de imigração estrangeira para o país, com a propaganda maciça, fez com que o Brasil abrigasse o segundo maior contingente de imigrantes alemães nas Américas, atrás apenas dos Estados Unidos”. O Brasil tornou-se, assim, também a segunda pátria para a maioria dos alemães e seus familiares quando a crise se instaurou na Alemanha (MOSER, 1975).

Mesmo o Brasil tornando-se a segunda maior colônia germânica na América, Keller (apud Moser, 1975), constata que o movimento imigratório alemão para o Brasil, que se estendeu por décadas, é hoje quase totalmente ignorado na Alemanha, ou tratado com menor importância.

Conforme evidenciado, na imigração não houve uniformidade de imigrantes, apesar de a política imigratória desejar determinadas características, como, por exemplo, imigrantes com família constituída e pessoas com posses; o que ocorreu foi que imigraram desde pessoas da elite alemã até pessoas oriundas de camadas mais pobres, incluindo analfabetos:

Em resumo, pode-se constatar que entre os imigrantes houve desde analfabetos até representantes da elite cultural e científica; desde pessoas paupérrimas até gente bem de vida ou rica; desde plebeus (e servos da gleba ou *Leibeigenen*, sobretudo pomeranos) até pessoas da nobreza alemã; desde (nas primeiras levas) indivíduos recém-saídos da prisão até famílias bem constituídas de agricultores e pequenos artífices, principalmente de 1827 a 1829 e mais tarde (RABUSKE, 2003, p. 132).

A realidade que recebeu os imigrantes no Brasil não era a ideal, ou seja, cada grupo que imigrou encontrou situações diferentes ao esperado em relação ao que avia sido prometido pelo governo. Devido à falta de infraestrutura e de condições de trabalho, os imigrantes, passando a ocupar territórios, se auto-organizaram conforme suas condições e realidades, “[...] naqueles itens que a cultura dos imigrantes mais valorizava, principalmente a organização da assistência religiosa e a implantação de um sistema de ensino, tudo com base nas instalações de associações dos colonos [...]” (STRIEDER, 2008).

Assim, Tramontini e Engster (2004) destacam que:

Para sobreviverem e prosperarem em meio a tantas dificuldades e conflitos [...] os próprios colonos passaram a zelar pelas suas necessidades, como de ensino e de infra-estrutura. Construíram igrejas, escolas, estradas, pontes e associações culturais (p. 358).

Para superar as dificuldades, havia entre os imigrantes uma colaboração mútua, as famílias se ajudavam entre si, e essa ajuda acontecia além dos trabalhos com a terra.

No Rio Grande do Sul, que concentrou a maioria dos imigrantes alemães vindos ao Brasil, isso se deu de forma bastante perceptível. No princípio do século XIX, o Rio Grande do Sul encontrava-se ainda muito isolado do resto do país, e era extensa a sua área desabitada. No ano de 1822, por exemplo, havia cerca de cem mil habitantes em toda a extensão do estado (ASSMANN, 2009). Para Englert (1975, p.21), “dentre os estados brasileiros o Rio Grande do Sul foi dos que mais fortemente sentiram a influência benéfica das diversas correntes imigratórias: primeiro os açorianos, depois os alemães e italianos seguindo-se representantes de outras nacionalidades”.

Os imigrantes alemães que ocuparam o Rio Grande do Sul

[...] eram atraídos por uma política governamental, que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno. Localizavam-se próximos de um centro urbano, mas suficientemente distantes as áreas da grande propriedade, de modo a não apresentar uma ameaça à sua hegemonia política e econômica. Recebiam terras do governo imperial, as quais exploravam de modo independente, dedicando-se primeiramente à agricultura e a suinocultura (LANDO; BARROS,1992, p. 19).

Segundo Schneider e Oliveira (2012), o movimento imigratório no estado do Rio Grande do Sul começa na uma época em que a colonização teve grande ênfase, durante o governo imperial brasileiro, entre os anos de 1822 e 1889. Imediatamente depois da Independência, o Brasil carecia de mão-de-obra para a agricultura, e também articulava maneiras de promover o povoamento de território e do branqueamento social. A primeira imigração articulada pelo Império foi, de fato, a alemã.

Em 1824, chegam ao Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes germânicos, “[...] e se deparam com um estado dominado pelos estancieiros e pelas charqueadas. Estes colonos se isolam em áreas de mata onde, sem assistência alguma, assumem para si a organização religiosa e educacional” (STRIEDER, 2008).

O ano de julho de 1824, determinou-se a data porque foi a que principiou a imigração de colonos alemães devidamente amparada pelo governo imperial. Em 25 de julho de 1824, desembarcaram os primeiros alemães no município de São Leopoldo – RS (DREHER, 1984). Em proporção, Roche (1969, p. 121) afirma que “entre 1824 e 1914, entraram no Rio Grande do Sul cerca de 48.000 alemães, 64,3% dos quais entre 1824 e 1889, 35,7% entre 1889 e 1914”.

Antes disso, porém,

Alemães isolados já haviam entrado no Rio Grande do Sul antes de 1824. É neste sentido que vai o relato do antigo conhecido comerciante Johann Grabin da Picada dos Portugueses, informando que seu pai e dois irmãos vieram, ainda solteiros, ao Rio Grande do Sul, em 1822, procedentes da Bahia. Primeiro procuraram trabalho em Porto Alegre e mais tarde dirigiram-se, junto com os colonos. Para a colônia. Venceram a pé a grande distância entre Bahia e Porto Alegre [...] (FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES ALEMÃS, 1999, p.57).

Ainda assim, primeira colônia “oficial” de alemães no Rio Grande do Sul foi mesmo a de São Leopoldo, e contava inicialmente com um total de 125 pessoas, sendo quase todas provenientes do Hunsrück e de Birkenfeld. Desses colonos, 39 imigrantes foram direcionados aos “domínios imperiais da Feitoria Velha a Real Feitoria do Linho e Cânhamos, São Leopoldo, e a Estância Velha, na outra margem do Rio dos Sinos” (RUSCHEL, 2017, p.7). De acordo com Roche (1969, p.180),

Seu desenvolvimento teve por quadro a bacia desse rio e seus afluentes , assim se constituiu a primeira área agrícola teuto-brasileira. Estende-se da linha de divisão das águas, entre o Rio Caí e o Rio dos Sinos, a oeste até os últimos contrafortes da Serra do Mar, a leste no município de Santo Antônio da Patrulha, entre a depressão central, ao sul, e Nova Petrópolis, ao norte. Tem como centros São Leopoldo e Novo Hamburgo. A segunda área constitui-se do mesmo modo, alguns anos mais tarde, a partir de 1846-1850, na bacia do Rio Caí, cujas linhas de divisão da água servem de limites, indo de São José do Hortêncio até Maratá, Brochier e Alto da Feliz, isto é, na curva de 300 metros de altitude. Suas duas vilas principais Caí e Montenegro, nas margens do Rio Caí [...].

Corroborando com a afirmação acima, Assmann (2009) também menciona que as colônias alemãs se expandiram primeiramente pelas imediações de São Leopoldo, alcançando depois zonas mais afastadas; e que as primeiras colônias tinham como características ficarem situadas à beira de rios. A proximidade com a água era estratégica, pois não havia estradas terrestres, e o melhor acesso mais fácil à matéria prima e equipamentos era o percurso fluvial, que servia também para a escoação do que era produzido. As zonas em que os imigrantes foram se estabelecendo são hoje as cidades de São Sebastião do Caí-RS, Bom Princípio-RS, Feliz-RS e Alto Feliz-RS, todas elas pertencentes, no período, a São Sebastião do Caí-RS, que, em meados do século XIX, chamava-se Porto dos Guimarães¹⁶.

Kronenthal-RS também nasce nessa região. Conforme Kuhn (2010), pelo estabelecimento da Lei 995 de 1875, foi criado o município de São Sebastião do Caí-RS, dividido em quatro distritos. Anos mais tarde, em 1938, São Sebastião do

¹⁶ De acordo com o veículo de comunicação Primeira Hora (2019), por volta de 1808, chegava a São Sebastião do Caí-RS a família do Sr. José Antônio Guimarães, capataz de uma rica viúva. Guimarães teve quatro filhos: Inácio de Alencastro Guimarães, Lourenço de Alencastro Guimarães, Pedro de Alencastro Guimarães (que mais tarde seria vereador e ilustre cidadão caiense) e Antônio Guimarães (que em 1850 adquiriu muitos hectares de terras). Pela importância dessa família, o povoado passou a se chamar “Porto dos Guimarães”.

Caí-RS divide-se novamente, e Kronenthal-RS passa a fazer parte do 5º distrito, de Feliz – RS.

3.2. ASPECTOS HISTÓRICOS EM KRONENTHAL – RS, ATUAL MUNICÍPIO DE VALE REAL – RS

“O Vale Real pertencia a São Sebastião do Caí, era uma comunidade muito pequena, mas de gente muito boa, era grande o Vale Real, em extensão ia do Arroio Feliz até Nova Palmira, tinha umas oitenta a noventa famílias residindo lá” (José Finckler). A partir da fala de meu entrevistado, o senhor José Finckler, que rememora os primeiros anos da cidade em que vive – e que viu crescer, introduzo as considerações sobre os aspectos históricos do espaço e da comunidade que ali se desenvolveram.

Vale Real-RS pertenceu a São Sebastião do Caí-RS, sendo inicialmente chamada de Kronenthal-RS. A nomenclatura alemã foi utilizada até aproximadamente os últimos anos da década de 30 do século XX – e deixou de ser utilizada no período da ditadura de Getúlio Vargas, vivenciada por Finckler, que afirma que, na época, a população foi proibida¹⁷ de falar em línguas estrangeiras, especialmente o dialeto utilizado na região e que, portanto, a localidade precisou de um nome em português, passando a chamar-se Vale Real-RS.

Por isso, conforme anunciado na introdução desta dissertação, utilizo-me aqui das duas denominações, de acordo com a época: Kronenthal – RS, quando me refiro à localidade desde sua ocupação e até 1938, e Vale Real-RS, quando a cito após esse período. Vale Real-RS foi, ainda, adotado como nome oficial da cidade à ocasião de sua emancipação, em 1992.

No tocante ao contexto empírico, para poder fazer essa descrição da localidade que pretendo aqui, fiz uso, especialmente, do manuscrito da professora Madalena Kuhn¹⁸, que morou no município, lecionou na rede estadual de ensino e

¹⁷ A proibição valeu a partir de 1938, mas apesar dela, os colonizadores ainda falavam a língua materna de maneira discreta e ou escondida das autoridades.

¹⁸ Numa determinada conversa com Madalena, ela fez o relato de que este manuscrito foi estudado e estruturado por cinco anos, começando seu trabalho no ano de 2005. A título de curiosidade, permaneceu por dois anos estudando os sobrenomes das pessoas dentro do cemitério municipal.

deixou como legado essa obra que ainda não foi publicada. O manuscrito contém 272 páginas, com 11 capítulos, contemplando assuntos como: os primórdios do município, sua ocupação, festividades, as secretarias municipais de Vale Real-RS, entre outros diversos títulos dentro de sua obra.

Em relação à imigração alemã que deu início à ocupação do território denominado de Kronenthal-RS, há que se introduzir alguns pontos que contextualizam a chegada e a organização dos colonos na região. Conforme Assmann (2009), findada a revolução Farroupilha, em 1845, o governo imperial retoma as práticas de incentivo à imigração alemã, e um dos primeiros imigrantes chegados então, Hillebrand, foi instituído diretor da colônia de São Leopoldo – RS. Hillebrand recebeu algumas incumbências, dentre elas a de ordenar a medição das terras que estavam localizadas entre o arroio Forromeco e o rio Caí no ano de 1846, que eram de propriedade do governo imperial e de, posteriormente, distribuí-las aos colonos.

Segundo Kuhn (2010), foi nesse processo de medição de terras que se estabeleceu a Colônia de Feliz. A área abrangia as localidades que foram nominadas de Bom Fim, Forromeco, São Pedro, Nova Palmira, Picada Cará, Temerária, Linha Cristina e Sebastopol, todas ainda pertencendo ao município de São Leopoldo.

Ao fazer leitura do manuscrito de Kuhn (2010), percebe-se que foi logo depois disso, a partir da década de cinquenta do século XIX, que iniciou o povoamento da área Kronenthal-RS, ocupado por colonos alemães oriundos “da região do Reno, de Monzefeld da Cincunscrição Governamental de ‘Trier’ – Alemanha, Mholstein, Oldenburg, Pomerânea” (KUHN, 2010, p.14).

Como a colonização de Kronenthal-RS se deu por volta de 1850, a região recebeu imigrantes oriundos do segundo grande movimento migratório alemão para o Brasil, vindo indivíduos com visão mais liberal e dedicados a atividades diversas, não somente a agricultura.

Os primeiros registros da localidade são comentados por Raaber:

Pude perceber o envolvimento da Madalena com o município, e, por meio de diversas conversas com ela, e da leitura do material, aprendi mais sobre o contexto geral e educacional do município.

Kronenthal-RS era conhecida, em 1850, por Fazenda Pedro Schimdt, o Pedro “carvoeiro”. Esse foi comerciante e sócio de Tristão Monteiro, proprietário da Fazenda Temerária e da Fazenda Cará, assim como terras denominadas Mundo Novo, que compreende os atuais municípios de Taquara, igreja e Três Coroas (RAABER, 2007, p. 9).

Ao perguntar para meus entrevistados se seus pais ou avós contavam a eles sobre como os imigrantes estabeleceram-se em Kronenthal-RS, a maioria respondeu que não lembrava com clareza de histórias que se relacionassem com a vinda dos imigrantes; porém, o senhor José Finckler, fez um relato mencionando que o pouco que sabia relacionava-se à chegada por São Leopoldo e à sucessiva expansão no território:

[...] sobre os primeiros imigrantes eu sei muito pouco, porque era muito antes do meu tempo, né? Nós falávamos, mas eu sei que os primeiros habitantes que vieram, vieram por Picada, eles vieram com barco até São Leopoldo, até o Rio dos Sinos, lá desembarcaram e começaram a entrar Rio Grande adentro... era mato, mato e mato, então abriram picadas para passagem. Então o encontro principal onde eles fixaram residência temporária era na Feliz, e de lá eles se expandiram para outras localidades, né? Assim surgiu também o Vale Real (José Finckler)

José Finckler refere-se à localidade usando seu nome atual, em português. Kronenthal-RS, como já mencionado, termo alemão cunhado como nome da localidade, que designava “vale da coroa”, explica-se pela configuração geográfica do lugar, cujos morros lembram a forma de uma coroa, e vigorou até o final da década de 1930. Vale Real-RS é, pois, uma tradução imprecisa do nome alemão ao português.

Há também outra explicação, documentada por Masson (1941), que sugere que a denominação da localidade, Kronenthal-RS, teria origem na comunidade religiosa, referindo-se ao conto dos três reis magos. Essa hipótese é comentada também durante a entrevistada senhora Maria Amélia Bergmam:

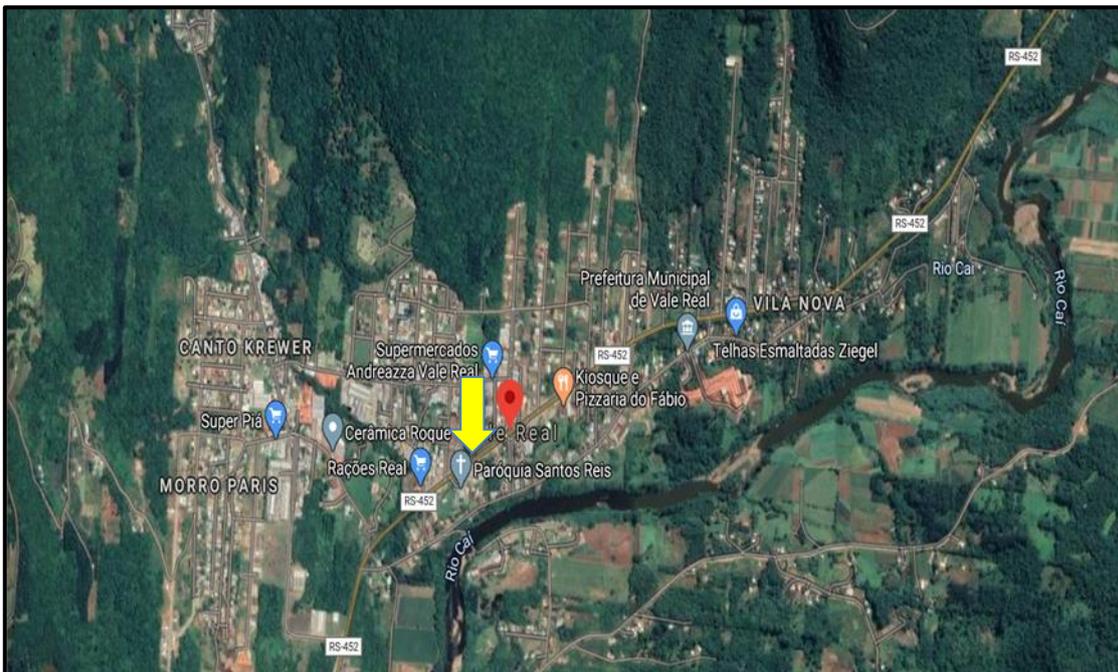
[...] eles construíram a primeira igreja no Vale Real, estes homens, um foi de sobrenome Hass, Binsfeld e Krewer, e os outros Stoffels, Schneider, todos vindo da Alemanha. Quando terminaram a construção da igreja se conversaram entre si: como vai ser o nome da igreja, então? Falaram entre si: Três Santos Reis, porque foram os primeiros que visitaram o menino Jesus, Gaspar, Melchior e Baltazar (Maria Amélia).

Com a ocupação do território, o início da colonização ocorreu com a construção das primeiras moradias, de modo rudimentar e com a ajuda de outras

peças, na forma de mutirões, com recursos retirados da própria região onde estavam – pois se tratava de uma região de mata. As profissões dos primeiros imigrantes eram de marceneiros, agricultores, carpinteiros, pedreiros, funileiros, ferreiros, entre outras (KUHN, 2010).

Vale Real-RS está localizado na região do Vale do Caí¹⁹, no pé da serra gaúcha. A figura 1 ilustra a vista aérea atual do município.

Figura 3 - Vale Real: vista aérea



Fonte: Google Earth (2019).

A seta em amarelo indica onde estava localizada a Escola Paroquial, objeto desta pesquisa, quando do seu funcionamento.

Kronenthal-RS fazia parte da Picada Feliz, quando a área ainda pertencia ao município de São Leopoldo – RS (KUHN, 2010). Todavia, em 1875, pelo estabelecimento da Lei n. 995, foi criado o município de São Sebastião do Caí, que se dividiu em quatro distritos, com Kronenthal-RS passando a pertencer ao 3º distrito, chamado de Santa Catarina de Feliz. Em 1938, São Sebastião do Caí

¹⁹ O Vale do Caí compreende uma região formada por 20 municípios, permeados pelo rio que leva seu nome. Está localizado entre o Vale dos Sinos, ao sul, e a Serra Gaúcha, ao norte. O Rio Caí nasce em São Francisco de Paula e é um dos maiores rios do Rio Grande do Sul.

dividiu-se mais uma vez, e passou a contar com oito distritos; Kronenthal-RS passou a pertencer ao 5º, ou seja, o distrito de Feliz.

Mais de 80 anos depois, em 1959, o então distrito de Feliz emancipou-se de São Sebastião do Caí pela Lei Estadual 3.725 de 17 de fevereiro. Vale Real-RS passa, então, a ser o 1º distrito de Feliz. Em 1978, Vale Real-RS foi considerada vila de Feliz (KUHN, 2010).

Em 1989, empossada a Comissão da Emancipação do Vale Real-RS, a documentação para que a vila passasse à categoria de município foi redigida e organizada. Em 1991, através de um plebiscito com um total de 2.054 eleitores, Vale Real-RS aprovou sua emancipação com 1388 votos favoráveis, e a criação do município ocorreu em 20 de março de 1992, através da Lei nº 9.615 (KUHN, 2010). A emancipação político administrativa oficializou, ainda, o nome da cidade²⁰, embora, como já salientado, a nomenclatura já estivesse em voga desde os anos 1930.

Os traços culturais e sociais da presença dos imigrantes alemães em Vale Real-RS ainda se fazem sentir em diversos setores sociais, como na arquitetura, na música, na dança e na presença do dialeto ainda muito utilizado por diversos municípios como forma de resgatar e declarar suas origens. Uma das festividades organizada, conhecida e comemorada no município tem como nome *Kronenthal Fest*, homenageando a antiga nomenclatura da cidade. A festividade tem como objetivo rememorar e comemorar a vinda dos colonos alemães ao Rio Grande do Sul, e por isso acontece periodicamente no mês de julho.

Segundo Kuhn (2010), muitos sobrenomes (nomes de família) dos primeiros habitantes alemães da região ainda estão presentes no município. Dentre os mais comuns, encontram-se Finckler, Freiburger, Stoffels, Arenhardt, Staudt, Krewer, Schneider, Puhl, Rauber, Gauer e Schmitz.

Em virtude de sua emancipação recente, Vale Real-RS é um município jovem, mas vem estabelecendo seu ritmo de desenvolvimento em diversos setores. O município tem buscado protagonismo na região do Vale do Caí, que é constituída

²⁰ De acordo com dados do IBGE (2018) Vale Real ocupa área de unidade territorial de 45,085 km², tem uma população de 5.118 habitantes e densidade demográfica de 0,11352 habitantes por km². É vizinho dos municípios de Alto Feliz, Feliz e Linha Nova. Está situado a 52 metros de altitude e tem a seguintes coordenadas: latitude 29º 23' 56" sul; longitude: 51º 15' 15" oeste.

por diversos municípios. A sociedade valerrealense é ainda hoje formada principalmente pelos descendentes de alemães, tendo sua economia²¹ destacada especialmente por empreendimentos como pequenas indústrias metalúrgicas, de confecções, hortifrutigranjeiros, olarias e comércio em geral, bem como serviços de diversos ramos.

3.3. A ESCOLARIZAÇÃO EM KRONENTHAL/VALE REAL-RS

Em relação à história da educação no município, verifica-se que o processo educacional remonta aos primórdios da imigração alemã na região. Inicialmente, devido à falta de escolas, visto que a educação ainda estava em fase de consolidação no Império Brasileiro, os indivíduos recebiam instrução no âmbito familiar. Isso foi comentado, inclusive, por alguns entrevistados. Esse modelo de educação não institucionalizada visava que os filhos dos colonos aprendessem em casa na língua materna, no caso em alemão.

Contudo, devido à preocupação dos imigrantes germânicos com a escolarização dos membros na comunidade que se formava, fundaram-se as primeiras instituições educacionais. De acordo com Roche (1969, p.664),

Os começos foram muito modestos: “aqui, ainda não há escolas regulares, como na Alemanha, e as que existem ficam muito afastadas para que possamos mandar para elas as crianças, por conseguinte, somos nós mesmos obrigados a instruí-las”, escrevia um colono de Dois Irmãos em 1832. Desse ensino doméstico nasceram as primeiras escolas. Confiavam-se as crianças a uma pessoa idosa ou incapaz de cultivar a terra, um pouco mais adiantada que as outras em leitura, escrita e cálculo, encarregada de ensinar as primeiras noções. A escolaridade era curta, geralmente um ano, muitas vezes interrompida pelos trabalhos agrícolas, as crianças mais afastadas iam à escola a pé ou a cavalo; as mais velhas traziam mesmo, a tiracolo, uma espingarda, da qual se serviam no caminho para abater a caça.

Kreutz (1994b) destaca, nesse sentido, que a questão escolar na Alemanha no século XVIII e XIX é condição para compreender a organização das escolas de imigrantes no Rio Grande do Sul. O autor afirma que:

²¹ Um conjunto de informações acerca do tema pode ser acessado no site do município de Vale Real, disponível em: <<https://www.valereal.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

Os imigrantes teutos provieram de regiões alemãs nas quais ocorrera a primeira grande mobilização em favor da escola para todos, como condição para o exercício da cidadania. Os primeiros imigrantes vieram imbuídos desta mentalidade quanto à importância e a função da escola (KREUTZ, 1994b, p.17).

Os imigrantes já portavam experiências e cultura educacional, o que lhes permitia perceber a relevância da organização escolar para as comunidades, e foi o motivo pelos quais lutaram tanto pela abertura de escolas e o funcionamento eficiente das instituições nas localidades em que se estabeleciam. Rambo (1994, p.8) afirma que

Para se compreender devidamente a importância atribuída à escola pelos imigrantes teuto-brasileiros, católicos e luteranos, é necessário remontar ao passado milenar da formação histórico-cultural, da qual emergiram esses colonizadores [...]. [...] Foram herdeiros de um rico e vasto arsenal de tradições culturais, sociais, políticas, econômicas, artísticas e religiosas, arduamente elaboradas, durante séculos.

Assim, para Keller (1975, p. 178),

A escola da comunidade é, sem dúvida, uma instituição singular, que surgiu como resposta a uma necessidade sentida pelos núcleos coloniais, a que se restringia, nos primeiros decênios, a área de influência do imigrante. Da mesma forma este teve de se adaptar em ambiente estranho a novas condições de vida e de trabalho, a preocupação pela educação de seus filhos e levou a suprir, por iniciativa própria, a ausência de escolas. Surgiu assim, a escola mantida por iniciativa comunitária, que, no decorrer do tempo, teria na escola da comunidade ou escola paroquial a sua expressão mais autêntica Este tipo de escola, tornou-se instituição característica em todas as comunidades rurais e acompanhou as levas de migrantes que, partindo das chamadas “colônias velhas”, iam progressivamente povoar novas zonas de colonização, espalhando-se por todo o Estado.

Conforme estudos de Rambo (1994), a primeira Escola étnica paroquial de Vale Real-RS surgiu no ano de 1871, com o ensino sendo ministrado em alemão, única língua falada pelos imigrantes da localidade, ao menos inicialmente. As escolas étnicas paroquiais (*pfarreischulle*) eram organizadas e controladas pela influência dos religiosos. Em razão da ausência de professores com formação, geralmente quem ensinava era o indivíduo mais culto da comunidade, eleito pelo padre e pelos pais dos alunos, que o sustentavam e garantiam a sua autoridade.

Na região, o primeiro professor foi Estéfano Theissen, que iniciou suas atividades na escola construída ao lado da capela. Outros professores também tiveram passagem por essa escola, como Felipe Finckler, Antonio Anchau, Egídio Finckler, Vilibaldo Grausperhardt, José Otávio Gregory e Luiz Reinaldo Andrioli. Nessas escolas étnicas paroquiais, não havia um programa oficial de ensino, até pelo menos cerca de 1940. Os professores atuavam, então, como mediadores intelectuais:

[...] são homens da produção de conhecimento e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (GOMES, HANSEN, 2016, p.10).

Os professores tinham um papel fundamental não só na escola como na sociedade. E o “currículo” era baseado naquilo que se compreendia como necessidade dos alunos, bem como nos conhecimentos do professor. Também eram ensinados preceitos religiosos, dado o caráter paroquial das escolas.

A partir de 1938, as escolas paroquiais ou comunitárias foram sendo municipalizadas, visto que a educação passou a ser dever dos municípios, e os estabelecimentos de ensino passaram a exigir dos professores com formação e titulação específica para o exercício da profissão. Em Vale Real-RS, até 1965, porém, existiram escolas étnicas com caráter privado, mantidas pela comunidade. Também havia a presença de uma escola pública, constituída em 1898 – o “grupo escolar” –, que, em 1960, foi reinaugurada, tornando-se posteriormente a Escola Estadual de Ensino Médio Bernardo Petry.

O objeto de estudo desta dissertação é a primeira escola étnica paroquial de Kronenthal/Vale Real – RS, estabelecida em 1871 pelos imigrantes alemães que se fixaram na localidade, segundo escritas de Rambo (1994). No entanto, para os munícipes, dado à pessoalização da figura do professor, foi então conhecida como “Escola dos Finckler”, “Escola do Gregory”, “Escola do Andrioli” (todas essas três nomenclaturas faziam referência aos professores que ensinavam nessa Escola, no período proposto na pesquisa), o professor era a escola. Destaco que a atuação do professor será assunto de um item no capítulo de análise desta dissertação.

Observo, ainda, que houve outras escolas étnicas na região, como pontuado por Rambo (1994); porém, nesta pesquisa, investigo somente a Escola Paroquial, como modo de delimitar um campo empírico de investigação.

O período, marcado no momento nacional já apresentado neste capítulo, das reformas Francisco de Campos e Gustavo de Capanema, teve influências também na comunidade de Kronenthal/Vale Real-RS, com a questão da nacionalização em primeiro plano, afetando práticas escolares e políticas públicas. Mais uma vez, é importante afirmar que o governo adotou a ideologia de brasilidade também e muito por considerar esses núcleos imigrantes uma ameaça para a integridade territorial e cultural do país, objetivo que se intensificou com a II Guerra Mundial.

De fato, na década de 30, apesar dos esforços do governo, nas comunidades alemãs homogêneas havia uma forte identificação com a cultura e o povo com sua origem, chamado de “consciência alemã (*Deutschtum*)”. Houve resistências à política da nacionalização do ensino. Como destaca Renk (2016), ante a pressão para o ensino na língua portuguesa (nacional), os professores ensinavam aos alunos poesias, lições e hinos em língua portuguesa, que eram apresentados aos Inspectores de Ensino, enquanto os demais ensinamentos eram em alemão. Ao mesmo tempo em que evidenciavam uma face nacionalizadora da escola, o aprendizado e a cultura permaneciam na língua materna. Ou ainda adotavam outras estratégias de ensino bilíngue, como a tradução das lições para as duas línguas, de modo a que o aluno compreendesse o que lhe estava sendo transmitido.

Segundo Müller (1994), sobre as políticas implantadas, e principalmente pela proibição do uso da língua materna pelos imigrantes, a nacionalização rompeu com o desenvolvimento natural do ciclo escolar. Para Kreutz (1994b), o principal impacto da Nacionalização do Ensino foi orientado para promover uma assimilação compulsória dos valores políticos e culturais da nação brasileira nos imigrantes alemães e seus descendentes. Assim, por meio da legislação (decretos federais e estaduais), foi instituído não só o ensino obrigatório na língua portuguesa e um material didático específico a ser utilizado, como a necessidade de licença para o exercício docente, além da intensificação do ensino da história e da geografia brasileiras.

Em relação às escolas paroquiais, porém, Kreutz (1994b) salienta que não é verdade que o governo as tenha pura e simplesmente fechado. Houve, sim, a necessidade de que adaptassem sua atuação a essa legislação imposta, mas isso não foi o suficiente para o fim das escolas paroquiais teuto-brasileiras. De acordo com Dreher (2008b), vale saber que, enquanto as escolas comunitárias ligadas a comunidades luteranas foram fechadas ou encampadas pelo estado ou pelos municípios, as escolas católicas tiveram uma “sobrevida” maior devido a um convênio assinado em 5 de junho de 1940 entre o arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker, e o Secretário de Educação e da Saúde Pública, Coelho de Souza. De qualquer maneira, o Estado Novo preparou esse final.

Dentro da estratégia de nacionalização progressiva, o Governo do Estado utilizou-se, ainda, de uma política de concorrência, abrindo escolas públicas estaduais ou municipais nas localidades com escola de língua alemã. Com isso, utilizou-se da gratuidade do ensino e da possibilidade de melhor aprendizagem do português como apelo para muitas famílias (MÜLLER, 1994).

4 MEMÓRIAS DA ESCOLARIZAÇÃO EM KRONENTHAL/VALE REAL – RS: CULTURAS E PRÁTICAS EDUCATIVAS NA ESCOLA PAROQUIAL (1933 – 1965)

“A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança” (BOSI, 2004, p.53). Uma vez que, na valorização da História Cultural, buscam-se as sensações, os sentimentos, as percepções, particulares ao indivíduo, o momento histórico é enriquecido, carregado de um sentido e de uma inteligência fundamentais, que só são possíveis na subjetividade. Para Pesavento,

As sensibilidades corresponderiam a este núcleo primário de percepção e tradução da experiência humana no mundo. O conhecimento sensível opera como uma forma de apreensão do mundo que brota não do racional ou das elucubrações mentais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo (2012, p. 35).

Por outro lado, por mais que tenhamos experienciado momentos só nossos e visto coisas que somente nós vimos, ainda assim nossas lembranças seguem sendo coletivas e, pelo bem da História, podem ser rememoradas por outras pessoas. Como afirma Halbwachs (2006), nunca estamos sós, mesmo que fisicamente os outros não estejam presentes; a coletividade está em nossos pensamentos. Nesse sentido, “para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2006, p. 31), mas sim uma coletividade que compartilhe, mesmo em nível de discurso, dessa memória, dessa narrativa. Seguindo essa linha de pensamento, Halbwachs (2006, p. 26) afirma de fato que

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com os objetos que só nós vimos. É porque em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que os outros homens estejam lá, que se distingam materialmente entre nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem [...].

Souza (2011) também entende a memória como sendo sempre plural, uma vez que é construída a partir de memórias do passado que são compartilhadas de forma social, no âmbito do cotidiano de cada pessoa. Com isso, a memória coletiva, apoiada na história individual, emerge das relações e manifestações das recordações.

Segundo Pesavento (2012, p. 94), “história e memória são representações narrativas que se propõem uma reconstrução do passado e que se poderiam chamar de registro de uma ausência no tempo”. Ao lembrar e narrar, cada indivíduo revela um momento único da sua vida, e a história que se quer construir nesta pesquisa é, pois, resultado dessas representações. Para além das fontes documentais, são as memórias que preenchem as ausências, que recriam o passado.

Para melhor analisar essas fontes, às quais tive acesso por meio das entrevistas, estruturei categorias de análise assim definidas:

- a) A Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real - RS.
- b) A influência da Igreja Católica na sociedade por meio da Escola Paroquial: relações com a comunidade, normas, conduta e autoridade.
- c) O professor é a Escola.
- d) Como eram as aulas: vestígios de culturas e práticas.

Passo, então, a discorrer sobre cada uma delas, em subcapítulos.

4.1. A ESCOLA PAROQUIAL DE KRONENTHAL/VALE REAL – RS NA VOZ DOS ENTREVISTADOS

Por meio das falas e memórias dos ex-alunos da Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS, é possível descrever um pouco da história dessa instituição. Faço isso sempre dentro do período delimitado para a pesquisa, que vai de 1933 a 1965 e que, de certa forma, foi orientado também pela presença dos sujeitos que se disponibilizaram a responder a meus questionamentos. Além disso, para complementar a história, faço uso da análise dos documentos já mencionados como fonte segunda desta pesquisa.

O instrumento escolhido para acessar essas memórias, e recolhê-las, foi a entrevista. Dentre as vantagens da sua aplicação, está o protagonismo do respondente, que é parte fundamental da constituição da escola e dos processos educativos, e fundamental, então, para a narrativa a que se quer chegar aqui. Os questionamentos preparados para a entrevista foram breves, na intenção de deixar espaço para a manifestação das memórias e percepções do período escolar vivido na instituição investigada.

A escolha de uma prática dessa natureza é embasada em Pesavento, que afirma:

Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado (PESAVENTO, 2012. p. 34).

Das fontes documentais, importantes como informação de base para entender os discursos dos entrevistados, tem-se que a Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS atendia filhos de imigrantes alemães estabelecidos na localidade central do povoado. Inicialmente, as aulas aconteciam na língua materna, ou seja, no dialeto germânico dos imigrantes caracterizando-a como escola étnica. As escolas étnicas, principalmente as alemãs, tiveram seu auge nas primeiras décadas do século XX. A organização pedagógica e os materiais utilizados para o ensino iam ao encontro da filosofia educacional do período para esse modelo escolar, que era ensinar conteúdos vinculados à realidade do aluno. Assim, as escolas alemãs da época foram construídas atendendo às características e os recursos de cada uma das colônias em que se estabeleciam (RAMBO, 1994).

Kreutz (1994a) afirma que os imigrantes alemães organizaram uma rede de 1.041 escolas com 1200 professores na década de 1930. A partir dessa informação, percebe-se sua preocupação em relação à escolarização de seus descendentes, para que os seus filhos e futuras gerações tivessem conhecimentos básicos suficientes às práticas do cotidiano, o que os levou, ainda, a sustentar e organizar essas instituições autonomamente.

De acordo com (KREUTZ, 2003, p.357- 358),

As escolas de imigração alemã na região rural eram escolas comunitárias porque foram criadas e mantidas pelas comunidades teuto brasileiras. Porém, na maior parte dos casos, eram consideradas escolas confessionais. As estruturas de apoio e supervisionadas pelas respectivas confissões religiosas. As igrejas, católica e evangélica, assumiam a questão escolar como seu principal ponto de apoio para a ação continuada e estruturada dos núcleos rurais. E, em contrapartida, para quem não se comprometesse com a escolarização dos filhos e a manutenção da escola de do professor, as sanções também eram religiosas.

Nesse movimento de escolarização nas colônias alemãs, a escola étnica paroquial de Kronenthal-RS foi a primeira escola da região que hoje forma a cidade de Vale Real-RS, tendo sido fundada em 1871 (RAMBO, 2010). Ela permaneceu como a única escola da localidade central de Kronenthal-RS até 1898, quando da criação da escola pública, que atendia não somente católicos, mas também crianças com famílias de outras crenças, especialmente os protestantes luteranos²². Essas eram, então, as duas primeiras escolas de Kronenthal-RS (atual Vale Real-RS), o que é confirmado pela fala de um dos meus entrevistados, Sr. Miron Stoffels, “[...] a paroquial e a municipal, e mais tarde surgiram outras escolas”.

A escola étnica paroquial caracterizava-se por receber estudantes do 1º ao 4º ano, e por funcionar em um único turno, diurno, o que permitia que o aluno tivesse disponibilidade de ajudar seus pais no trabalho rural, ou em casa cuidando de seus irmãos mais novos e dos serviços domésticos. Isso era importante, pois o povoado de Kronenthal-RS naquele período possuía uma economia preponderantemente agrícola, o que exigia um trabalho dedicado e constante na roça, como meio de subsistência individual e familiar. Destaco a fala do Sr. José Finckler sobre o funcionamento da escola e a realidade das famílias no local:

Olha a escola do meu pai alemã... eu gostava de ir lá, funcionava de manhã, no meio dia que eu ia na escola eu não precisava ir na roça, era mais fácil ir na escola estudar do que trabalhar com a enxada, e depois a gente era orgulhoso quando sabia ler e escrever, era um orgulho, porque

²² Na época pesquisada, a atual Escola Estadual de Ensino Médio Bernardo Petry era conhecida como Escola de Isabela Petry, filha do senhor Bernardo Petry. Suas aulas ocorriam em prédio próprio da família. A escola aceitava pessoas independentemente da religião, e era mantida pelo município, respondendo à Coordenadoria de Educação de São Sebastião do Caí – RS. Atualmente está localizada na RS 452 km 14 (região central do município de Vale Real RS).

a maioria da população era analfabeta. Porque naquela época nem dá para comparar como é hoje em dia.

Além do que é lembrado pelo Sr. José Finckler, sabe-se que a escola possibilitava conhecimentos elementares, com o objetivo de que a criança se tornasse um adulto minimamente capaz de “se defender do mundo”. Essa ideia era afim com o conceito de ser um bom cidadão, que no período significava também ter conhecimento religioso e respeito à Igreja Católica e seus princípios.

Mas para além da presença do ensino religioso e da proximidade com a Igreja Católica, então, valia também civilizar a infância por meio de padrões de conduta impostos aos alunos e na rigidez da organização da escola.

A Escola Paroquial de Kronenthal-RS tinha como característica possuir apenas um professor, responsável pelo ensino de todas as disciplinas em todos os anos escolares. Os professores da Escola Paroquial do período pesquisado foram Felipe Finckler, seu filho, Egídio Finckler, José Octávio de Gregory e Luiz Reynaldo Andrioli. Pelo fato de Felipe e seu filho Egídio terem sido professores, a escola era conhecida na comunidade como “Escola dos Finckler”. Já aqueles que estudaram sob a tutela dos outros professores a chamavam de “Escola do Gregory”, e “Escola do Andrioli”. É possível depreender, portanto, uma “pessoalização” da escola em relação ao professor. Quando não era assim, simplesmente a chamavam de “Escola Paroquial”, dada sua vinculação com Igreja da comunidade, também por proximidade geográfica: a instituição ficava no centro da localidade de Kronenthal-RS, ao lado da Igreja e do Cemitério, que também era mantido pelos padres. José Finckler diz que “*A escola ficava do lado da Igreja, hoje no Vale Real; no centro cultural tem uma miniatura da escola... está lá... foi uma lembrança que eles deixaram*”.

A narrativa do Sr. Miron Stoffels retoma a associação entre professor e nome da escola, que acontecia na época. Quando questionado se a escola paroquial também era chamada de “Escola dos Finckler”, Miron respondeu:

Nessa escola os Finckler também deram aula, mas antes de eu estudar lá. Primeiro o velho Finckler, seguido de seu filho, mas faz sentido chamarem de escola dos Finckler porque eles moravam numa casa ao lado da escola, assim como a escola municipal era conhecida como Isabela Petry.

Já em relação à proximidade com a igreja, esta também é notável na fala de outros entrevistados, quando mencionam a organização das instituições Igreja-Cemitério-Escola, as quais mantiveram sua estrutura nessa região como singularidade, assim como a influência da religião, herança europeia da colonização. Essa organização indica também o estabelecimento de um espaço de relações da sociedade (DREHER, 1984).

Complementando essa proximidade da escola com a Igreja, tem-se a fala de Lucila Nedel: *“Ali ao lado da Igreja tinha uma escola, ali eu estudei, na escola paroquial [...]”*; e de José Felix Griebler, quando descreve a construção: *“era uma casa bem antiga, do ladinho da Igreja, era de madeira, comprida, depois construíram de material, de pedra. Estudei os quatro anos nesta escola. A escola era colada na Igreja, bem do lado, a escola paroquial”*.

Figura 4 - Antiga escola paroquial ao lado da Igreja

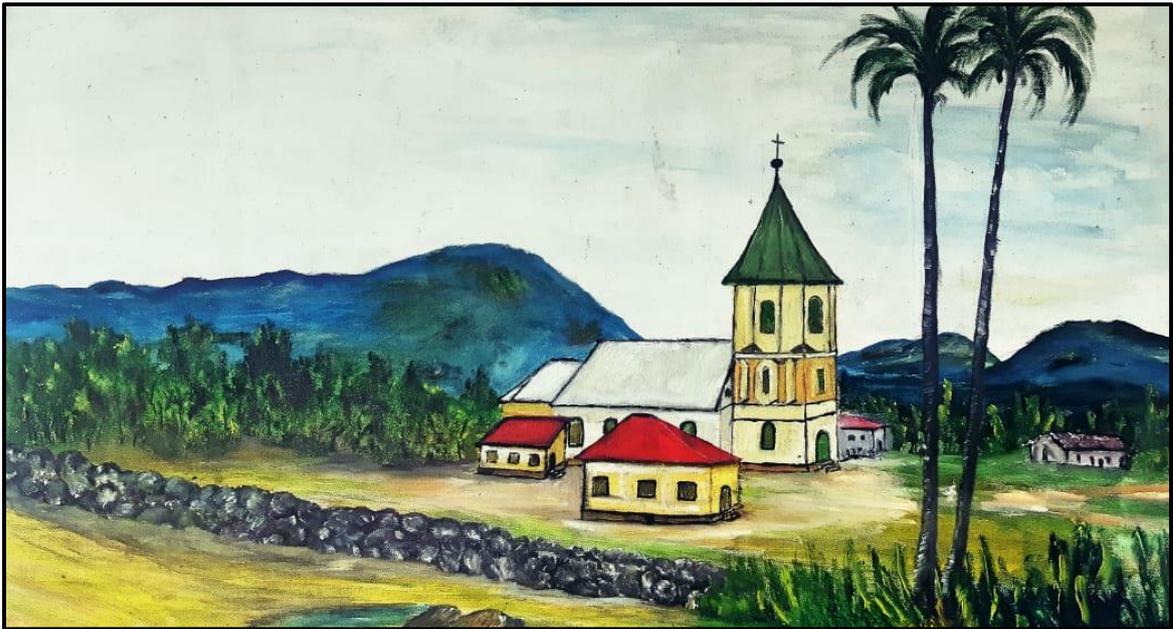


Fonte: Acervo da Igreja Santos Reis de Vale Real – RS.

A fotografia acima, do acervo da Igreja Santos Reis de Vale Real-RS, retrata o prédio da Igreja na localidade de Kronenthal-RS e, logo ao lado e mais abaixo, o prédio da Escola Paroquial de Kronenthal-RS.

A escola marcou de tal maneira alguns alunos que a imagem da escola e o contexto em que ela estava posta permaneceu em suas memórias por muito tempo, isso pode ser vislumbrado num quadro pintado recentemente pelo entrevistado Heyne Stroehler, ilustrado na Figura 5, abaixo.

Figura 5 - Pintura da escola paroquial



Fonte: Heyne Stroehler.

Ao analisar essa pintura e compará-la à fotografia da Figura 4, é perceptível que se trata de uma representação detalhada da escola. Nas duas imagens, é possível vislumbrar parte da geografia da localidade: nota-se claramente que a Igreja, a escola e o cemitério estavam próximos, assim como se aproximavam também do povoado, e que estão em local mais baixo do relevo, cercado pelos morros que formam a “coroa” que inspirou os nomes que foram atribuídos à localidade e ao município.

É importante lembrar que, de acordo com Kreutz (1991), a escola tradicional ou católica tinha como características o ensino privado e diferenciado entre os sexos, e a educação como responsabilidade igualmente da família, mas sempre subordinada à doutrina religiosa. Entretanto, o professor da Escola Paroquial de Kronenthal-RS era o responsável principal pela educação dos alunos em diversos

anos e disciplinas, e ensinava, em uma única sala de aula multisseriada (do primeiro ao quarto ano), gramática, aritmética (matemática), geografia, história e catecismo.

A divisão por ano era feita com os primeiros anos dispostos nas primeiras fileiras, e mais próximos do professor; e os mais avançados, prestes a concluir a formação nessa escola, nas fileiras mais ao fundo da sala de aula. Conforme fala do Sr. Miron Stoffels, havia na Escola Paroquial de Kronenthal-RS, no período em que lá estudou “[...] *uns quarenta a cinquenta alunos, a divisão da sala era assim: os mais novos sentavam na frente e os mais graduados atrás. Mas a aula era uma só, ele dava o tema dos mais novos, depois dos outros e assim por diante*”.

Ainda, para se adequar ao modelo escolar tradicional Católico, a sala era também dividida em duas partes: uma de meninos e outra de meninas, respeitando a separação de gêneros descrita por kreutz (1991). O Sr. Miron Stoffels confirma esse esquema: “*o prédio da escola era de pedra, era de pedra as paredes e a parte do telhado era de madeira e os bancos eram quatro alunos em cada banco, num lado os meninos e noutro lado as meninas*”.

Essa estrutura de separação na união também mostra uma interessante questão pedagógica, a da autonomia: distanciar os alunos do professor, conforme vão progredindo na formação, permite compreender que o ensino era também com vistas à capacidade de evoluir e aprender cada vez mais autonomamente. É evidente que essa distância não era grande, mas é importante em uma sala de aula. Na escola de Kronenthal-RS, ficar mais velho significava, da mesma maneira, ser mais autorresponsável. Além disso, o Professor passava as lições primeiro aos iniciantes, permitindo que os alunos dos anos seguintes revissem conteúdos de base, que já haviam sido aprendidos, como forma de estudo e atualização.

O ensino na Escola Paroquial de Kronenthal-RS era, também e como já foi mencionado, principalmente em língua alemã. Isso foi tão marcante que foi lembrado por vários dos entrevistados. O Sr Aloysio Angst narrou: “*Estudei na escola paroquial um ano e depois fui na Isabela Petry. Na escola paroquial as aulas eram em alemão e na Isabela Petry era em português*”. Maria Amélia Bergmann também disse que “*o grupo escolar Bernardo Petry, que tinha aulas em português para as crianças, a escola paroquial também chamada escola dos Finckler, porque*

o Felipe Finckler foi o primeiro professor [...]”²³. Igualmente, afirma o Sr. José Finckler: “[...] Havia duas escolas lá, uma particular que era alemã que era a do meu pai, e a outra era uma escola em português que era municipal, mas acontece que meus pais tinham oitenta alunos e a escola municipal tinha trinta”.

Nota-se, nessa última citação, portanto, que havia preferência pela Escola Paroquial quando ambas as instituições atuavam na localidade. Isso pode ser atribuído ao fato de a maioria das famílias serem católicas, como afirma Miron Stoffels:

Todos os católicos iam para a escola paroquial, isso era natural todos iam. Inclusive tinha muito mais alunos na paroquial do que na da Isabela, isso que a escola era da Isabela, o prédio era dela particular, o prédio era do pai dela do Bernardo Petry.

Após o 4º ano, os alunos encerravam a formação disponível na escola, e, caso pretendessem estudos mais aprofundados em demais séries, teriam que buscar formação na capital do estado, Porto Alegre, ou ir para algum Seminário Católico, como o existente em Salvador do Sul, exclusivo, porém, para meninos - e que foi efetivamente frequentado por alguns dos meus entrevistados.

Com o advento do Estado Novo e da Escola Nova, as características iniciais da Escola Paroquial de Kronenthal-RS foram se modificando ou chegando ao fim. Essa percepção do encerramento da Escola Paroquial de Kronenthal-RS tal como era conhecida, a partir do período da Segunda Guerra Mundial e especialmente após o Estado Novo Getulista, pode ser sentida na fala de Aloysio Angst: “*Sim tinha muitos [católicos], todos os católicos iam lá, e depois que entrou a Guerra logo terminou a escola paroquial, não podia falar mais em alemão, era proibido, só o português*”. Ao longo da entrevista, o Sr. Aloysio Angst, que estudou seu primeiro ano na Escola Paroquial reforçou essa fala:

Muita gente estudou lá, os mais antigos todos estudaram lá, porque ela foi a primeira escola que Vale Real teve. Depois que veio a guerra, aí não podia mais ter aula em alemão. Em 1939 começou a guerra e eu tinha oito

²³ A escola Isabela Petry e o grupo escolar Bernardo Petry, que são destacados nas falas dos entrevistados, são a mesma escola municipal descrita em nota de rodapé anterior, no início subcapítulo. Por estar trabalhando com memória, é aceitável que exista essa profusão de nomes para se referir à mesma escola, que existe até hoje e teve diversas facetas em sua história.

anos. Os primeiros professores da escola paroquial foram da família Finckler.

A escola não deixou de existir no período mencionado pelo Sr. Aloysio; o que de fato ocorreu foi proibição das aulas na língua alemã, mas que representou para ele o fim da instituição, pelo menos do que ela representava para muitos estudantes e membros da comunidade. Conforme afirma Henk (2016, p. 98) “A língua pode ser entendida como a expressão da etnicidade, e sua perda significa a perda da identidade étnica”.

No papel, a escola teve início no ano de 1871, e viveu seu auge nos anos da década de 1930, quando houve toda a expansão das escolas étnicas; no ano de 1965 encerrou oficialmente as suas atividades, uma vez que as escolas públicas estavam em pleno desenvolvimento na região.

4.2. A INFLUÊNCIA DA IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE POR MEIO DA ESCOLA PAROQUIAL: RELAÇÕES COM A COMUNIDADE, NORMAS, CONDUTAS E AUTORIDADE

A localidade de Kronenthal – RS teve sua primeira capela construída no ano de 1875. A essa primeira igreja foi dado o nome de Três Santos Reis, em homenagem aos três reis magos presentes na narrativa do nascimento de Jesus Cristo, como conta a senhora Maria Amélia Bergman:

Eles construíram a primeira igreja no Vale Real, estes homens, um foi de sobrenome Hass, Binsfeld e Krewer, e os outros Stoffels, Schneider, todos vindo de Alemanha. Quando terminaram a construção da igreja se conversaram entre si: “como vai ser o nome da igreja?” Então uns falaram entre si: Três Santos Reis, porque foram os primeiros que visitaram o menino Jesus, Gaspar, Melchior e Baltazar.

Segundo relata Spohr (2015), no ano de 1894 começou a construção da capela de pedra, sendo que a primeira missa solene celebrada na nova capela aconteceu em janeiro de 1896.

No período pesquisado, havia somente a Igreja católica em Kronenthal-RS, então as poucas famílias de protestantes que residiam na localidade tinham que se deslocar até onde hoje é o município de Feliz para as suas práticas litúrgicas. Essa

informação foi-me dada, também, quando perguntei aos entrevistados se existiam outras Igrejas na localidade. O senhor Miron me respondeu:

Existia só uma Igreja, somente a Igreja católica; a Igreja para os protestantes só existia em Feliz – RS. Curiosamente hoje na mesa conversamos sobre isso, sobre a Igreja católica e a protestante, que hoje estão muito unidos familiarmente falando, independentemente do credo. Naquele tempo, não, a coisa era mais aguda. Então, no Banana²⁴, naquele tempo, oitenta por cento das famílias eram protestantes, mas não tinha pastor. As localidades próximas como Linha Nova também [tinham] cerca de setenta por cento protestantes, então Vale Real ao contrário tinha somente duas famílias protestantes, [em] toda localidade... um deles era o carpinteiro, Henrique Seibert e o outro era o Guilherme Hein, que era um grande colono, que por sinal doou o terreno para fazer a Igreja Evangélica, a Igreja está feita no terreno dele, ali onde está a Igreja Evangélica [...] hoje a harmonia entre as Igrejas é muito mais fraternas como era naquele tempo. Então a Igreja protestante no Vale Real é bem recente, deve ter uns 15 anos, no máximo. Como eu já te falei, havia apenas duas famílias de protestantes no centro de Vale Real, mas no interior como no Arroio do Ouro, já tinha mais duas famílias, mas não era assim expressivas... havia uma que outra família [...] mas ainda hoje no centro de Vale Real tem pouquíssimos protestantes.

Ao lado da Igreja estava, então, a Escola Paroquial²⁵, que, de acordo com Rambo (1994), foi constituída em 1871, com o intuito de atender os filhos dos imigrantes da localidade. A escola, além de se caracterizar como étnica, também se destacou pelo ensino voltado à prática da catequese, visto que, pelas narrativas dos entrevistados, a localidade estava formada, na sua maioria, por católicos. A valorização dessa abordagem na escola permaneceu íntegra até meados de 1930, e pode ser percebido por meio da fala do entrevistado senhor José Félix Griebler: “A escola paroquial era a que mais tinha alunos, tinha a escola do município e a evangélica que era do outro lado do rio, **eles não podiam se misturar com os católicos**”²⁶. Percebe-se, pois, que as diferenças religiosas repercutiam também na própria sociedade, com influência na quantidade de alunos em escolas distintas.

²⁴ Bananal, a que o entrevistado se refere, é um bairro localizado no interior de Vale Real, que faz divisa com o município de Feliz.

²⁵ Não consegui levantar informações a respeito da escola estar ali de fato antes da construção da primeira Igreja.

²⁶ Nessa parte da fala do senhor José Félix Griebler, destaque, em negrito, a ênfase dada pelo entrevistado à segregação religiosa entre evangélicos e católicos que permeava o período em que frequentava a Escola Paroquial.

Havia “rivalidade” entre os protestantes e os católicos da comunidade de Kronenthal-RS, apesar de existirem poucas famílias de protestantes em meados de 1930. É notável, pelos relatos dos entrevistados, também a separação geográfica entre os seguidores dessas duas religiões na localidade: os protestantes se fixaram em uma das margens do rio Caí e os católicos na margem oposta. Dessa separação geográfica emergiam diversas outras segregações sociais, culminando inclusive na impossibilidade de as crianças frequentarem a mesma escola.

O entrevistado Sr. Miron Stoffels destaca que:

Eu fui para a escola paroquial. A outra, a municipal dos protestantes... eles não podiam estudar na paroquial que era exclusiva para católicos. Também em Vale Real tinha apenas duas famílias protestantes, o Henrique Seibert, que tinha uma carpintaria, e do lado o Guilherme Rainbermann. Eram as únicas duas famílias que tinha no Vale Real, o restante todos eram católicos [...], tinha muita rivalidade, isso era muito forte, eu sei que nunca se permitiu jogar futebol com eles, nós criamos e se evitou isso né, de jogar com eles [...].

A partir das narrativas dos entrevistados, percebe-se que havia um entendimento implícito sobre como a Igreja influenciava a escola e a sociedade de Kronenthal-RS, e o principal intermediador entre Igreja Católica e escola, e entre Igreja e Sociedade era o professor paroquial. Isso porque, nessa época, não havia um padre residente na localidade. A comunidade recebia, a cada 15 dias, a visita de um ou dois sacerdotes de Alto Feliz, mas apenas para a celebração da missa que acontecia aos domingos. Miron Stoffels recorda:

O professor tinha que dar conta da escola e da Igreja, como os padres só vinham de duas em duas semanas, porque a paróquia de Vale Real pertencia a Alto Feliz, então os padres tinham que atender as localidades de Arroio do Ouro, Nova Palmira, Forqueta, tudo isso. Então o padre vinha de duas em duas semanas e ficava de três a quatro dias, e muitas vezes o padre se hospedava na casa do professor, e o primeiro quarto eu me lembro que era do padre, daí, quando o padre vinha ele se hospedava ali, ou às vezes ia na casa do Finckler que era a casa ali encostada no cemitério. Mas voltando ao professor... ele assumia outras atividades além de dar aulas na escola Paroquial, ele era o representante da comunidade, se envolvia no canto da Igreja por exemplo.

Nessa memória, fica notório o envolvimento do professor com a sociedade e a Igreja, sendo visto como o representante da comunidade de Kronenthal-RS.

Cabe salientar que, naquele período, havia também a influência da Igreja na formação familiar, uma vez que os padres incentivavam que as famílias fossem grandes. Uma família numerosa era bem vista perante a Igreja e a sociedade, tendo em vista que representava o aumento da prole e, conseqüentemente, de devotos, como me narrou o Sr. Miron Stoffels,

[...] naquele tempo, até os padres incentivavam... quando iam rezar missa, no fim quando davam aula na doutrina para mulheres, homens e crianças... aí quando tinha reunião do apostolado de oração, aí o padre perguntava: "quem tem 20 filhos?", "levanta a mão quem tem 19 filhos", "18..." e assim descendo, havia uma premiação para quem tivesse mais filhos, porque era a formação da prole, formação da nossa igreja, né? Naquele tempo no Brasil eram 92% de católicos, maior país católico do mundo e aqueles todos padres jesuítas ainda eram alemães. Eles favoreceram muito isso, o aumento das famílias [...].

Ainda, a Igreja ditava como o cidadão deveria se portar na preparação para o ato de comungar, como lembrou Sr. Aloysio Angst: *"A igreja católica era muito rígida, tanto que para comungar não se podia nem tomar um gole de água antes, ou visitar um vizinho, mas eu não respeitava não, nunca respeitei isso"*. Para confirmar essa relação de poder, trago a citação de Dreher (1999, p.89-90) que diz:

[...] as igrejas tiveram um papel muito importante: elas tinham legitimação divina em relação à moral, à política e às normas legais. Sermões, aconselhamento, educação religiosa, catecismo, cultos e missas, os valores pregados e disseminados ajudaram a formar e a conformar características da emergente sociedade burguesa: honesta, estudiosa, disciplinada, obediente.

Entretanto, mesmo que os padres tentassem influenciar para que os cidadãos se portassem de tal maneira, havia certa resistência velada por parte de alguns indivíduos, que não cumpriram rigorosamente os ditames de ordens da Igreja e dos padres, como afirmado anteriormente pelo senhor Aloysio Angst. As pessoas tinham certa autonomia, mas deveriam mostrar-se de acordo com as regras impostas pela Igreja, conforme afirma Santos (1941, p.50):

O padre sabia o que devia fazer, e o que ele devia fazer era de caráter religioso e cultural. As realidades humanas tinham sua autonomia. Mas sempre dentro de um sistema controlado pela Igreja, é que o espaço da sociedade e da Igreja coincidiam. Não existiam fronteiras entre a Igreja e

a sociedade, existiam níveis, demarcações no interior de um mesmo domínio onde a revelação constituía a chave da abóbada.

Perguntei aos entrevistados também sobre as festividades que ocorriam na comunidade, de que forma aconteciam e se eram vinculadas à Igreja, bem como quem se envolvia e se de fato existia uma interação participativa da comunidade com a Igreja. Para essa questão, o senhor Gilberto Freiburger respondeu:

O pessoal se ajuntava na missa, rezava e fazia uma festa grande, cada um fazia sua parte, nós buscava (sic) uma vara de angico e colocava o nome do meu pai em cima, espetavam uma carne e assavam no carvão, e minha mãe levava junto talheres, pratos, levava uma toalha, e na hora de comer a mãe estendia uma toalha no chão e os filhos sentavam ao redor com seus pratos, o pai comprava pão e salada, colocava lá no meio da toalha, o pai vinha com o espeto de carne, e nós comia (sic), aquilo que sobrava a gente levava para casa, era tudo à vontade e ninguém trabalhava tanto, mas confraternizava com todos.

Havia, de fato, um envolvimento da comunidade com a Igreja, pois as festividades eram momentos que oportunizavam a integração entre as famílias vizinhas. Também a Escola Paroquial se mostrava empenhada e envolvida nessas festas, pois como o padre não estava presente diariamente, era o professor quem estabelecia a comunicação entre a Igreja e a comunidade. Por isso, as festas eram comentadas e divulgadas também em sala de aula, envolvendo os alunos. Sobre isso, afirma Miron Stoffels,

[...] as festas eram da igreja para arregimentar o fundo... dinheiro para igreja, até hoje fazem este tipo de festa, existe, né? Eu sei que meu irmão mais velho foi presidente, o Arno Stoffels que também foi fundador da sociedade de Vale Real foi presidente uma vez dessa festa da igreja. Então eles tinham que arrumar meninos meninas que iam recolher dinheiro, vender isso, vender aquilo, e o professor falava na aula, então era um dia que todo mundo ia lá no pátio da igreja, e tinha churrasco mas visava angariar fundos para a igreja, então estas festas ocorriam umas quatro vezes durante o ano, sem datas específicas, mas tinham o cuidado de escolher datas que não tivesse muita chuva, porque se chovesse estragava tudo, então tinha que ser um dia bom, e aí vinha muita gente, todo mundo, mesmo os que não vinham para a igreja vinham para a festa. O povo era muito ligado à igreja [...].

Outra festividade típica dos colonizadores alemães nessa região era a Festa de Kerb, que, segundo Wolf (1999), tinha como objetivo reunir familiares que residiam próximos, mas também aqueles que estavam mais distantes

geograficamente. Essa festividade visava promover a confraternização entre parentes, bem como a obtenção de notícias em relação à vida social dos familiares. O momento de celebração também servia para que as famílias estreitassem os laços e também tomassem conhecimento de eventuais necessidades dos parentes, o que permitia que formassem redes de auxílio mútuo.

Em Kronenthal-RS, a Festa de Kerb ocorria uma vez por ano, sempre na data de 06 de janeiro, e durava aproximadamente três dias, com fartura de alimentos para os padrões da época. O Sr. Aloyso Ansgt relembrou que:

Tinha o Kerb, esse era sagrado, a melhor festa, aparecia parente de tudo que era lado, que hoje eu não conheço mais. Essa festa acontecia sempre no dia 6 de janeiro, sempre, nem que caísse em segunda-feira, festa dos Santos Reis.

O entrevistado Sr. Omar Glaeser confirma a teoria de Wolf (1999), quando explica que as famílias vinham de longe e que as festas eram assim realizadas:

Era feito no pátio na capoeira, o churrasco era feito em espeto de pau, não tinha espeto como tem hoje, as famílias se reuniam quando tinha festa da igreja, as pessoas amarravam os cavalos onde hoje é a casa do Arnaldo Finckler, o cemitério é embaixo onde hoje é a casa paroquial, e o cemitério foi mudado depois lá para cima. E o Kerb era um pesadelo em casa, que as pessoas vinham em monte, e não vinha só as pessoas, vinham com cavalo, a gente tinha que arrumar uma carroça de pasto só para os bichos, a gente tinha que trabalhar mais ou menos três ou quatro meses só para pagar as despesas. As pessoas, os parentes, vinham e ficavam uns quatro dias.

É perceptível durante as falas que, por mais que a preparação da festa envolvesse a família e a comunidade, aquele era um momento especial de envolvimento e de celebração. Essa era uma característica da localidade. Na região dos Vale dos Sinos, havia também a festa da Igreja, denominada de Kermesse “Sonjoséfest” e que, conforme Müller (1981), era organizada em honra a São José, padroeiro da comunidade. Nessa região, a festa tinha como objetivo, além da confraternização entre as famílias, o angariamento de fundos para reformas, pinturas e arrumações na Igreja e cemitério.

Havia outras práticas que demonstravam que não só a Igreja influenciava na sociedade, mas a própria sociedade e os padrões sociais influenciavam a Igreja.

Alguns cidadãos, talvez aqueles “mais influentes” na sociedade de Kronenthal-RS da época, ditavam, por exemplo, a forma de organização do interior da capela, bem como o comportamento que as crianças deveriam adotar quando a visitavam. Isso foi lembrado pelo sr. Miron Stoffels:

Havia uma coisa interessante, a senhora não pegou este tempo, mas na igreja tinha uma distinção, homens para um lado e mulheres para outro lado, então nos primeiros cinco bancos da igreja eram dos alunos da escola paroquial, né? E no sexto banco, então, sentavam na ponta os fabriqueiros, os donos assim da paróquia, velhos mandões, os fabriqueiros. Era o Carlos Finckler, pai dos dois padres e tio do professor velho, depois vinha o Alfredo Barth, que era o meu tio, depois vinha o Benthlein, lá do Arroio do Ouro, depois do Seibel e o Max Krewer, do Canto do Krewer. Até o Canto do Krewer tem uma rua com este nome... então estes sentavam na ponta da igreja para controlar a gurizada, dali para frente ninguém podia olhar para trás, nada disso, que eles chamavam a atenção na igreja. PSIUUUU! Olha para frente! (ênfase). Não pode sentar agora, ajoelhe! (ênfase). Eles diziam assim, e aí no lado das meninas... era mais tranquilo lá, então lá não tinha esses fabriqueiros, tinha duas três senhoras, a dona Isabela e outras, mas ali era pacífica a coisa, agora com os guris ...

Pela memória acima é perceptível que alguns membros da sociedade possuíam autoridade dentro da Igreja, principalmente para ditar regras em relação ao comportamento das crianças. É uma influência pequena, mas traz a percepção da importância dada aos católicos mais atuantes na Igreja e na sociedade, que era também uma forma de prestígio.

Importante destacar, ainda, que o padre também exercia a função de cooptar jovens para uma formação direcionada para o exercício do sacerdócio e, conseqüentemente, para a educação mais avançada em termos acadêmicos. Então, quando o padre se deslocava do município vizinho Alto Feliz para a localidade de Kronenthal-RS, convivia com os jovens e visitava as famílias. E era nesse momento em que ele incentivava algumas famílias a enviar um de seus filhos para o seminário de padres. Esse momento marcava o jovem que seria destinado à vida religiosa, como é possível perceber na lembrança fala do Sr. Miron Stoffels:

Um dia a gente estava em casa sentados na mesa para almoçar e o padre estava lá, e aí ele foi e disse para minha mãe: “Oh, Angelina, tu tem esses dois guris ali - o Milton e eu -, então um deles podia ir para o seminário, não é? Um tem doze anos e o outro dez e meio, né? E a mãe respondeu em alemão: “deixe isso por minha conta”. E no fim daquele ano, eu vi no quarto de hóspedes, que era mais fino, né? Estava (sic) as empregadas,

estavam empacotando umas roupas finas, toalhas e coisas, aí eu perguntei a elas: “o que está acontecendo? Para quem é isso aqui?” “Ué, é para você”. Aí eu perguntei: “Como assim?”. E a empregada me respondeu: “Você vai para o seminário”. Quer dizer ... a mãe decidiu por mim. “Você vai lá para o colégio em Salvador do Sul, o teu tio vem te buscar aqui ao meio dia, você, a mãe, e o irmão mais velho, vão acompanhar você” E aí fomos, e eu estudei lá.

Continuar estudando e seguir a vida religiosa era, portanto, muito mais uma decisão da família do que uma vocação propriamente dita, que partisse do próprio indivíduo. De qualquer modo, seguir a vida religiosa possibilitava também seguir a vida nos estudos, como é o caso do entrevistado, padre, ex-professor e ex-vice reitor da Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS). Miron teve sua formação religiosa em Salvador do Sul, e posteriormente alcançou quatro formações de Ensino Superior, e mais uma em nível de pós-graduação, realizada no exterior. Além disso, tornou-se fluente em várias línguas e adquiriu cultura pelo conhecimento dos diversos países que visitou.

É perceptível que a Escola Paroquial foi um valioso instrumento para manter as relações da Igreja com a comunidade, pois normas e condutas desejadas (e também aquelas proibidas) já eram incutidas nos indivíduos desde a infância, quando ingressavam no ambiente escolar. Como consequência, esses sujeitos também levavam tal padrão de condutas desejadas para dentro do âmbito familiar e para a sociedade de certa forma; por meio de suas práticas, moldavam esses ambientes conforme os ditames religiosos.

4.3. O PROFESSOR É A ESCOLA

Conhecer os professores da escola no período pesquisado, entender o que representavam e como agiam, é também compreender as identidades que atuavam na vida da comunidade, através das práticas escolares e das próprias características e funções sociais. Além disso, é interessante descobrir suas práticas de mediação enquanto docentes, que apontam caminhos na direção da resposta que busco aqui, que é o significado narrante da escolarização em Kronenthal/Vale Real-RS, durante essas mais de três décadas.

Como já destacado anteriormente, a escola tinha como uma de suas características a presença de um único docente, o membro “mais culto” da

comunidade. O professor era, então, aquele que a comunidade entendia como o mais preparado para ensinar as crianças – e que, então, tornava-se o responsável pela aprendizagem de todos os anos do ensino primário. O professor destacava-se na comunidade, ademais, por estar envolvido nas mais diversas atividades, atuando como um mediador da sociedade. Sabendo que as escolas estabeleciam de certo modo o núcleo da comunidade, é possível depreender que o desempenho das atividades do professor e suas práticas inserem-se como maneiras singulares de mediação cultural. Com efeito, de acordo com Gomes e Hansen (2016):

[...] homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias [são] direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim tais sujeitos podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social (p.10).

Conforme os registros de Kuhn (2010), esses homens, professores da Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS foram, respectivamente: Estéfano Theissen; Antônio Anchau; Vilibaldo Grausperhardt; Felipe Finckler; Egídio Finckler; José Octávio de Gregory e Luiz Reynaldo Andrioli.

Durante o período pesquisado, através das fontes e entrevistas, os professores mencionados, e em que se concentram essas análises, foram Felipe Finckler, José Octávio de Gregory e Luiz Reynaldo Andrioli, este último atuando nos anos finais da instituição, de 1946 a 1965 (KUHNS, 2010), e, portanto, um dos mais lembrados pelos ex-alunos participantes da pesquisa. Alguns entrevistados, mesmo não tendo sua formação primária sob os cuidados do professor Luiz Reynaldo Andrioli, mas do professor Gregory, rememoram características da sua atuação professoral.

Como salientado por Otto (2012), ao trabalhar com memória, os entrevistados reportam-se a quadros de referência sociais, religiosos e culturais, portanto, em diferentes campos de significação. Além disso, a memória não é estanque, mas sim fragmentada, e é possível que façam associações e criem situações onde não saibam, com certeza, se tal característica de determinado professor de fato pertence a ele ou ao outro professor com quem também conviveram.

De qualquer modo, para entender a figura do professor na escola de Kronenthal – RS, começo a análise a partir do professor mais antigo dentro do recorte temporal proposto na dissertação: o professor Felipe Finckler. A entrevistada Lucila Nedel lembrou de sua figura, afirmando que “*O Finckler era meu professor*”. Conforme a fala de seu filho e também ex-aluno, José Finckler, “*o meu pai era o professor, o meu pai era Felipe Finckler, depois vieram outros professores que eu me lembro alguns nomes ainda Antônio Anchau, veio o Andrioli, Octavio Gregory, todos eles estão no cemitério*”. A fala de seu José, nessa ocasião, é prova de que a memória é fragmentada, e não contínua no tempo: o professor Antônio Anchau foi professor em período anterior ao professor Felipe Finckler, conforme a relação dos professores da Escola Paroquial organizada por Kuhn (2010).

Vale dizer, sobre o professor Finckler, que apesar da presença ativa como docente, ele não tinha uma formação para a profissão. Mas isso era comum. Luchese (2018) afirma, de fato, que uma das particularidades da docência no período é a de que nem sempre o cidadão designado para ser o professor na escola paroquial da comunidade tinha formação específica para o exercício da docência:

os alemães escolhem entre os filhos dos colonos os mais aptos, e a alguns fazem obter os diplomas nas escolas normais do estado, outros os formam em suas próprias escolas, geralmente mantidas por religiosos, também chamadas de escolas normais, mas nas quais são realizados cursos muito simples [...] (LUCHESE, 2018, p.97).

O senhor José Finckler lembrou essa questão, que de certa forma limitava as atividades do pai: “*Ele explicava da maneira mais simples possível, porque meu pai era o único da comunidade que tinha um pouco de estudo, mas ele não era formado, ele só tinha condições de dar aulas em alemão*”. Evidenciando ainda essa situação, Luchese diz que:

os professores raramente tinham um título que os habilitasse ao ensino, sendo somente dotados de alguma – às vezes mínima instrução, ou seja, eram aqueles indivíduos mais cultos entre os imigrantes, que se disponibilizavam em ser o professor da comunidade (LUCHESE, 2018, p. 12).

Sucedendo o seu pai, Felipe Finckler, Egídio Finckler tornou-se professor, conforme afirma a entrevistada Maria Amélia Bergmann: “*Felipe Finckler, um alemão bravo, muito. Anos depois teve um outro professor, o Egídio Finckler, filho de Felipe, mas não era tão bravo assim como o pai*”.

Apesar dos professores Felipe Finckler e Egídio Finckler não possuírem formação específica para a docência, o fato de possuírem conhecimentos e a confiança da população local os levaram a ser selecionados entre a comunidade para ocuparem o encargo de docência. Isso é confirmado pela fala anteriormente transcrita, de José Finckler.

Mas mesmo sem a formação específica, o ensino na Escola Paroquial de Kronenthal-RS obedecia aos ditames da época, e era relacionado intrinsecamente com a religião, que era a católica no caso específico dessa escola. Havia a presença constante da Igreja e do padre no cotidiano escolar, até mesmo por proximidade – a escola estava do lado da igreja, e pertencia a ela. O espaço da escola, que também era uma casa, era, assim, cedido pelo padre ao professor, que lá podia viver com sua família, e tinha a sala para ministrar as aulas. Além disso, o professor era responsável pela formação religiosa (para a primeira comunhão) dos seus alunos. Para sua efetiva atuação, portanto, o professor precisava ter o respeito da comunidade escolar e da sociedade onde estava inserido, conquistado por meio do rigor com que atuava no magistério.

O professor paroquial e a escola eram, também, vistos como um dos núcleos de ação do Projeto de Restauração Católica, que funcionava junto aos imigrantes alemães:

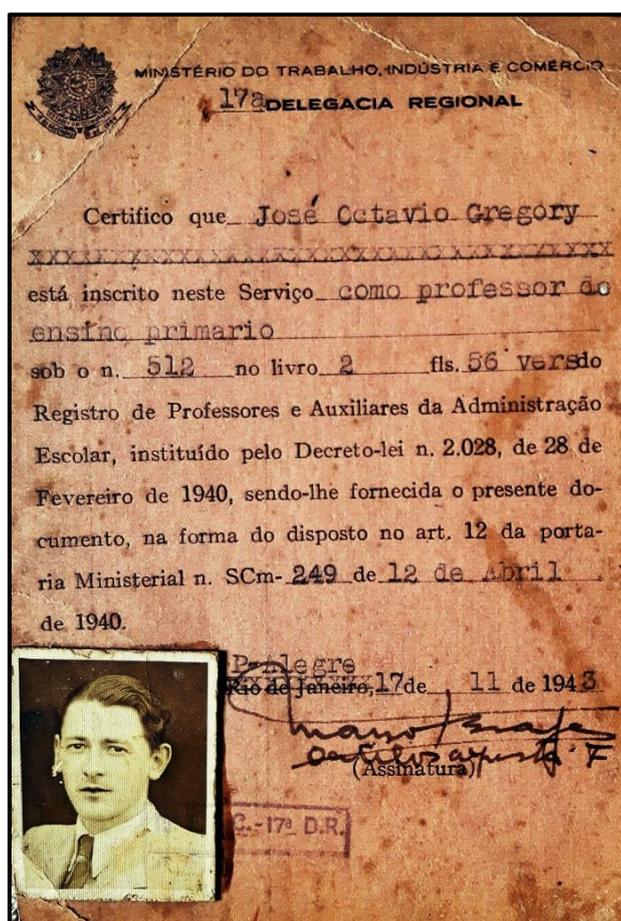
A escola elementar católica é a instituição aprovada pela Igreja em que as crianças são encaminhadas, primeiramente, para serem bons cristãos e, complementarmente, se instrui as crianças no saber básico. A finalidade principal da escola elementar católica é a educação. [...] E a escola deve permanecer subordinada à Igreja (KREUTZ, 1991, p.93).

Em seguida aos professores da família Finckler, vieram para a Escola Paroquial de Kronenthal-RS profissionais com formação específica para a docência: José Octávio de Gregory e Luiz Reinaldo Andrioli.

José Octávio de Gregory era oriundo de São Sebastião do Caí, e estudou na Escola Normal Católica de Hamburgo Velho. Essa escola formou professores para que o desempenho de atividades docentes em zonas rurais de imigração nos anos 20 e 30, conforme pesquisa de Rambo (1996).

A imagem abaixo ilustra o documento expedido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio da 17ª Delegacia Regional, que certificava a habilitação do Sr. José Octávio de Gregory para a atividade como professor de ensino primário, datado de novembro de 1943.

Figura 6 - Habilitação profissional do professor José Octavio de Gregory



Fonte: Acervo pessoal de Beatriz Gregoy Sehnem (1943)

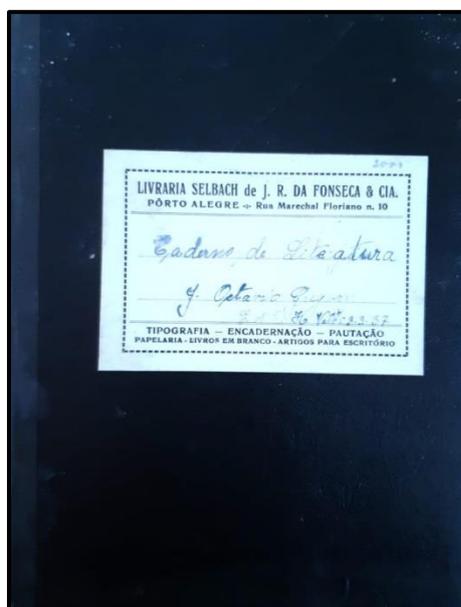
O preparo para a docência representava uma organização didática maior, assim como o controle pedagógico sobre o que era ensinado aos alunos. Quando questionei se o professor mantinha um caderno, livro ou um diário para a condução das suas aulas, o senhor José Félix Griebler me respondeu: “Tinha sim, um livro do

professor, um caderno dele". Complementando sua fala, Aloysio Angst informou que o professor Gregory tinha "livros, acho que até um caderno do professor, onde ele tinha algumas coisas anotadas".

Essas memórias de ex-alunos foram confirmadas pelo acesso, de fato, ao caderno do professor José Octávio de Gregory, que me foi disponibilizado posteriormente na pesquisa pela senhora Madalena Kuhn. É um caderno de Literatura em língua alemã e em língua portuguesa, demonstrando que a escola possuía a característica de ser étnica, e também que o professor utilizava o dialeto da localidade para ensinar os conteúdos, pois era a língua conhecida e falada pela grande maioria dos alunos quando ingressava na escola.

O conteúdo do caderno do professor traz conceitos de literatura, poesia dramática, literatura portuguesa, poesia, prosa, romantismo, contos, romances, novelas. Ao final do caderno, há um plano de ensino de português nas aulas rurais isoladas, com o planejamento que vai do 1º ao 4º ano, conforme ilustram as figuras abaixo.

Figura 7 - Capa do caderno do professor



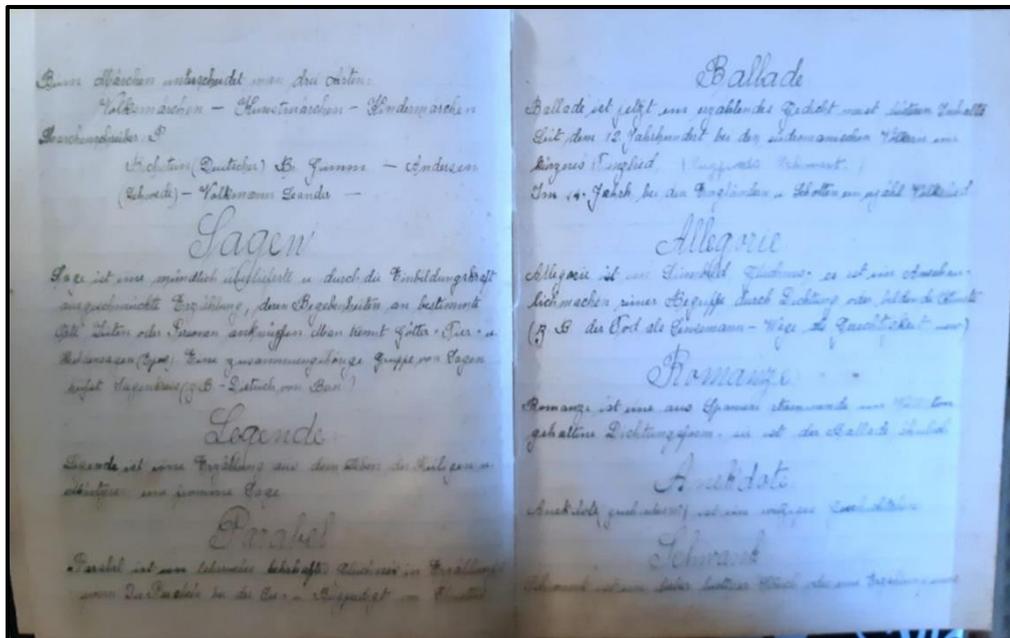
Fonte: A autora.

Figura 8 - Plano de ensino de português

Escola Normal - Brasileira		Plano do ensino português		nas Aulas Práticas Especiais.	
	1º Trimestre	2º Tr.	3º Tr.	4º Trimestre	1º ano (alfabetização)
Consciência:	Conhecimento dos afectos e emoções, partes de edificação; moções, virtudes etc.	Objectos ao redor de si, do entorno, da casa, família, amigos, parentes; as coisas	O dia do pas (dia de mães) O mês de O. Os profissões (algos) de vida e suas afizes, instrumentos. Canções infantis.	1ª e 3ª pessoa! domos irregulares (fugas, poder, saber, pedir, querer.	Pequenas histórias infantis, contadas pelo professor e reproduzidas pelos alunos e dem.
Gramma:	Figas e verbos, os adjectivos, artigos, conjunctivos, adv. de tempo, possessivos, adv. de modo, interjeições, verbos, imperativos e mais imperativos, etc.	Adjectivos (Comparativos)	O verbo.	Continuação de	
Escrita:	Alfabetização ditados de letras e palavras.	Idem: algumas palavras.	Palavras, com d - h, l - p, ga - ca	pequenas sentenças a imitantes - ch - g.	
Arithmetica:	1 - 10 números	1 - 20	1 - 100	Tubada.	

Fonte: A autora.

Figura 9 - Unidade didáctica em língua alemã



Fonte: A autora.

Essas imagens que ilustram o “Caderno de Literatura” utilizado pelo professor Gregory na Escola Normal Católica em Hamburgo Velho no ano de 1937 demonstram sua “profissionalização” e a preparação para o desempenho da atividade docente. É possível que os seus antecessores, sem essa formação, não

tivessem a organização didática e o planejamento do ensino como representado no material. O caderno também ilustra que a língua alemã estava presente desde a formação do professor paroquial da época, pois continha ensinamentos e planejamentos em ambas as línguas, a alemã (uma vez que se sabia do destino e atuação desse futuro professor em alguma colônia germânica) e a nova, a ser aprendida.

Conforme já mencionado, o professor José Octávio de Gregory veio de São Sebastião do Caí, estabelecendo-se em Kronenthal-RS no final da década de 1930, O entrevistado Miron Stoffels lembrou que: “O Gregory, quando chegou do seminário, que ele veio solteiro, ele morou na nossa casa, ele até namorou minha irmã mais velha (risos). Ele morava conosco”. Dessa afirmação, pode-se inferir que os professores paroquiais não eram bem remunerados, porque tinham a necessidade de que a comunidade ou a Igreja de alguma forma os acolhesse. Nesse mesmo sentido, Kreutz destaca que:

Por parte dos professores paroquiais, se ao nível de propósito e ideal se falava da doação constante e da abnegação, ao nível do cotidiano apareciam muitas queixas sejam individuais ou da própria Associação de Professores Paroquiais, contra sua precária condição financeira. Eram frequentes as moções e pedidos da mesma Associação em favor de uma melhor remuneração dos professores. Realçava-se que os mesmos estavam em relativo abandono, apesar de toda sua consagração em favor da comunidade (KREUTZ, 1991, p. 99).

A baixa remuneração era justificada pela Igreja, com base na missão catequizadora; de certa forma, o professor era visto membro do clero, exercendo uma espécie de sacerdócio ou vocação:

O professor não era um servidor do Estado ou um mero mediador de conhecimento, mas que essencialmente ele era um enviado de Deus sendo da Igreja que ele recebe a missão de catequizar, tornando-se assim um membro importante da Igreja. Insistia-se na imagem do professor exercendo um sacerdócio, com uma alta e inadiável missão a cumprir que, levada a bom termo, lhe valeria uma recompensa imperecível perante Deus e os homens (KREUTZ, 1991, p.97).

Portanto, com professores mal remunerados, era necessário que a própria comunidade, por meio daquelas famílias com mais condições financeiras ou proeminência social, além da própria Igreja, lhes acolhessem (e às suas famílias,

quando era o caso) e lhes proporcionassem moradia e condições básicas de subsistência.

Além do rigor e disciplina atrelada ao ensino presente nas escolas, a fala de Miron Stoffels ressalta o acolhimento do professor pela comunidade e pela Igreja:

Na escola da Isabela tinha muito mais disciplina nas coisas, tinham atividades para dar conta, claro lá não tinha religião (catequese) e o que se fala bem da nossa escola era a parte religiosa, né? Porque o Gregory também cuidava da Igreja, ele era o, como que se diz, quando não tem missa tem é... a doutrina que se diz, então ele dava a doutrina, então aos domingos tinha só a celebração sem missa, né? Então o Gregory ia lá no coro, cantavam e fazia tudo, menos a missa, né? Cantava com o povo, rezava com o povo, acho que rezavam o terço, isso. O Gregory também fazia, e mais tarde o Andrioli [...], o Andrioli tinha formação melhor já, foi jesuíta e depois deixou de ser jesuíta e foi ali depois casou, né? Com a Maria, a Maria Kunrath, né? E a desvantagem do Andrioli é que logo teve uma penca de filhos na casa, então isso foi uma coisa que complicou para ele, porque a casa paroquial era a casa onde ele morava, um quarto era do padre outro quarto era dele e da mulher e dos filhos. Mas ele era um homem muito correto, imparcial [...].

A postura dos professores da Escola Paroquial de Kronenthal-RS era vista como rígida pelos alunos. O entrevistado José Félix Griebler me disse: “*Eram muito rígidos*”. Em relação ao rigor da educação e da postura do professor, o senhor Aloysio Angst me disse: “*Eles queriam ser respeitados, se os alunos não respeitavam levavam uma ou duas varadas e já chegava, era vara de marmelo*”.

Essa postura encontra base na análise de Kreutz (1991, p. 101), que ressaltou que “[...] na escola paroquial, o professor deveria primar pela compreensão pedagógica, pela capacitação técnica e pela personalidade, sendo o mais importante a personalidade. Assim, obteria crédito junto aos alunos e junto a toda a comunidade”. Ser rígido e correto, portanto, significava a contratação e principalmente a permanência do professor na comunidade. Por isso, embora dispensasse mais tempo ao magistério, era intensamente avaliado pelas suas funções sociais, que segundo Kreutz (1991), os levava a adotar a postura austera. Assim, esse rigor do professor não era visto como errado, mas sim como forma de conquista do respeito pela figura que exercia, e que era imposta inclusive pela comunidade, além do compromisso que o professor assumia perante ela. Conforme Kreutz (1991, p. 130), “como o professor paroquial era investido de funções

religiosas e sociais, considerava-se essencial, para uma eficiente liderança, que conhecesse bem o meio rural e se identificasse com o mesmo”.

A figura abaixo mostra um boletim de exames estaduais da coordenadoria regional, do professor José Octávio de Gregory. Esse boletim foi emitido no ano de 1955, conforme evidencia o documento. Também é possível visualizar as médias que o professor obteve nas provas, o que possibilitou uma classificação de 1º lugar entre 32 professores.

Figura 10 - Boletim escolar



Fonte: A autora.

Também foi possível acessar o salvo-conduto utilizado pelo professor José Octávio de Gregory para se movimentar entre as cidades em que atuava (Figura 11).

Figura 11 - Salvo-conduto do professor Gregory


REPARTIÇÃO CENTRAL DE POLÍCIA
 Extra REGIÃO POLICIAL
DELEGACIA DE POLÍCIA

C A I , 12 de Fevereiro de 1942.-

SALVO-CONDUTO N.º 39.-

Válido por 60 dias, salvo revalidação

Nome: OCTAVIO GREGORY.-
 Nacionalidade: Brasileira.-
 Idade: 26 anos solteiro.-
 Profissão: Professor Particular.-
 Residência: Vale Real (Cai).-
 Destino: PORTO ALEGRE.-

Assinatura do portador:
Jose Octavio Gregory.





OBSERVAÇÕES

~~Viaja acompanhado de:~~ Identidade apresentou carteira da 2ª Delegacia Regional de Educação

Amado Fuzina Filho
 DELEGADO DE POLÍCIA

Mod. 52

Fonte: Acervo pessoal de Beatriz Gregory Sehnem (1942).

Esse documento é justificado, uma vez que durante o período da Segunda Guerra Mundial, inúmeras violências foram cometidas contra alemães e seus descendentes, sendo a mais notável a proibição do direito de ir e vir livremente. Consoante com Fachel (2002), o direito de ir e vir desapareceu com a instituição dos salvo-condutos para que as pessoas pudessem transitar de uma cidade para outra. Mas essa não foi uma violência isolada, pois foi acompanhada de outras,

como a proibição do idioma alemão. A proibição do idioma teve reflexos diretos na escola, em que as aulas passaram a ser, obrigatoriamente, na língua portuguesa.

Pelo salvo-conduto do professor Gregory, nota-se que ele era um jovem de 26 anos de idade, ainda solteiro, mas já com o “título” de professor particular. O termo particular indicava que o professor que não pertencia à rede pública de ensino, confirmando o caráter privado e comunitário da Escola Paroquial de Kronenthal-RS. O documento que ele apresentou para a obtenção desse salvo-conduto foi a carteira de professor emitida pela 2ª Delegacia Regional de Educação, conforme descrição nas observações.

Outra foto, ainda, mostra a classe do professor Gregory, sem identificação de ano. Essa imagem evidencia várias características da organização da turma na escola. Para Vidal (2009b, p. 36), “O recurso à fonte fotográfica, como de resto à documentação escrita, também permite apreciar como os sujeitos lidaram com as imposições e construíram seus percursos individuais e coletivos no interior da escola”.

Figura 12 - Turma do professor José Octavio de Gregory



Fonte: Arquivo pessoal de Miron Stoffels (194-?).

Essa é uma fotografia tradicional de uma turma de alunos com o professor, demonstrando uma ordenação muito comum a outras imagens do âmbito escolar da época. Registra, portanto, uma uniformidade em relação a outras fotografias de mesmo teor mantidas em arquivos. Essa similaridade é identificada, por exemplo, na separação de gêneros, em que o professor divide com intenção clara os meninos das meninas. Também se pode perceber que os meninos se encontram descalços, o que denota uma condição de pobreza. Em relação ao professor, pelo contrário, e apesar do que foi dito até aqui sobre a baixa remuneração, é perceptível – e se fazia imprescindível - o cuidado com sua vestimenta, símbolo de autoridade e de distância em relação aos alunos, aos pais e à comunidade daquela localidade.

Uma análise mais profunda da foto poderia, então, proporcionar outras discussões acerca da cultura escolar, com enfoque na presença das crianças. Para Julia (2001, p.11)

[...] por cultura escolar é conveniente compreender também, quando é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares.

José Octávio de Gregory, depois de ter exercido suas atividades como professor na Escola Paroquial, seguiu colaborando e envolvido com a comunidade local. Conforme registros, na década de 1980 o professor escrevia textos de caráter informativo e histórias de Kronenthal/Vale Real-RS para a revista Srt. Paulusblatt. Em um de seus textos (Figuras 14 e 15), conta a história do primeiro ferreiro de Kronenthal-RS.

Figura 13 - Texto de José Octavio de Gregory para a revista Srt Paulusblatt – primeira parte

Erfolgen aber auch mit all ihrem Leid und Rückschlägen sich auswirkten. Diese alle tief beeindruckte Feierstunde klang aus in einem von allen Anwesenden mit voller Begeisterung gesungenen: Grosser Gott, wir loben Dich.

Nun ging es zu dem nahe gelegenen Clube Recreativo, um im grossen Saal ein reichliches köstlich mundendes Mittagessen einzunehmen. Nach dem Essen konnten sich die Gäste im Schatten der Eukalyptusbäume etwas ausruhen und sich erfreuen am Anblick der schönen abwechslungsreichen landschaftlichen Umgebung. Während sich die Aeltern eine kleine Ausspannung gönnten, vergnügte sich die Jugend in ungewohnter heiterer Weise mit Reigenbilden, Spielen, Sprüngen, Hüpfen, sogar die allerkleinsten Knirpse wollten nicht zurückstehen und versuchten es den Aeltern gleich zu tun und wenn sie auch öfters zu Boden purzelten, im Nu waren sie wieder blitzschnell auf den Beinen. Es war eine Freude für das Jubelpaar und alle Anwesenden, die seitlich in Hufeisenform herum sassen und dem fröhlichen Treiben der 27 zählenden Enkelkinder zusahen. Jetzt war es auch ganz natürlich, dass auch die Erinnerung an die früheren Zeiten erwachte und aus vollen Kehlen erschallten die alten deutschen Volkslieder. Die Kinder des Jubelpaares, 11 an der Zahl, hatten auch mit andern eingeladenen Gästen, angesteckt von dem fröhlichen Treiben, schon das Tanzbein geschwungen und sogar das ge-

feierte Jubelpaar hat sich unter starkem Beifall aller eine Runde geleistet.

Es ging dem Abend zu und allmählich leerte sich der Saal und es galt noch dem gefeierten Ehepaar, nach einem so reich erfüllten Eheleben, noch einen geruhsamen Lebensabend zu wünschen mit möglichst geringen Alterbeschwerden und Altersgebrechen und noch recht viel Freude an ihren Kindern und Enkelkindern zu wünschen.

Zu Ehren des Jubelpaares sei noch erwähnt, dass sie ihren Kindern auch neben der portugiesischen auch die deutsche Sprache vermittelten, was nicht hoch genug einzuschätzen ist, weil die Zweisprachigkeit der brasilianischen Nationalität nicht nur keinen Abbruch tut sondern sogar das ganze geistige und seelische Leben bereichert und verschönt.

Die so glänzend gelungene Jubiläumsfeier bietet ein leuchtendes Beispiel und zeigt uns, welche Fülle von Segen ein 50 jähriges christliches eheliches Zusammenleben — wirken und schaffen ausstrahlen kann. Ein Blick in die Vergangenheit und Gegenwart zeigt, dass viele führende Persönlichkeiten, die nicht nur auf religiösem sondern auch auf sozialem, wirtschaftlichem und politischem Gebiet ihre ganze Kraft einsetzen zum Wohl und Fortschritt Brasiliens aus dem Kolonistenstand, aus christlichen Bauernfamilien als Kernzelle der Kraft und des Segens hervorgingen. **Dr. Otto Loeffler**

Der Erste Schmied Von Vale Real (Kronental) - Feliz-RS

Eine wahre Geschichte

Prof. José Octavio Gregory

Mit den deutschen Einwanderern, im Jahre 1855, kam der erste Schmied nach VALE REAL. Er hiess INGO FEILSTRECKER, von der Mosel und war sehr tüchtig.

In Begleitung seiner jungen Frau reiste er fast zwei Monate, noch mit Segelschiff, über das Meer und erreichte so die neue Heimat, das schöne KRONENTAL. Beide hatten einen tiefen Glauben, eine echte Liebe und einen hohen Charakter. Sie

Figura 14 - Texto de José Octavio de Gregory para a revista Srt Paulusblatt - segunda parte

bauten sich selbst ihr Wohnhaus mit Bretter, welche sie mit der Spaltsäge schnitten.

Ganz nah murmelte der Caífluss. Oben auf dem Berg, dicht bei FORQUETA, drohte die greulige Bugerhölle, ein Denkmal der Wildnis. Alles war Urwald. Hier und da zeigte sich ein Schindeldach im Waldesgrün. Seine Schmiede, der Ambos, stand unter einem Schattenbaum. Die Kunden kamen von nah und fern. Das Material ging zu Ende.

Eines Tages verabschiedete er sich von seiner lieben Frau und ritt, mit einigen Eseln, nach Caí, um Stahl und Eisen zu kaufen. Fahrzeuge gabs keine. Von Caí fuhr er, zu Boot, nach Porto Alegre.

Frau und Kind blieben allein zu Hause. Die Nacht überkam so schauerlich. Der Wald wurde lebendig. Plötzlich wurde es hell im Hof. Die Hähne fingen an zu krähen. Ein wildes Geschrei erschütterte das Tal. Schon krachte die Türe. Grobe Arme griffen die Mutter mit dem Kind und schleppten sie, über Stock und Stein, zwischen Hecken und Dornen, durch den Wald. Wie sie sich wehrte und wie sie sich durch das Gebüsch zogen! Das Blut quoll ihr aus Händen und Füßen. Als sie sich weigerte, rissen sie ihr das Kind von den Armen und frassen es lebendig, vor ihr, auf. Wie weh tat es dem Mutterherz! Sie weinte und betete. Da hängten sie die Heldin, an Arme und Beine, zwischen Himmel und Erde, auf und prügeln sie mit Ruten. Dann wurde sie in die dunkle Höle geworfen. Ihr Essen waren Früchte und rohes Fleisch. Sie war fern von den Menschen, aber nahe bei Gott.

Indessen kehrte der Schmied zurück. Es war dunkle Nacht. Schon fühlte er eine heisse Sehnsucht nach der Heimat, nach Frau und Kind. Aber, o Grauen! Ein Haufen Köhlen und Asche lag da, wo sein Haus

stand. — Das waren die Buger! — schrie er voller Wut und Wehe. Er kniete nieder und betete. Kniend schwur er, dass die Berge zitterten: — Mord und Tod dem Missetäter! — Vor Leid liess er den Bart wachsen, ritt von Wald zu Wald, um den Frevler zu rächen. Da traf er zwei gute Freunde die mit ihm zogen.

Es vergingen zwölf Jahre. An einem warmen Mittag ruhten sie im Schatten. Vom Berg kam eine weisse Menschengestalt. Der starke Oesterreicher sprang auf sein Pferd und jagte dort hin. Versteckt hinter dem Busch, am Maisfeld, griff er die weisse Nixe, zog sie auf den Sattel und galoppierte rasch davon.

Wie ein Hagelwetter sausten die Pfeile in die Bäume. Im Sturme liefen die Indianer ihm nach. Aber drei Gewehre spuckten den Tod. So wie ein Gesicht erschien, kam schon eine Kugel. Kaum tritt ein Wilder hervor, wälzte er sich auch schon auf dem Boden. Gleich lagen die Hecken voller Leichen. Die anderen flohen. Es herrschte eine grosse Stille. Der Wald schwieg wie tot. Vier Personen besahen sich so fremd. Aber das Mutterauge ist scharf. Sie kannte das Pferd und kannte auch gleich den Mann. — Ingo! — rief sie und sprang auf ihn los. Mit Weinen vor Frude, umarmten sie sich im Gottesgarten des Lebens. Wie glücklich war das Wiedersehen. Die Vögel, die ganze Natur stimmte ein Loblied an. Nur das liebe Kind fehlte ihnen.

Wo Glaube da Liebe; wo Liebe da Friede wo Friede da Gott; wo Gott, keine Not.

Venancio Aires — Juni

(Zuschrift)

DER AELTESTE MANN VON LAJEADO IST GESTORBEN

Am 11. Juni dieses Jahres ist **Clemente Dresch** gestorben. Er erreichte das hohe Alter von 102 Jah-

Na última fase de existência da escola, entre os anos de 1946 e 1965, quem assumiu a incumbência de ser professor foi o senhor Luiz Reynaldo Andrioli. Poucos entrevistados haviam estudado com ele, o que dificultou recolher memórias da sua época de atuação. Contudo, e afortunadamente, tive acesso a um livro produzido pelo próprio professor, em que narra a sua história de vida.

Andrioli era natural do município de Bom Princípio – RS, onde viveu até ir estudar no seminário de Pareci Novo. Mais tarde, passou a residir no município de Alto Feliz, participando das atividades da comunidade, também como membro do coro do município. Tendo sido próximo do padre daquela localidade, Andrioli narra, em sua biografia, o episódio de encontro com o religioso que decidiu seu destino como professor de Vale Real-RS:

Um dia desses, houve um enterro em que o coral cantou. Ao sair do cemitério, o vigário Riederer me perguntou o que eu iria fazer da vida. Eu respondi que aceitaria uma escola particular. Ele perguntou pelo preço e pedi duzentos e cinquenta mil réis. Ele achou muito, mas aleguei que teria que morar numa pensão, e minhas despesas seriam razoáveis. Ele falou que em Vale Real procuravam um professor e ele falaria com a diretoria, e daria a eles informações sobre minhas habilidades como de tocar harmônio, cantar, etc. Lá teria uma casa da comunidade para morar e terra para plantar. [...] Em Vale Real se espalhou a notícia do novo professor, e o padre anunciava nos sermões que a aula começaria em março (ANDRIOLI, 2007, p.50).

De acordo com Kreutz (1991, p. 79), o professor paroquial era “considerado como uma extensão do padre e, na ausência deste, presidia o culto, acompanhava os doentes com preces, oficiava exéquias, era iniciado em música para dirigir o coral e o canto na igreja”. Um dos requisitos indispensáveis para se manter na ocupação de professor era, portanto, a retidão moral. A partir dessas representações, mais uma vez, “o magistério era considerado sinônimo de amor, paixão, dedicação, vocação, o que dispensava um bom salário. Ao professar a sua ‘fé’ com fidelidade aos princípios institucionais, seria recompensado em outra instância” (KREUTZ, KUIAVA; NODARI, 2011, p. 96).

A narrativa dos entrevistados que mencionaram Luiz Reynaldo Andrioli é marcada por enfatizar seu caráter como professor. A senhora Gonzalina Weber, por exemplo, disse: “*Com 7 anos eu tive um professor até a quarta série, o gênio do professor era bem bravo, tínhamos muito respeito. Em casa a gente tinha medo se*

o professor era amigo do pai e ele contasse alguma coisa da aula [...]'. A fala da entrevistada demonstra que o professor Luiz Reynaldo Andrioli manteve o padrão de rigidez que já vinha sendo adotado pelos demais professores que o antecederam.

Perguntei aos entrevistados sobre a linguagem que o professor utilizava, principalmente com os alunos que estudaram após a política de nacionalização de Getúlio Vargas. Quis saber em que língua as aulas aconteciam:

Nas duas línguas, primeiro era muito o alemão depois a língua portuguesa, era muito difícil. Se tu não entende o que é dito, como que a gente vai fazer? Ele explicava para nós em alemão, porque ali tinha criança que nunca aprendeu a falar português. Tinha muita criança e não aprendiam (Gonzalina Weber).

A narrativa acima pode ser confirmada pela afirmação do senhor Osmar Glaeser, em relação à linguagem adotada nas aulas no final da década de 40 início da década de 50 do século XX.

As aulas eram mais em alemão porque as crianças não entendiam o português, mas o professor também dava em português. Lembro que tinha uma vez que deu problema, que quem falava alemão era perseguido, tinha até uma história de um inspetor que vinha a cavalo, era mandado pelo governo e aí ninguém podia falar em alemão (Omar Glaeser).

Igualmente nesse trecho, é notável que, por mais que fosse proibido ao professor ensinar na língua alemã, as escolas étnicas paroquiais encontravam maneiras de enfrentar ou resistir à legislação. Intercalar o uso de português e do dialeto tornava-se, assim, estratégico. Conforme Renk (2016, p.121), os recursos utilizados em português, na sala de aula, eram também uma forma de mascarar a realidade, bem distante de um ideal proposto pelo governo:

Ante a pressão para o ensino em língua nacional, os professores ensinavam aos alunos poesias, hinos e lições em língua portuguesa, que eram apresentados aos Inspetores de Ensino, nas visitas às escolas. Assim, evidenciavam uma face nacionalizadora da escola, mas “escondiam” o aprendizado na língua e na cultura maternas [...] mantinham elementos da cultura étnica de origem.

Os registros sobre a atuação dos professores de Kronenthal/Vale Real-RS indicam, então, questões importantes em relação à escolarização da comunidade

em si – mas também apontam similaridades com outros casos de escolas – étnicas e não étnicas – da época. No caso desta pesquisa, percebe-se que o professor detinha prestígio junto à Igreja e à comunidade, no exercício de sua profissão, justificado pelo fato de os imigrantes valorizarem a Educação para seus descendentes, e de a escola estar muito vinculada à igreja, com a atuação do professor sendo encarada como um sacerdócio. Em relação à profissionalização dos professores, nota-se que a escola passou por “etapas”, desde a atuação docente por um morador “culto”, até a exigência de uma formação específica para o exercício, benéfica, mas muito imposta pela administração pública. De qualquer forma, é importante destacar a autonomia do professor, em todo esse período e apesar das mudanças, que se esforçava em promover a instrução dos alunos através de instrumentos próprios, especialmente pelo uso da linguagem (dialeto alemão) para transmitir o conhecimento aos alunos, mesmo quando proibido – e pela prática religiosa (no sentido figurado e literal do termo) de uma doutrina que parece ter sido aprendida e marcado a história da comunidade alemã da localidade.

4.4. AS AULAS: VESTÍGIOS DE CULTURAS E PRÁTICAS

Uma análise das práticas de sala de aula evidenciadas pelas memórias e pelas fontes de pesquisa sobre a Escola Paroquial de Kronenthal-RS permite, assim como foi feito com o espaço, com o contexto social e religioso e com o papel do professor, permite traçar caminhos de resposta sobre a escolarização da comunidade, apontando resultados bem específicos sobre como esse processo aconteceu e sobre as suas atuais – e portanto modificadas – representações. Isso se justifica, e essas memórias continuam válidas, de um ponto de vista que considera o tempo e a subjetividade, numa História que é sempre narrativa construída, elaborada e reelaborada. Nesse sentido, o conceito mais abrangente de cultura que os antropólogos propõem faz vínculo com o estudo dos símbolos, que também podem ser apreendidos enquanto regras ou protocolos culturais. Essa pragmática está, também, no modo que as crianças aprendem sobre a sua realidade – e então carrega um sentido, é passível de uma interpretação.

Neste estudo, a análise dessas práticas de ensino aponta para situações que ultrapassam os muros da escola, e as vincula a atuações criadas também no âmbito sociocultural. Vidal (2006, p. 158) defende a possibilidade dessa relação, afirmando que as práticas

[...] apresentam modos de estar no mundo, de compreender a realidade e de estabelecer sentido, partilhados social e historicamente. Isto implica dizer que as práticas não são jamais individuais, a despeito de serem ativadas individualmente por cada sujeito. Mas também significa dizer que elas se exercitam em culturas específicas, o que nos faz interrogar não apenas acerca das relações históricas nas quais se produzem, mas das circunstâncias escolares e educacionais em que foram geradas.

Essas práticas possibilitam compreender o conjunto de fazeres que se constituem no núcleo das escolas, supondo, dessa forma, a vivência de saberes singulares que se estabelecem nesses espaços e que os descrevem como um espaço escolar.

A percepção a respeito da cultura escolar passa, então, também pela investigação dos modos de pensar e de fazer dos agentes presentes no seu contexto. Desse modo, os discursos, os rituais, as linguagens são parte do cotidiano escolar, e estabelecem perspectivas fundamentais cultura em que a escola, seus alunos e professores estão inseridos, colaborando para o entendimento dos seus significados. Do mesmo modo, Vinão-Frago (2000, p.100) afirma que existem

modos de pensar e atuar que proporcionam a seus componentes estratégias e pautas para desenvolver-se tanto nas aulas como fora delas – no resto do recinto escolar e no mundo acadêmico – e integrar-se na vida cotidiana das mesmas. [...] modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores.

Aqui, para compreender a cultura e as práticas na Escola Paroquial, questionei os entrevistados sobre o andamento e o conteúdo das aulas, e sobre o modo como a escola se organizava. Especificamente, perguntei, por exemplo, o que era ensinado nas aulas, quais os materiais utilizados pelo professor e pelos alunos, como era a disposição das mesas dos alunos, que tipo de castigo os professores

adotavam em caso de desobediência, entre outros questionamentos. Como apontam Viana e Cortelazzo (2009, p.50):

O modo como a escola se organiza contribui para reforçar os mecanismos geradores de adaptação e dominação, os quais informam os processos pedagógicos, organizativos, de gestão e de tomada de decisões no interior da escola. Modos de organização que vão além das normas e legislações emanadas da entidade mantenedora e/ou do poder público, pois a escola ao se apropriar destas normas e valores os reelabora conforme os interesses e códigos culturais próprios.

No início das atividades da Escola Paroquial de Kronenthal-RS, as aulas aconteciam no dialeto germânico falado na localidade, justamente para atender os filhos dos imigrantes alemães que ali se estabeleceram e para os quais a escolarização era prioridade. A fala do senhor José Felix Griebler evidenciou a questão da língua: *“As aulas aconteciam na língua alemã, a gente não entendia o português, e o professor nem sabia falar o português”*.

A linguagem é uma forte manifestação da cultura no ambiente escolar – e, nas escolas étnicas, é elemento marcador e diferenciador em relação à procedência dos estudantes. Kreutz (1994a) afirma, com efeito, que escolas étnicas tinham como principal característica o ensino efetuado na língua materna, assim como a cultura e a história dos países de origem dos imigrantes.

Complementando o relato acima acerca da linguagem adotada nas aulas do período, o entrevistado repetiu, com ênfase, que *“Naquele tempo era ensinado na língua alemã, o professor Finckler não sabia falar em português, ele ensinava fazer contas, a passagem da Bíblia”*. Fica evidenciado, também, então, que, apesar de o ensino não ser efetivado por um professor profissional, ou seja, focado nas práticas pedagógicas, e de esse professor não ter sido formado em seminário católico para o desempenho da profissão, havia a preocupação do ensino religioso por meio dos ensinamentos da Bíblia.

Em relação aos ensinamentos e à linguagem adotada, percebe-se, porém, que o ensino em alemão não dura com o passar dos anos. Nos final da década de 1950, quando o entrevistado Silvério frequentou as aulas, isso já não ocorria habitualmente, e nem parcialmente, como quando a proibição do uso da língua materna estrangeira pelo governo brasileiro havia recém sido imposta e os

professores precisavam, de certo modo, burlar a regra para se fazer entender. Na época de escola de Silvério, o alemão era utilizado somente quando havia a necessidade de esclarecer uma informação já dita em português. Ele comentou:

Quando eu comecei a estudar na Paroquial, o professor não conduzia a aula em alemão, era só no português, só que o professor era maleável né, quando ele via que as crianças não entendiam, ele explicava em alemão. Porque quando eu comecei ir nas aulas, fiquei um ano na Isabela, eu não sabia falar o português, eu não sabia nada, aí aos poucos eu fui aprendendo. Como fiquei um ano na Isabela, aos poucos eu fui aprendendo e entendendo o português, e depois com o professor Andrioli, quando as crianças não entendiam ele explicava em alemão, ele era maleável nisso, sim; ele não exigia que as crianças tinham que saber logo o português, então o professor foi bem compreensível.

Na Escola Paroquial de Kronenthal-RS, o objetivo da escolarização era o letramento e o exercício das operações básicas de matemática, além de um conteúdo superficial de história e geografia. Eram desenvolvidos, então, saberes considerados elementares para a vida de um cidadão comum da época, como se confirma no relato do senhor José Finckler:

O fundamental era que o aluno saía da escola alfabetizado, e que ele sabia fazer as continhas matemática para enfrentar a vida. Porque o colono produzia e tinha que fazer as contas para ver quanto rendia o produto do trabalho, o principal era as quatro operações, nada mais.

Ainda, sobre o que era ensinado, a fala de Aloysio Angst destaca parte da formação dos alunos na escola:

Matemática, geografia, história, caligrafia. Meu cunhado que já é falecido ia na escola paroquial e ele aprendeu com os Finckler, ele tinha uma das melhores letras que eu já vi na vida, alguém escrever como ele era difícil

Na entrevista com o senhor Miron Stoffels também é possível perceber o foco do ensino na Escola Paroquial: “Olha, o que era ensinado principalmente era fazer a matemática. As quatro operações fundamentais era o começo, era o principal, e iniciação a leitura, a alfabetizar, fazer o aluno ler e escrever e ensinar as quatro operações”. Lucila Nedel afirmou: “Aprendia matemática, história, não lembro muito. Estudei até os meus 10 anos, quando eu mudei para Feliz”.

Para Julia (2001, p. 10), a cultura escolar é, pois, “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desse conhecimento e a incorporação desses comportamentos” – e a relação entre normas e práticas é reforçada pelo autor, que afirma ainda que estas podem variar de acordo com as finalidades de dada época.

O que as crianças aprendiam na escola alemã, relacionava-se, efetivamente, com as representações que os imigrantes possuíam do mundo e da sociedade, e era a partir dessa representação que a sabedoria, os valores, seus princípios e a maneira de pensar e ver o mundo estavam postos.

Além disso, desde o período inicial da Escola Paroquial até o ínterim em que o professor Egídio Finckler ministrou as aulas, a educação esteve sob tutela de colonos da localidade de Kronenthal-RS. Estes, portanto, não tinham preparo ou estudo que lhes proporcionassem um embasamento pedagógico formal. A preocupação desse professor “não profissional” era a de ensinar o elementar para que os filhos dos colonos pudessem ter pelo menos o mínimo de conhecimento para enfrentar a vida. O importante tornava-se, então, para os alunos, aprender a ler, a escrever, saber as quatro operações matemáticas, noções elementares de geografia e história e principalmente valores cristãos. Segundo Rambo (1994), em relação ao currículo escolar, até o ano de 1900, as escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul caracterizavam-se pela informalidade. Isso acontecia porque adequavam-se inicialmente às necessidades dos colonos.

Na Escola Paroquial de Kronenthal-RS, além da leitura e da escrita, aprender a “fazer contas” era fundamental. Essa importância dada à matemática justificava-se na necessidade de o colono, que cultivava as terras, calcular a quantidade e o lucro da sua produção. As estratégias para ensinar as operações básicas eram algumas, conforme me relatou o senhor José Finckler:

[...] havia um aparelho chamado ábaco, era uma armação onde tinha 100 bolinhas dentro. e então, com essas bolinhas tinha 10 filas que a gente podia correr tanto pra lá, para fazer a soma, subtração, multiplicação e tudo se fazia lá, funcionava bem.

Vale afirmar, sobre os métodos de ensino, que, no caso dos professores Felipe e Egídio Finckler, que não tinham formação específica para a atuação

docente, o currículo era cumprido com base nas necessidades que o enfrentamento do cotidiano impunha, e é possível, também, que não se realizassem práticas correspondentes ao planejamento de aulas, à elaboração de avaliações, a relatórios ou outros documentos relativos ao aprendizado das crianças. Com efeito, não foram encontrados registros pedagógicos da época de atuação dos dois, tampouco algum papel relacionado à gestão da escola.

Essa falta se confirma com a fala de José Finckler, filho e ex-aluno de Edígio, quando perguntado se o pai preparava as aulas:

Que eu me lembre, porque faz muito tempo, eu era muito novo, plano de aula não se fazia, que eu saiba não, o meu pai usava o livro que a noite ele dava uma leitura em casa pra ver a lição que ele passava no dia seguinte para os alunos, e depois tinha 4 classes diferentes que ele tinha que atender, 1º, 2º, 3º e 4º ano, então enquanto ele trabalhava com alguma série, ele tinha que ocupar outra com outras atividades. Então uma turma fazia leitura, outra fazia continhas, que ele botava no quadro, e tinha que misturar as matérias.

É interessante perceber, especialmente nessa fala, mas também em outras, uma menção explícita à memória, usada para momentos de incerteza. A memória é, de fato, processo de constituição de lembranças nas circunstâncias do tempo de hoje – e se insere na perspectiva de formação das representações e de reiteração das identidades constituídas na história. Então, conforme evidencia Neves (2000, p.109),

[...] a memória passa a se constituir como fundamento da identidade, referindo-se aos comportamentos e mentalidades coletivas, uma vez que o relembrar individual – especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica – relaciona-se à inserção social e histórica de cada depoente.

Em relação ao período escolar das escolas teuto-brasileiras, Kreutz (1994b, p.38) lembra que os períodos de tempo de aula foram diferentes dependendo da época, do espaço e do contexto:

Não havia período escolar uniforme, variando de acordo com as circunstâncias, as possibilidades e a organização de cada localidade. As crianças frequentavam a escola durante um ou dois anos apenas, prolongando-se nas décadas de 1880/90 para três ou quatro anos, porém não de maneira uniforme para todas as localidades.

Anos mais tarde, com a presença do professor profissional, ou seja, com formação específica para o desempenho da função, a percepção e a cultura escolar mudaram, e então a escola passou a ser um espaço formativo em que havia um preparo e uma intencionalidade pedagógica. É nessa época, também que começaram a ser aplicados sistemas de avaliação do aprendizado e da política educacional.

Quanto aos materiais utilizados pelo professor, Miron Stoffels, respondeu:

Olha, ele usava uma gramática portuguesa, um livro também que eu não me lembro. E ele recomendava livros de leitura, alguém vinha lá vender estes livros de leitura, isso eu me lembro, porque mais de um livro que eu tinha em casa eu comprei lá na escola. Um, o nome era o João Felpudo, era um livro famoso que tinha historinhas e eu tinha esse livro em casa. Naquele tempo, eu li todas as histórias do João Felpudo, mas desses livros, eu já gostava de ler desde aquele tempo, então eu comprei mais desses livros que eram oferecidos na escola para a gente ler.

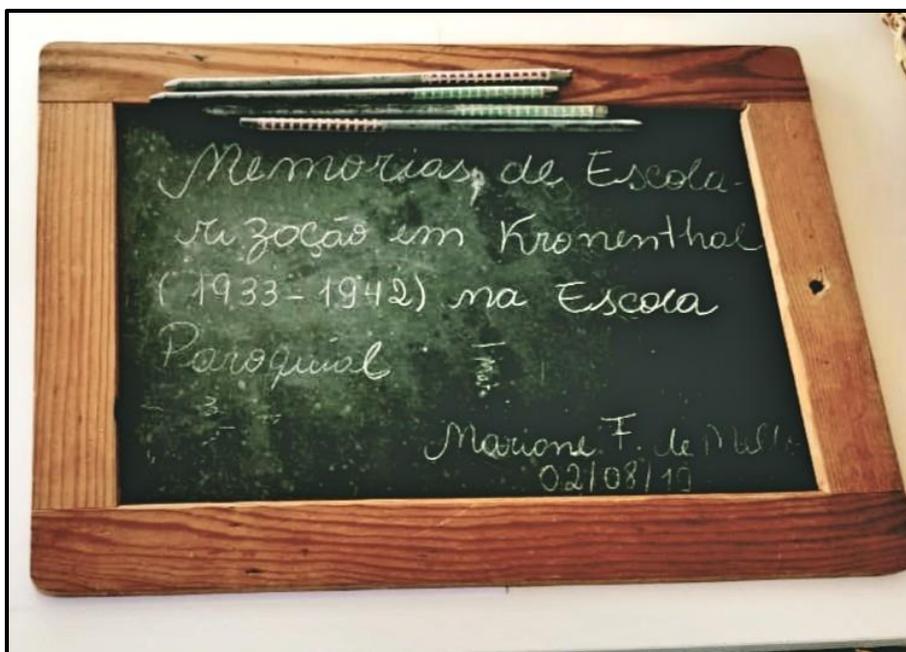
Essa não foi a primeira menção aos livros feita pelos entrevistados. E, de fato, o conhecimento para o professor era muito baseado no que estava escrito nos livros, principalmente durante os primeiros anos de funcionamento da escola, e a leitura era essencial tanto para o repasse e a fixação de informações, quanto para o exercício do letramento.

Tempos mais tarde, no final da década de 1930 e início da década de 1940, quando já havia professores com formação para a docência, provavelmente eram utilizados os materiais didáticos exclusivos das escolas teuto-brasileiras, confeccionado no Brasil em língua alemã, e de acordo com a realidade do aluno na conjuntura da imigração no Brasil. Nesse sentido, Kreutz (1994a, p.46) destaca: “percebe-se que havia a diretriz de elaborar material didático a partir da realidade local e regional, através do qual os alunos não tivessem apenas melhor compreensão desta, mas também se engajassem plenamente na mesma”.

Em relação aos materiais básicos utilizados pelos alunos, em grande parte do período estudado, os entrevistados comentaram o uso de uma lousa de ardósia escura e um lápis de pedra clara, ao qual chamavam “*grifel*” que contrastava com a

tonalidade da pedra. A escrita era parecida com a de um giz em um quadro negro, como se pode ver na figura abaixo:

Figura 15 - Lousa de ardósia



Fonte: A autora.

Basicamente, eram esses os materiais dos alunos, comumente carregados até a escola dentro de uma sacola de pano. Alguns dos entrevistados ainda guardavam consigo a lousa e o lápis. Somente mais tarde, foram introduzidos o caderno e a caneta de tinteiro, conforme fala do senhor José Finckler:

Uma lousa de pedra, mas a gente escrevia com um lápis que eu não sei como se chama em português, um lápis que se gastava, era de pedra como o da lousa. Era um quadro com moldura, e a gente escrevia em cima com o grifel, e quando terminava a lição apagava com um paninho. Muitos alunos até com cuspe limpavam. Isso foi nos primeiros tempos quando fui na aula, depois foi introduzido o caderno, o caderno para escrever com lápis e com caneta, a caneta era um tinteiro que a gente colocava a caneta dentro e era escrito com a caneta. E o caderno só servia para aprender a fazer caligrafia, só para isso.

O senhor José Félix Griebler confirma o uso desses materiais:

A lousa de pedra preta e um lápis que chamava grifel... ele escrevia em claro, depois mais tarde tinha caneta de tinteiro. Tinha um paninho que a

gente usava para apagar o que estava escrito. Depois mais tarde usava caderno, com caneta de tinta, e também tive lápis de cor²⁷.

O senhor Miron Stoffels também cita os mesmos objetos:

Era uma lousa preta e nós escrevíamos com o grifel, era um lápis de pedra bem fininho, era a escrita branca na pedra escura. Eu tempos atrás eu ainda encontrei um grifel por uma gaveta. A lousa era levada numa sacola de pano, eram os livros, a lousa, os lápis tudo ia ali, na sacola de pano

Para Funari e Carvalho (2009, p.4), “a cultura material é tudo aquilo que é produzido ou modificado pelo ser humano, ou seja, tudo aquilo que faz parte do cotidiano da humanidade independente do tempo ou mesmo do espaço”. Assim, sabendo do uso desses materiais, pode-se inferir que, na Escola Paroquial de Kronenthal-RS, a materialidade da oralidade pedagógica era efêmera, uma vez que as anotações eram registradas e logo apagadas. Entretanto, mais marcante é o fato de as memórias continuarem presentes, especialmente as da relação dos sujeitos com os objetos escolares, formando o que Vidal (2005) denomina “cultura material escolar”, capaz de dar indícios das práticas pedagógicas efetivadas no período estudado.

Por outro lado, com o uso do caderno, Gvirtz (1995) considera que se tem um conjunto de práticas discursivas escolares que se articulam de um determinado modo, produzindo um efeito. Esse discurso, produzido na e pela escola, mais do que um registro, constitui um dos processos e produtos mais significativos das práticas escolares, isto é, práticas que permitiram a transmissão de conhecimentos e a imposição de condutas circunscritas ao espaço da escola.

Outro aspecto cultural analisado com os entrevistados foi a organização da sala de aula, com separação de meninos e meninas, conforme os ditames religiosos da época, bem como sua estrutura multisseriada. Havia vários alunos de idades diversas na sala de aula, do primeiro ao quarto ano: “*Todos na mesma classe, nos primeiros bancos os mais da frente eram dos alunos do primeiro ano, depois os do segundo, terceiro e o do quarto ano*” (Aloysio Angst).

²⁷ Essa transcrição, como as das outras falas de Félix, é uma tradução para o português. Como a tradutora conhecia o senhor José Félix, ela me explicou que ele tinha melhores condições financeiras, garantidas pelo armazém de propriedade da família, e que lhe permitiram o uso de lápis de cor na escola.

As mesas ou carteiras estavam dispostas conforme os anos de escolarização, que, de acordo com os entrevistados, acolhiam cerca de três a quatro alunos, dependendo das idades. Essas estruturas são cruciais para entender como se dava o ensino. Vidal (2009b, p. 34) diz, por exemplo, que o surgimento das carteiras regulou a altura ideal entre o assento e a mesa, e normalizou “a distância entre o encosto do banco e o borde da mesa”.

A figura abaixo ilustra o modelo de mesa utilizada nas escolas paroquiais entre as décadas de 30 e 60 do século XX, conforme relatos dos entrevistados.

Figura 16 - Mesa do aluno



Fonte: A autora.

Figura 17 - Mesa do aluno: parte interna



Fonte: A autora.

Essa segunda figura ilustra a carteira vista de lado e aberta, sendo visível o espaço para as pernas entre o banco e a mesa, assim como o interior do móvel, feito para guardar o material escolar.

Perguntei aos entrevistados, ainda, se havia o costume da utilização de uniforme na Escola Paroquial, e obtive a seguinte resposta do senhor Miron Stoffels:

Para a primeira comunhão, sim. Todo mundo tinha que vir bem trajado, foi a primeira fatiota que usei na minha vida... foi na primeira comunhão. Eu me lembro ainda hoje que era na cor marrom, era um casaco marrom, a calça azul e a camisa branca, e isso era por conta da família e todos caprichavam, menos aqueles que eram da vila.

Essa fala demonstra, então, que a formação religiosa do cidadão tinha maior importância que a formação das propedêuticas, pois o uniforme escolar não era utilizado na escola, mas apenas na ocasião da primeira comunhão, em que era importante estar muito bem vestido.

Também perguntei aos entrevistados sobre os castigos escolares, sobre como era a postura do professor quando um aluno ou aluna o desrespeitava. O senhor José Finckler afirmou que: [...] era castigado à vara, uma vara de marmelo sempre estava na mesa do professor. O castigo físico também marcou o senhor José Félix Griebler, que fez o seguinte relato:

Tinha que ajoelhar em cima do milho, colocava a mão em cima da mesa e o professor batia com a régua, o professor também tinha uma vara de marmelo e surrava. Naquele tempo podia, hoje não pode mais, vai até para a cadeia, hoje os alunos batem no professor.

O castigo foi uma das práticas que mais marcou os alunos, uma vez que, pelos relatos, parecia comum e até “normal” repreender as crianças fisicamente, conforme afirma a senhora Maria Amélia Bergmann:

Felipe Finckler, ele foi um professor severo, única coisa que ele sabia bem era surrar, era um diabo para surrar as crianças. Ele batia todos os dias num guri, ele ganhava todos os dias uma surrada aquele guri. Aí teve um dia quando terminou a aula que ele não surrou. Aí o guri chegou e falou para o professor: “Ô, professor, tu esqueceu uma coisa hoje”. E o professor disse: “O quê?” E o guri respondeu: “Eu não ganhei surrada”. Mas esse professor foi desgraçado, quando a gente não sabia certo o catecismo. Mas eu nunca ganhei castigo por causa do catecismo.

Kreutz (2004), a respeito dos professores paroquiais nas escolas teuto-brasileiras, reconhece que quanto mais vigorosa era a obediência, mais prestígio tinha o professor, resultado da importância do ensino jesuíta, que julgava o sofrimento do corpo um mecanismo de depuração da alma. Todavia, ainda que a convicção nos castigos físicos como alternativa para constituir indivíduos estivesse estabelecida culturalmente, e mesmo que a percepção de castigo corporal se realizasse com a finalidade da melhoria da criança e reconhecida socialmente, sensações como indignação ou vingança não eram incomuns.

O senhor Miron Stoffels rememorou uma lembrança de um castigo aplicado a um dos seus irmãos mais velhos. Miron não era aluno da escola ainda, mas naquela época havia o costume de os irmãos mais novos acompanharem os mais velhos quando iam para a aula. Miron rememorou um desses momentos:

Lembrei de uma passagem... um dos castigos quando terminava a aula, né? Tinha que ficar de parede no lado de fora, virado para a parede; não podia falar, e tinha que esperar até tocar o sino da tarde, o sino do ângelus. Na escola paroquial, nesse tempo, eu ainda nem era aluno, eu só ia junto como eu já tinha te falado, eu ia com o Omar, meu irmão. Quem foi meu colega foi o Milton, meu irmão que já faleceu, o Milton era um ano e meio mais velho que eu, a mãe a cada dois anos ela tinha um filho. Então o Omar estava na nossa frente por ser mais velho e eles o Omar e o Orlando Krindges tinham o castigo, e o castigo era ficar na parede até que tocasse o sino, e aí eles me chamaram assim que o Gregory foi embora para eu ir lá e tocar o sino, porque o castigo era até que tocasse o sino. Tocar o sino fora de hora significava o quê naquele tempo? O falecimento de uma pessoa da comunidade; que quando morria uma pessoa qualquer hora do dia tocava o sino e dava as baladas no fim: tummmm tummmmm, para dizer o horário da missa do dia seguinte. Então era anunciado assim, então tocava aquela batida diferente e o sino por tantas vezes por exemplo "tum tum tum tum tum tum tum", oito vezes, oito horas será a missa amanhã. Aí eles me falaram: "vai lá e toca o sino, porque o castigo é até que toca o sino". Aí eu fui lá e puxei o sino, né? Aí todo mundo, quando nós voltamos, né?, nos perguntavam: "quem morreu? Quem morreu?" Aquilo deu uma balbúrdia, bateu o sino uma meia hora antes horário, esse foi um episódio que eu me lembrei, uma arte cometida quando guri, eles me mandaram e eu não pensei muito nisso, que eu iria alertar todo mundo que alguém morreu porque o sino tocou fora de hora.

Castigava-se a criança com a finalidade de civilizá-la, pensando na formação, no bem futuro daquele indivíduo que se tornaria um adulto dentro dos preceitos impostos por uma sociedade controlada pelos princípios católicos.

[...] o que eu mais me lembro da aula foi de um castigo que eu recebi em público, assim, porque o professor me pegou matando passarinho e fez eu recitar em público, na frente de todos, esses versinhos que agora mostra que eu não era tão burro como pensava, porque eu ainda me lembro (risos). Então era assim: “No meu tempo de criança eu gostava de ir aos ninhos para lhes apanhar os ovos ou matar os passarinhos, era todo o meu pensar, fazer mal às avezinhas, nem ao menos escapavam inocentes andorinhas, mas um dia arrependido de ser tão mal, protestei: no futuro não tiraria vida a quem não a dei”. Isso eu guardei até hoje na minha memória, e me dói muito, ainda bem que a gente matava para comer o passarinho, né? Mas eu era terrível realmente, então, o que que se tinha quando piá? Caçar e pescar, no rio a mãe não deixava porque era perigoso... (Miron Stoffels).

O entrevistado Silvério Stroher comentou que, como castigo, “*tinha que ficar de joelho, muitas vezes tinha que ficar depois da aula de castigo, uma meia hora depois, ou ainda de joelhos na frente da Igreja, na escada da Igreja. Eu acabei ficando algumas vezes lá*”.

Outro questionamento que fiz foi em relação a uma possível diferenciação dos castigos, quando aplicados a meninos e meninas. Para essa pergunta, o senhor José Finckler afirmou:

Era diferente, mas não muito assim. O principal castigo era o aluno se ajoelhar, ou tinha que se parar na parede, ficar parado na parede, e quando era demais a vara comia. Em algumas escolas, a ajoelhada era braba, eles botavam grãos de milho e o aluno tinha que ajoelhar em cima do grão de milho e isso dói.

Pela narrativa do entrevistado, não foi possível identificar se havia de fato uma diferença significativa nos castigos aplicados às meninas naquele período, pois ele menciona que havia uma diferença, mas não a explicita.

Já o entrevistado senhor Silvério Stroher comentou que “*as meninas eram mais comportadas que os meninos, então dificilmente elas ganhavam castigo, mas quando dava era o castigo de ficar de joelhos, as meninas não tinham tanto castigo*”.

Para Del Priore (1999a, p.11)

Alguns aspectos da educação jesuítica chamam a atenção. Tal é o caso, por exemplo, dos castigos físicos aplicados às crianças indisciplinadas. Para os jesuítas, o mínimo deveria ser repudiado e os vícios e pecados deveriam ser combatidos com açoites e castigos, sendo que os espancamentos tinham por objetivo ensinar às crianças que a obediência aos pais era a única forma de escapar da punição divina.

A narrativa da Sra. Maria Amélia Bergmann evidencia os rigores impostos na prática da catequese quando algum aluno não havia decorado alguma passagem bíblica, e tentava “enganar” o professor:

A vara tava cantando, então quando algum não sabia o catecismo e falava “blá blá blá blá” (bem rápido) para enganar o professor, ele dizia: “tu vai ajoelhar aqui”, e ficavam na hora do recreio. A merenda podia comer, mas não podiam brincar.

A Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS caracterizava-se por um ensino formador do cidadão para além do aluno, prezando pela formação religiosa católica, em práticas de ensinamento de passagens bíblicas. Essa conduta, principalmente pela catequese, visava moldar um cidadão que a Igreja Católica considerava como sendo “de bem”.

De acordo com Santos (1979, p. 50), “[...] a catequese se difundia normalmente através dos canais que eram aqueles da vida da sociedade na Igreja: família, paróquia e a escola católica”.

Na Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS, as aulas da catequese aconteciam com periodicidade de quinze em quinze dias, pois era quando os padres estavam na localidade para a celebração da missa, conforme lembrado na fala do entrevistado Sr. Miron Stoffels:

[...] uma semana sim outra não, quando tinha missa sábado e domingo havia depois da missa da manhã. Havia catequese para as crianças de manhã e aquilo era um pavor para a gente, né? Mas quando era só de manhã era tudo bem. Quando era o padre Frener e o padre Ridler... eram os dois padres que tiveram doze anos no Alto Feliz, e Vale Real fazia parte. e então, quando o padre Frener vinha rezar missa, ele dava catequese só de manhã, aí tudo bem! Não tinha problema, mas não de tarde. Mas o padre Ridler dava catequese de manhã e de tarde, imagina, de tarde! Naquele tempo se ia no campo de futebol onde o clube da vila jogava bola contra outro clube, e aquilo era sagrado. Isso era mais importante que a missa para nós, e o padre vinha dar doutrina.

Na lembrança narrada acima, é perceptível que havia uma distinção no modo de conduzir os ensinamentos religiosos dos padres que iam rezar a missa na localidade e fazer o ensinamento bíblico na catequese: um deles costumava fazer

a catequese pós-missa em sábados e domingos pela manhã, e o outro tinha uma prática diferente, em que, além de ensinar o catecismo pelo turno da manhã também, costumava estender para o turno da tarde. Estando comprometidas com a catequese também no domingo à tarde, as crianças eram impossibilitadas de brincar ou de participar de outras atividades de lazer da comunidade. Igualmente, relata o senhor Miron Stoffels:

Sei que num domingo tinha um jogo muito importante, muitos colegas meus não foram para a catequese e fomos para o futebol. E o que fez o padre? Ele tomou nota e ele sabia em cada localidade quem eram os guris e as gurias da doutrina, ele tinha lista, tudo. E o que fez o padre? Foi na igreja no púlpito e deu o nome dos guris que não foram na catequese naquele domingo de tarde (risos). Aí sim estava o meu irmão e eu com minha mãe; ela nos olhou, ela não era de bater... nos deu uma olhadinha e uma risadinha assim, e [perguntou]: “Mas o que que houve?” Aí, eu disse: “ai, mãe tinha o jogo de futebol ali no Jacó Krindges, imagina se nós ia perder” Aí, no fim, a mãe disse: “É, é verdade, as crianças sonham tanto com o domingo e aí agora tem que ir para a catequese (risos), Este era o tipo de problema, assim, da catequese lá.

Pela fala descrita acima, é notável que os padres queriam manter o controle da frequência dos alunos nas doutrinas. Assim, na percepção dos padres, expor as crianças na missa traria a atenção dos seus pais para controle da situação. Porém, a própria família percebia que o rigor imposto pelos padres era exagerado, uma vez que os filhos não estariam com a mesma disposição para aprender as lições abordadas na catequese durante os poucos dias de descanso. Isso também aparece na narrativa do senhor Miron:

[...] para fazer comunhão tinha que fazer a catequese, os padres controlavam isso, isso era controlado pela paróquia pelos padres (risos). Então, como eu te disse, eles tinham os nomes de todos os alunos né? Aquela vez do futebol né, eu pensei: “como esses malandros desses padres sabem direitinho dos alunos que estão na catequese, meninos e meninas?” E cada ano eles renovavam, né? Os maiores caíam fora, e eles colocavam os novos, né? Então eles estavam sempre atualizados, né? Quem começava a catequese... a primeira coisa que o padre fazia era a chamada, um por um, todos estavam na lista. Depois ele ia no púlpito e aqueles que não estavam na chamada ele falava (risos), que nem aconteceu comigo e meu irmão, mas a mãe deu um jeitinho, né? A mãe passava a mão na cabeça, porque ela sabia que era demais também, né? Ela sentia que como a gente esperava pelo domingo de tarde para ir ao campo de futebol e agora vem um padre para catequese, que não havia nem ambiente, se a gente ia para a catequese ia de mau espírito, né? E não iríamos absorver nada, então, assim, o padre Luís não dava catequese

à tarde, só dava uma hora e depois da missa da manhã, aí tudo bem, a gente encontrava os demais amigos... a turma toda, né? E lá na frente [acontecia] uma catequese animada, né? Davam um santinho para cada um, né? Era bom, a gente gostava.

A família tinha o papel fundamental de incentivar os filhos nas práticas da religião, mas cabia à mãe as principais orientações religiosas, como, por exemplo, a ajuda aos filhos com as atividades da catequese, o cuidado com o comportamento das crianças, suas vestimentas. O pai estava mais envolvido com outras responsabilidades, como o trabalho na lavoura, no comércio, entre outros. Corroborando com essa afirmação, Santos diz que:

Na família cabe primeiramente à mãe e depois ao pai o cuidado de despertar a fé, de ensinar e fazer recitar as preces cotidianas. De vigiar a conduta e o comportamento dos jovens. O cuidado dos autores de catecismo é ajudar os pais a completar sua formação. Porque de sua instrução dependia a formação cristã das crianças. E de sua vigilância, a fidelidade deles ao Evangelho (SANTOS, 1941, p.32).

Assim, a entrevistada senhora Maria Amélia Bergmann rememora uma lembrança que vem ao encontro da afirmação feita por Santos, demonstrando a efetiva participação da mãe na instrução religiosa da filha, que dizendo que:

Uma vez no catecismo, nunca vou esquecer. Eu tinha conjuntivite e tinha o catecismo, e não fui, então eu estava sentada em cima da cama, e minha mãe tinha um bebê pequeno e embalava (fala em alemão traduzido). Minha mãe falava as passagens da bíblia e depois me tomava, assim estudei aquele dia. Outro dia sabia o catecismo todo, então o professor disse para os outros: “olha, vocês não têm vergonha? Ninguém sabia o catecismo e a Amélia quase não enxerga nada e ela sozinha sabe”.

Conforme a narrativa da entrevistada, então, a educação católica acontecia também em casa, no ambiente familiar, ou seja, não somente o que está restrito à escola, mas o que se estende a outros ambientes – e era comum nas comunidades alemãs.

As falas dos entrevistados são, assim, bastante marcadas pela valorização da catequese, como se a subordinação à doutrina católica lhes rendesse um “status” mais elevado perante à comunidade; formar-se no catecismo era um primeiro grande passo do jovem para a vida na sociedade de Kronenthal-RS. O ensino religioso servia, com efeito, como motivador para a formação de um cidadão bem

visto e aceito naquela sociedade e que reproduzia os valores cristãos, como evidencia o senhor José Félix Griebler “[...] eu gostava de estudar, nós tinha (sic) compromisso nos quatro anos, e depois [devíamos] fazer a primeira comunhão. Com 12 anos a gente fazia a primeira comunhão”. Nessa fala, o senhor José Félix expressou-se com orgulho ao mencionar sua formação na catequese. Então, percebi a importância do ato da primeira comunhão, que possivelmente, para a época e para a comunidade, era primordial.

Perguntei, por fim, aos entrevistados, sobre a prática das doutrinas com as crianças. Inicialmente, quis saber o que era ensinado aos alunos durante a catequese, pois a impressão que tive quando os entrevistei é que, algumas vezes o ensino da religião por meio da catequese fora mais exigente e rigoroso que o próprio ensino das propedêuticas. Quando questionada, a senhora Maria Amélia Bergman me respondeu:

Então... o professor pedia alguma passagem da bíblia, tinha que saber o que significavam alguns trechos bíblicos. A gente escrevia na lousa (palavra em alemão), deixava ela sobre a mesa e o professor passava e corrigia e depois com um paninho a gente apagava.

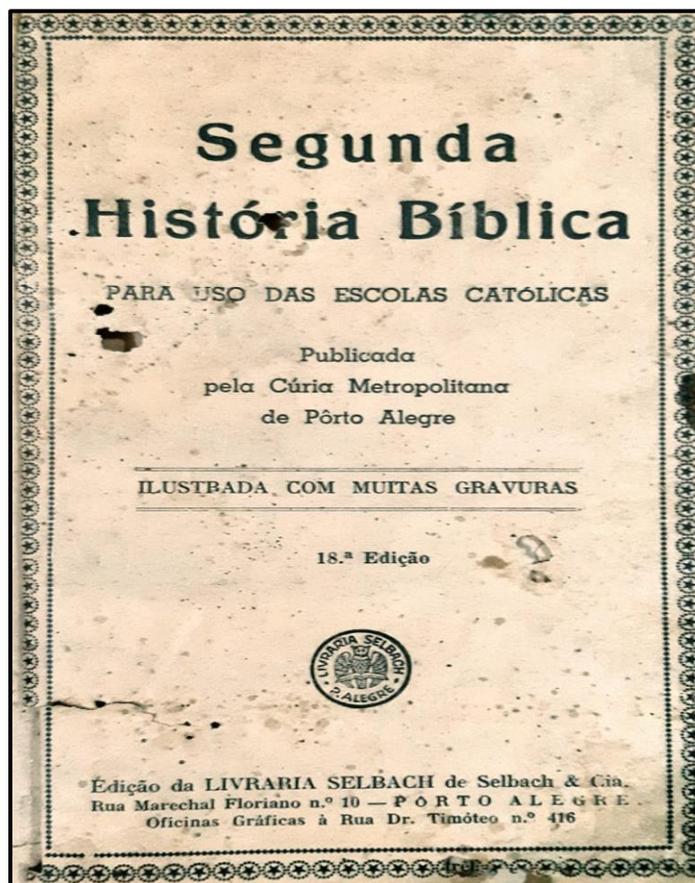
Questionei os entrevistados, ainda, se o professor utilizava algum material ou um livro específico para conduzir as aulas de religião, e se o padre fazia uso de algum material para a catequese. O entrevistado senhor Silvério Stroher comentou que o professor utilizava a bíblia para os ensinamentos da catequese, e assim, cada aluno tinha a sua, além de um livro de catecismo.

A bíblia não era como a de hoje, nossa bíblia já era formada por fotografias, era ilustrada. Então o professor contava muita história, formava a história em cima de contos bíblicos, então assim, nisso ele era especialista, ele sabia, por exemplo, falar de Abraão, Moisés... Ele sabia criar uma história em cima daquela parte específica da leitura, ou também sobre a morte de Jesus Cristo, ou o conto dos 12 apóstolos, ou de judas. Então o professor criava uma história que a gente guardava, então muita coisa que eu sei da bíblia hoje, ainda me lembro daquele tempo. Então isso era interessante, o professor transformava para deixar mais atrativo as histórias da bíblia.

Essa Bíblia de que o entrevistado fala em sua narrativa é um livro de história bíblica para uso das escolas católicas, publicada pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre, ilustrada com gravuras. A edição que o entrevistado tinha consigo – e à qual

tive acesso – é a 18ª edição, produzida no ano de 1952, conforme ilustra figura abaixo.

Figura 18 - Livro de instrução religiosa para uso das escolas católicas



Fonte: A autora.

Alguns alunos da Escola Paroquial também se envolviam nas missas como ajudantes do padre; suas atividades consistiam em rezar as orações em latim. O padre, então, entregava as orações, e na hora da missa as crianças tinham que tê-las decorado, conforme narrativa do senhor Miron Stoffels,

Naquele tempo a missa era em latim, aí tinha as orações em latim e o ajudante tinha que saber o latim, nós não sabia (sic) nem em português, e o Aloisio sabia as orações e responder em latim, era o único que sabia. Nós não dizia (sic) nada certo: era aquilo, “psiu psiu psiu”. porque a gente não sabia, mas ele sim ele sabia e quem respondia era ele. Eu o admirava ele e perguntava: “Ô, Aloisio, como você aprendeu o latim, essas respostas?” Aí ele me respondia: “O padre me deu ali o papel onde estão as perguntas em latim e a resposta, como eu sou ajudante, né?” Aí ele decorou de cabeça. E eram dez pequenas orações, dez invocações ao pé do altar, começava a missa assim, né? E ele sabia tudo decorado.

Enfim, percebe-se também aqui que, conforme afirma Tambara (2004, p. 53), “O ensino da catequese, em princípio, consistiria na forma pela qual a Igreja estabeleceria seu processo de transmissão de valores e normas morais e éticas”. Isso não poderia ter sido diferente na comunidade de Kronenthal-RS, regida pela Igreja e pelo olhar atento dos seus agentes: padre e professor. O ensino seguia suas normas, dentre elas, a de alfabetizar e fazer cálculos, mas principalmente, regia-se na intenção de formar o bom cidadão, aquele que praticasse as condutas morais esperadas pela sociedade católica dos imigrantes alemães.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação, intitulada “Memórias de escolarização na perspectiva da Escola Paroquial em Kronenthal/Vale Real – RS (1933-1965)”, constituiu-se como uma narrativa possível, com base em fontes orais e documentais, parte da história da primeira escola da localidade de Kronenthal-RS, depois denominada Vale Real-RS, colonizada por imigrantes alemães a partir da primeira metade do século XIX. O objetivo dessa pesquisa foi registrar e analisar as representações da escolarização, expressas em entrevista, por alunos egressos da escola, e analisá-las estabelecendo relações com o contexto histórico e com as características dos distintos grupos sociais que se fixaram no povoado.

Essa pesquisa foi motivada, inicialmente, por uma vinculação pessoal a profissional minha ao espaço de pesquisa, em atividades junto à Secretaria de Educação do Município, que parecia responder à comunidade em relação às exigências em nível educacional local. Em seguida, depois de algumas leituras e encontros, instigou-me conhecer e divulgar uma história ainda pouco contada, uma vez que de fato não há pesquisas aprofundadas sobre a história da educação no município, e portanto desconhecida para muitos, apesar de sua relevância social.

Em termos de estrutura desta dissertação, no capítulo de considerações iniciais, contextualizei meu percurso enquanto pesquisadora, e também apresentei o objeto da pesquisa, seu problema condutor e a delimitação de seus objetivos, além de demonstrar a existência de campos de pesquisa que conversavam com a temática escolhida. No início do percurso da pesquisa, minha ideia era estudar os processos de escolarização do município de uma maneira geral. Conforme comecei a me apropriar de produções teóricas e acadêmicas de autores que já estavam consolidados na área de História e Educação, percebi que uma definição mais limitada do objeto de estudo era necessária – e então decidi por focar a primeira escola constituída em Kronenthal – RS, que parecia rica de possibilidades enquanto narrativa, uma vez que surgiu muito ligada à sua comunidade, enquanto possibilidade de instrução aos filhos dos imigrantes alemães estabelecidos na localidade.

Por isso, no segundo capítulo, julguei importante fazer um apanhado sobre a escolarização do período pesquisado, bem como discutir o processo de imigração num contexto geral, desde seu surgimento até a chegada dos imigrantes na localidade de Kronenthal-RS, o que dava indícios das relações culturais dos primeiros colonizadores do povoado, importantes para entender a escola e seu funcionamento.

Como primeira ideia para o desenvolvimento da pesquisa, imaginei utilizar fontes disponíveis de documentos oficiais, como por exemplo, documentos estatais e da Igreja e publicações de imprensa, idealizando a escola enquanto ambiente formal de ensino. Porém, na busca por fontes documentais, deparei-me com a ausência desse tipo de material, o que me instigou a buscar outros tipos de informação, de caráter pessoal dos envolvidos na história da escola, como fotografias, documentos de professores e outros já descritos no capítulo de percurso metodológico. Junto a eles, e prevalentemente, decidi também por consultar as memórias de quem vivenciou a escola durante o período de interesse, e que ainda poderia falar sobre ela, em entrevista. Isso fez com que, inevitavelmente, o protagonismo na investigação não fosse somente da instituição educacional pesquisada, mas também de seus alunos egressos, cujas as entrevistas permitiram uma narrativa da história da Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS. O objeto de pesquisa permaneceu, então, o mesmo, desde o início, mas a forma de abordagem passou por adequações importantes a partir da escolha do uso de fontes orais.

A escolha pela História Oral abriu possibilidades antes não imaginadas, e apontou, entre outras coisas, a urgência de um estudo com as características propostas, uma vez que todos os entrevistados são idosos, e que a maioria de suas narrativas estava disponível por tempo limitado. A perda dessas fontes, poderia levar ao desconhecimento das futuras gerações em relação à Escola Paroquial, sem acesso à sua história e a seus protagonistas.

No capítulo quatro, ou capítulo de análise, dando voz aos entrevistados, registrei suas memórias sobre a Escola Paroquial de Kronenthal/Vale Real-RS, bem como sobre a influência da Igreja Católica na sociedade por meio da instituição. Discuti as relações da escola com a comunidade, suas normas, condutas e o caráter

autoritário de seus agentes em relação aos alunos, mas também às suas famílias. Especificamente, falei também dos professores da Escola Paroquial, as funções assumidas por eles e as características marcantes de seu trabalho docente. Enfim, apresentei considerações detalhadas sobre como eram as aulas na escola, trazendo vestígios de culturas e práticas adotadas daquele espaço no período pesquisado.

A Escola Paroquial foi uma instituição de grande relevância social para Kronenthal-RS, hoje Vale Real-RS, uma vez que emerge na necessidade dos imigrantes da instrução de seus filhos. Permaneceu até o ano de 1898 como a única instituição de ensino da localidade e perdurou sua existência até o ano de 1965. Deixou importante contribuição para a comunidade, uma vez que, por muitos anos, foi intermediadora das relações entre a comunidade e a igreja, que de certa forma regia as ações sociais do povoado. A influência da Igreja na comunidade por meio da escola ficou evidenciada nas narrativas dos ex-alunos entrevistados, que estudaram entre os anos 30 e 40 do século XX.

Em relação à figura do professor, resultou que este exerceu uma função fundamental não só para o futuro das crianças, mas também para o da comunidade enquanto grupo social. O professor era visto como autoridade, e tinha uma atuação comparada ao sacerdócio, tornando-se uma figura comparável à do padre para os habitantes da localidade. Em específico, cada um dos três professores que foram citados pelos entrevistados marcou a história da escola – e a memória dos alunos – de modos distintos. O professor Felipe Finckler, por exemplo, para seu filho José Finckler, foi um homem íntegro e correto, que se preocupava com os ensinamentos dos seus alunos; já para a senhora Maria Amélia Bergmann, foi uma figura essencialmente autoritária, mas respeitada e entendida enquanto alguém que atendia à tendência e às expectativas da época.

Quanto às aulas na Escola Paroquial, a investigação se deu qual busca de vestígios da cultura e das práticas desenvolvidas dentro e para além do espaço da escola. Em termos de narrativa, esse foi talvez o tema mais sensível, para mim e acredito que também para os entrevistados. As práticas narradas permearam diversos modos de pensar e de perceber de cada aluno, que rememorava de certo modo fatos delicados da infância, entre crianças e na relação com os adultos. Os

castigos escolares adotados no período foram uma prática marcante para a grande maioria, pela severidade com que eram adotados. Houve, inclusive, uma entrevistada que alegou não ter mais memórias do período escolar, dos professores ou das aulas, mas de lembrar das punições sofridas por ela e pelos colegas na Escola Paroquial. Os ensinamentos religiosos, por meio da catequese, também foram importantes para os alunos, pois, naquele período e de acordo com relatos de um dos entrevistados, cerca de 90% da população da localidade era católica. A religiosidade, então, era muito cobrada das crianças pelo padre, pelo professor, pela família e pelas próprias crianças.

A pesquisa permitiu acessar visões bem particulares, de acordo com cada narrativa dos entrevistados que, apesar de subjetivas, encontraram correspondência no grupo – e puderam, então, dar vida à escola já um pouco esquecida dos documentos oficiais. A utilização de fontes meramente formais geraria uma discussão mais fria, talvez distante ainda que objetiva, sem riqueza de detalhes gerada por sentimentos e pelas palavras, que afinal, sempre construíram a História.

Por fim, vale dizer que a pesquisa apresentou resultados satisfatórios, esperados e inesperados – e portanto positivamente, alcançando informações primordiais para compreender a importância que a Escola Paroquial teve na vida desses indivíduos, enquanto formação cidadã, e nas relações com a comunidade em que esteve inserida, estabelecidas no passado e ecoantes no presente.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- AMORIN, Hananiel de Souza Amorim Souza. A implantação dos grupos escolares no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Natal, v. 1, n. 12, p. 208-224, set. 2015.
- ANDRIOLI, Luiz Reynaldo Andrioli. **Luiz Reynaldo Andrioli: a história de vida**. 1. Ed. Gramado: Editora letras em cores, 2007.
- ASSMANN, Beatriz Edelweis Steiner. **Feliz: ontem e hoje**. 3. ed. Porto Alegre: Corag, 2009.
- BARROS, Eliane Cruxên *et al.* **RS: Imigração e colonização**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1992.
- BOSI, Ecléa. **Memórias e sociedade: lembrança de velhos**. 12. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BURKE, Peter. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008 (Coleção Sociologia).
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 3. ed. Algés: Memória e Sociedade, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.
- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999a.

- DEL PRIORE, Mary. **A família no Brasil colonial**. São Paulo: Moderna, 1999b.
- DREHER, Martin Nordberto. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 1984.
- DREHER, Martin Nordberto. **190 de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. 3. Ed. São Leopoldo: Oikos, 2008a.
- DREHER, Martin Nordberto. **Breve História do Ensino Privado Gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008b.
- DREHER, Martin Nordberto. Uma escola luterana nas décadas de 1920 e 1930 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, 2013.
- DREHER, Martin Nordberto. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul**. 3. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- ENGLERT, Rodolfo. País de Imigrantes. In: DUARTE, José Bacchieri (Ed.) **Sesquicentenário da Imigração Alemã**. Porto Alegre: Editora Edel, 1975.
- ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**. Pelotas, v. 4, n. 8, p. 141-174, set. 2000.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul**. Pelotas: Editora UFPEL, 2002.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Processos de Escolarização no Brasil: algumas considerações e perspectivas de pesquisa. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, Memória e História: possibilidades, leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 521-544.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1989.
- FLACH, José Carlos. O Estado Novo e a Nacionalização: **Assimilação e permanência da colônia alemã**. 2010. Monografia (Licenciatura em História) – Feevale. Novo Hamburgo, 2010a.
- FLACH, José Carlos. **O Estado Novo e a Nacionalização: assimilação e permanência da colônia alemã**. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em História, Comunicação e Memória) – Feevale. Novo Hamburgo, 2010b.
- FONSECA, Maria Angela Peter da; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. Primórdios de um colégio teuto-brasileiro urbano em pelotas no final do século 19. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 125-

152, maio/ago. 2012. Disponível em:
<<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/26198>>. Acesso em: 01 set. 2018.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. Cultura Material e Patrimônio Científico: discussões atuais. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio. **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. Rio de Janeiro: Mast, 2009.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

GERTZ, René. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIACOMONI, Cristian. **A Educação Física no ensino primário**: memórias de professoras e alunos da Escola Giuseppe Garibaldi – Caxias do Sul/RS (1974-1989). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Org). **Intelectuais Mediadores**: Práticas culturais e ação política. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romanagem no Tempo e Recantos da Memória**: Reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GVIRTZ, Silvina. **El discurso escolar a través de los cuadernos de clase: Argentina 1930-1990**. 1996. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidad Nacional de Buenos Aires. Buenos Aires, 1996. Disponível em: <Link>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Vale Real. **IBGE Cidades**, [S.l., 2018?]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vale-real>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-45, 2001.

KELLER, Wilmar. De onde vieram?. In: DUARTE, José Bacchieri (Ed.) **Sesquicentenário da Imigração Alemã**. Porto Alegre: EdiTora Edel, 1975.

KERBER, Alessandro; SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber Cristiano. Memória das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo RS. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 139-170, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/download/38790/20319>>. Acesso em: 09 set. 2018.

KLAUCK, Samuel. O papel da revista St. Paulus-Blatt no estímulo político dos teuto-brasileiros católicos no Rio Grande do Sul (1912-1934). In: FERNANDES, Evandro, NEUMANN, Rosane Maria, WEBER, Roswithia. **Imigração diálogos e novas abordagens**. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2012, p.166-173.

KLEIN, Renato. Histórias do Vale do Caí, 28 de junho de 2014. Disponível em: <<http://historiasvalecai.blogspot.com/2014/06/4182-mapa-de-vale-real-nas-primeiras.html>>. Acesso em: 15 de março de 2019.

KREUTZ, Lúcio. **Professor paroquial**: magistério e imigração alemã. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

KREUTZ, Lúcio. **Material didático e currículo na escola teuto-brasileira do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 1994a.

KREUTZ, Lúcio. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Org.). **Os Alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994b.

KREUTZ, Lúcio. Muito empenho pelas escolas. In: FISCHER, Luís A. et al. (Coords.). **Nós Teuto-gaúchos**. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

KREUTZ, Lúcio. Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In: SOCIEDADE Brasileira de História da Educação (Org.). **Educação no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2001, p. 119-144.

KREUTZ, Lúcio. O professor paroquial católico teuto-brasileiro: função religiosa, sociocultural e política. In: FIORI, N. A. (Org.). **Etnia e educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003a.

KREUTZ, Lúcio. Diferenças étnicas e educação intercultural: a partir de que entendimento de etnicidade?. In: **Série-Estudos** – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, Campo Grande: UCDB, n. 15, junho, 2003b.

KREUTZ, Lúcio. A Nacionalização do Ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n. 13, p. 65-89, 2005.

KREUTZ, Lúcio. Periódicos na literatura educacional dos imigrantes alemães no RS (1900-1939). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED n. 30, 2007, Caxambu.

Anais... Caxambu: ANPED, 2007. p. 01-

13. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT02-3019--Int.pdf>>

Acesso em: 01 ago. 2018.

KREUTZ, Lúcio. Educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira ; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 347-370.

KREUTZ, Lúcio. Escolas Étnicas na História da Educação Brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014a, p. 150-165.

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. In: LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. 1. ed. Caxias do Sul: Educus, 2014b, p.35-56.

KREUTZ, Lúcio; KUIAVA, Everaldo Antônio; NODARI, Paulo Cesar. 2011. Representação do magistério sob o movimento da restauração católica e seu reflexo nas escolas da imigração alemã no RS. **História**, v.5, n.1, p. 91-99, São Leopoldo: Unisinos, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4013/htu.2011.151.10>> . Acesso em: 20 de novembro de 2018.

KREUTZ, Lúcio; LUCHESE, Terciane Ângela. Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 227-258, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28920>>. Acesso em: 15 out. 2018.

KREUTZ, Lucio; LUCHESE, Terciane Ângela. Grupos étnicos, pluralidade cultural e políticas públicas na história da educação no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 11, n. 1 p. 179-206, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38511/20042>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização: Os alemães no Rio Grande do Sul. In. DACANAL, José Hildebrando (Org). **RS: Imigração e colonização**. 2. Ed. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1992. p. 9-46.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu.

Anais... Caxambu: ANPED, 2007a. p. 01-

13. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-1138-intok.pdf>> Acesso em: 01 jul. 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930**: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. 2007. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2007b.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **História da Educação**, Santa Maria, v. 15, n. 43, set. 2014a. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S2236-34592014000200009>>. Acesso em: 03 set. 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela. O processo escolar entre imigrantes italianos e seus descendentes no Brasil: História de sua organização. In: LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. 1. ed. Caxias do Sul: Educs, 2014b, p.27-34.

LUCHESE, Terciane Ângela. Da Itália ao Brasil: Índícios da produção e circulação de livros e leitura (1875-1945). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 21 n. 51, p. 123-142, jan./abr. 2017.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v21n51/2236-3459-heduc-21-51-00123.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela, FERNANDES, Cassiane Curtarelli, BELUSSO, Gisele (Org.). **Instituições, Histórias e Culturas Escolares**. 1. Ed. Caxias do Sul: Educs, 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Educação e etnia: as efêmeras escolas étnico-comunitárias italianas pelo olhar dos cônsules e agentes consulares. **História da Educação**, Pelotas, v. 14, n. 30 p. 227-258, jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

LUCHESE, Terciane Ângela; RECH, Gelson Leonardo. **Escolas Italianas no Rio Grande do Sul**: Pesquisas e documentos. Caxias do Sul: Educs, 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A construção de um objeto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto: a investigação em história das instituições educativas. **Educação UNISINOS**. São Leopoldo, v. 2, n. 11, p. 69-74, mai./ago. 2007.

MALIKOSKI, Adriano. **Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, (1875-1939)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2014.

MALIKOSKI, Adriano; KREUTZ, Lucio. Escolas étnicas Polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 317-331, jan./abr. 2017. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v21n51/2236-3459-heduc-21-51-00317.pdf>>.

Acesso em: 01 set. 2018.

MALIKOSKI, Adriano; LUCHESE, Terciane Ângela. O processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875-1939). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 17, n. 3, p. 85-105, jul./set. 2017.

Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38434>>.

Acesso em: 15 ago. 2018.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos**. Maringá, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012.

MAPAS Rio Grande do Sul. In: GOOGLE IMAGENS. Mountain View: Google, 2018.

Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=mapas+rio+grande+do+sul&rlz=1C1AVSK_pt BRBR713BR714&oq=mapas+rio+grande+d&aqs=chrome.1.69i57j0l5.8483j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 25 maio 2018.

MASSON, Alceu. **Monografia Cay**. 1. ed. São Sebastião do Caí: Editora Livraria Caiense, 1940.

MELLO, Angélica Maria Ruiz, A campanha de nacionalização e os teuto-brasileiros. In DREHER, Martin N., RAMBO, Arthur Blásio, TRAMONTINI, Marcos Justo (org). **Imigração e Imprensa**. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2006.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAÚJO, José Carlos Souza (Org). **Reformas Educacionais: As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 a 1946)**. Uberlândia: Edufu, 2011.

MOSER, Geraldo. De onde vieram? In: DUARTE, José Bacchieri (Ed.) **Sesquicentenário da Imigração Alemã**. Porto Alegre: EdiTora Edel Ltda, 1975.

MÜLLER, Telmo Lauro, **Colônia Alemã: Imagens do passado**. 1. ed. Porto Alegre: EST, 1981.

MÜLLER, Telmo Lauro, **Nacionalização e imigração alemã**. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A Primeira Escola de professores dos Campos Gerais-PR**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2004.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. O império e as primeiras tentativas de Organização da educação nacional (1822-1889). **HISTEDBR**, Campinas, 2006.

Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>.

Acesso em: 20 jul. 2018.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História Oral**, v.3, 2000, p. 109-116.

NÓVOA, Antonio. Carta a um jovem investigador em Educação. **Investigar em Educação**, Porto, v. 1, n. 3, p. 13-22, 2015.

OTTO, Clarícia. Do professor paroquial às professoras catequistas: notas para a história da educação em Santa Catarina. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 16, n. 3, p. 403-412, set./dez. 2012.

PATARRA, Neide; FERNANDES, Duval Brasil: país de imigração? **Revista Internacional em Língua Portuguesa**. Migrações III, Série n. 24 , 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RAABER, Fabrícia. **Um Ferreiro em Vale Real**. 2007. Monografia (Licenciatura em História) - Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2007.

RABUSKE, Arthur Pe. A igreja católica e a colonização teuto-brasileira: o caso do Rio Grande do Sul. In: FIORI, Neide Almeida (Org.). **Etnia e educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Editora da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.

RAMBO, Arthur Blásio. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira Católica**. 1 ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

RENK, Valquiria Elita (Org.). **Imigração, Educação e Escolas étnicas no Paraná**. 1. Ed. Curitiba: Pucpress, 2016.

ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Vol. 2. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RUSCHEL, Dulce Maria Simon. **Alto Feliz e os ecos de sua história**. 1. ed. Bom Princípio: Primeira Hora, 2017.

SANTANA, Nara Maria Carlos de. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. **Dimensões**, vol. 25, p. 235-248, 2010.

SANTOS, Ademir Valdir. dos; FERREIRA, Naura Syria Carapeto. A inspeção e a nacionalização no Estado Novo: políticas e práticas pedagógicas nas escolas primárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2008, Sorocaba.

Anais... Sorocaba: SBHE, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/con>

gressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Ademir%20Valdir%20dos%20Santos%20e%20Naura%20Syria%20Carapeto%20Ferreira%20-%20T.pdf cbhe4/individuais-coautorais>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SANTOS, Luiz Pereira. **Catequese ontem e Hoje**. 1. ed. Caxias do Sul: EST/UCS, 1941.

SCHNEIDER, Diéle de Souza; OLIVEIRA, Moacir Almeida. Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: o “luteranismo comunitário”. In. FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia, WEBER, Roswithia (Org.) **Imigração: diálogos e novas abordagens**. 1.ed. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SCHUMM, Gabriele. As regulamentações do Estado Novo e seus efeitos de sentido. *Discursividade (Web Revista)*, Janeiro/2012 - Maio/2012. Disponível em: <www.discursividade.cepad.net.br>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930- 1942**: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, B. (Org.). **Fazer a América**. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, N. A. (Org.). **Etnia e educação**: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres. Florianópolis: Ed. da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.

SOUZA, José Edimar de. **Memória de professores**: Histórias de Ensono em Novo Hamburgo /RS (1940-2009). 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SOUZA, José Edimar. **Trajetórias de professores de classes multisseriadas**: Memórias do ensino rural em Novo Hamburgo/RS (1940-2009). 2011. 346f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2011.

SOUZA, José Edimar; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. Memória de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburgo, RS (1931-1942). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 61, p. 383-407, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n61/1413-2478-rbedu-20-61-0383.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

SPIES, Isabel. **O processo escolar no município de Tunápolis, SC, 1954-1974**: Escola pública com características de escola comunitária? 2011. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2011.

SPOHR, Inácio. **História das casas: Um resgate histórico dos jesuítas no sul do Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: Asav, 2015.

STRIEDER, Dulce Maria. **Aspectos da formação e atuação docente nas escolas paroquiais teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul**. *Revista HISTEDBR* (Online), Campinas, n.32, p.113-135, dez. 2008. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art08_32.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

TAMBARA, Elomar. Educação e Positivismo no Brasil. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 166-178.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Ibrasa, 1986.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 233-245.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A Organização social dos imigrantes – A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000.

TRAMONTINI, Marcos Justo; ENGSTER, Maria Isabel Cristina. A Imigração alemã na historiografia rio-grandense: Pellanda, Porto e Truda. In: DREHER, Martin Nordberto; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org.) **Imigração & Imprensa**. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2004.

VALE REAL. Prefeitura Municipal. **Galeria de Fotos**. Vale Real, [2018?]. Disponível em: <<https://www.valereal.rs.gov.br/portal/0/galeria-de-fotos/3/Vale-Real->>>. Acesso em: 20 out. 2018.

VASCONCELOS, Tânia Mara Pereira. **Educar, Catequizar e Civilizar a Infância: A Escola Paroquial em uma comunidade do Sertão da Bahia (1941-1957)**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.

VIANA, Iêda; CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Cultura escolar: saberes, práticas e processos comunicacionais no cotidiano escolar. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 41, p. 43-60, Curitiba, jan. - jun. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/mariane.mello/Downloads/1142-Texto%20do%20artigo-2427-1-10-20180705.pdf>>. Acesso em: 17 de agosto de 2019.

VIDAL, Diana Gonçalves. Culturas Escolares: **Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária** (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005a. (Coleção Memória da Educação).

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.) **A Cultura Escolar em Debate**. Campinas: Autores Associados, 2005b, p. 3-30.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa. **Historia de la Educación**. Salamanca, v. 25, p. 131-152, 2006a.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os Grupos Escolares em foco. In: VIDAL, Diana (Org.) **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006b, p. 7-20.

VIDAL, Diana Gonçalves. Mapas de frequência a escolas de primeiras letras fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 8, n. 2, p. 41-67, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38576/20107>>. Acesso em: 20 out. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares como objeto de pesquisa em História da Educação. In: YAZBECK, Dalva Carolina; ROCHA, Marlos Bessa Mendes da (Orgs.). **Cultura e História da Educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009a, p. 103-114.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009b.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. *El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico*. **Contemporaneidade e educação** (Temas de história da educação), Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura da Educação, ano 5, n. 7, p. 93-110.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1980.

WOLF, Juçara Nair. Festa do Kerb: Espaços de Sociabilidade, Conflitos e Resistências. **Cadernos do CEON**, v. 13, n. 11, 1999.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de pesquisa: Perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 287-309.

ZANATTA, Fernanda Rodrigues. **Diversidade cultural e políticas públicas educacionais**: a proposta de Barão RS de 1930 a 1960. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2011.

Fontes documentais

KUHN, Madalena. **História do Vale Real** (Manuscrito), 272 páginas (2010).

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Me chamo Mariane Fruet de Mello e sou acadêmica do Mestrado em Educação da Universidade de Caxias do Sul, e gostaria de convidá-lo para responder algumas perguntas por meio de uma entrevista para minha pesquisa. Estou desenvolvendo minha pesquisa para a dissertação com o título “Memórias de escolarização em Kronenthal-RS, na perspectiva da escola étnica paroquial (1933-1965)”, sob a orientação da professora Dr^a. Eliana Relá. A pesquisa tem como objetivos analisar as memórias de escolarização em Kronenthal-RS (Vale Real RS), por meio de documentos e entrevistas atinentes a uma Escola étnica paroquial católica, estabelecendo relações com o contexto histórico e os distintos grupos sociais que ali se fixaram. A pesquisa se justifica por não ter sido localizados pesquisas ou estudos aprofundados sobre a história da educação neste município. Portanto, será uma forma de contar um pouco dessa história ainda desconhecida para muitas pessoas, dando voz e protagonismo aos ex-alunos que estudaram na Escola Paroquial. E como benefício, a pesquisa servirá de fonte documental para pesquisas futuras valorizando processo histórico educativo do município.

Após apresentar-me, fazer o convite para a participação da minha pesquisa, esclarecer o tema, os objetivos e a justificativa da pesquisa, informo que o tempo para a entrevista será entre 30 a 60 minutos. Conforme Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, sobre Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, sua participação nesta pesquisa pode envolver riscos mínimos, como cansaço ou constrangimento no decorrer da entrevista a ser realizada. Dessa forma, eventuais situações que possam gerar desconforto podem fazê-lo desistir de seu envolvimento nesta pesquisa, ou cancelar o uso das informações obtidas. Assim, a qualquer momento é seu direito e tem total liberdade para deixar de responder toda a pesquisa ou algumas das perguntas, ou retirar seu consentimento em participar da pesquisa em qualquer fase, sem nenhum prejuízo, bastando me informar sobre sua vontade.

Todos os dados coletados (depoimento, fotografias, objetos de cultura material escolar etc.) serão utilizados com finalidade de pesquisa, respeitando todos os preceitos éticos, garantindo a manutenção do sigilo e da sua privacidade, bem como o acesso aos resultados da pesquisa. Os dados coletados somente serão utilizados para fins desta pesquisa, e serão veiculados apenas por meio de artigos científicos em revistas especializadas, encontros científicos e congressos.

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas (CEP), e este órgão analisa e avalia projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, assim tem como finalidade garantir que as pesquisas atendam aos fundamentos éticos, científicos e ao cumprimento das resoluções do Conselho Nacional de Ética em Pesquisas (CONEP). Assim, o CEP da Universidade de Caxias do Sul – UCS está localizado na Rua Francisco Getúlio Vargas, nº 926, Bloco M, Sala 306, campus sede da UCS, Caxias do Sul, RS, CEP 95070-560. Atende pelo telefone: 3218-2829, no horário das 8h às 11h30 e das 13h30 até 18h, pelo e-mail: cep-ucs@ucs.br.

Por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Mariane Fruet de Mello fica autorizada a utilizar, divulgar e publicar para fins culturais o depoimento integral ou em parte, editado ou não, bem como permitir a terceiros o acesso para fins idênticos, com a ressalva de sua integridade e citação de fonte e autoria. O entrevistado(a) poderá a qualquer momento obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados, bem como retirar seu consentimento ou dirimir dúvidas por meio do telefone (051) 999335878 ou pelo e-mail: mfmello@ucs.br (Mariane), bem como pelo e-mail erela@ucs.edu.br (Eliana Rela), responsáveis pela pesquisa.

Eu _____ autorizo a utilização do conteúdo de caráter histórico e documental da minha entrevista por meio de minhas falas, e também autorizo a utilização de minha imagem para esta pesquisa.

Assinatura do entrevistado

Mariane Fruet de Mello
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade de
Caxias do Sul

APÊNDICE B – ENTREVISTA PILOTO REALIZADA COM O SENHOR JOSÉ FINCKLER

ENTREVISTA COM SR. JOSÉ FINCKLER

Nascido em 1923 em Vale Real

RG: 3011059643

1. Sr. José, gostaria que o senhor me narrasse um pouco sobre como foi a sua infância:

Eu nasci em 1923, comecei a frequentar a escola com sete anos de idade, o meu pai era o professor e dava aula na língua alemã, então a partir daí dos sete anos eu fiquei lá estudando cinco anos na escola primária falada alemão. Havia duas escolas lá, uma particular que era alemã que era a do meu pai, e a outra era uma escola em português que era municipal, mas acontece que meus pai tinha oitenta alunos e a escola municipal tinha trinta, todo mundo dava preferência pela escola particular por causa do padre que estava metido no meio, né. O padre fazia propaganda para a escola particular.

2. Como era este lugar onde o senhor morava?

O Vale Real pertencia a São Sebastião do Caí, era uma comunidade muito pequena, mas de gente muito boa, era grande o Vale Real, em extensão ia do Arroio Feliz até Nova Palmira, tinha umas 80 a 90 famílias residindo lá.

3. E qual era o nome dessa localidade nessa época?

Kronenthal

4. E o que quer dizer Kronenthal?

Kronenthal quer dizer que é uma terra situada entre morros, porque o Vale Real-RS realmente está rodeado de morros, ele fica numa baixada, toda terra né, pode ver quando chega no Vale Real entra no Arroio Feliz e começa já ai vai para Alto Feliz-RS, Morro Paris a vai no Morro Gaúcho e o outro lado é Linha Nova, tudo é alto né e o Vale Real fica implantado no meio.

5. E onde se fixaram os primeiros imigrantes que vieram? O senhor sabe me contar um pouquinho sobre onde chegaram os alemães que se fixaram em Vale Real?

Olha, sobre os primeiros imigrantes eu sei muito pouco, porque era muito antes do meu tempo né? Nós falávamos, mas eu sei que os primeiros habitantes que vieram, vieram por Picada, eles vieram com barco até São Leopoldo, até o Rio dos Sinos, lá desembarcaram e começaram a entrar Rio Grande a dentro era mato, mato e mato, então abriram picadas para passagem. Então o encontro principal onde eles fixaram residência temporária era na Feliz-RS e de lá eles se expandiram para outras localidades né, assim surgiu também o Vale Real né.

6. Então, como era essa época que o senhor começou a ir na escola, como era a escola, quem era o professor?

O meu pai era o professor, o meu pai era Felipe Fincker, mas ele morreu cedo, ele morreu com 58 anos de idade, deu um câncer nele e ele morreu, depois vieram outros professores que eu me lembro alguns nomes ainda Antônio Anchau, veio o Fridolino Andrioli, Otavio Gregory, todos eles estão no cemitério.

7. E seu pai tinha uma preocupação com seu estudo e com o estudo dos seus irmãos?

Sim, meu pai lá, além de professor, ele era aquele que fazia tudo no Vale Real, ele atendia a igreja, ele fazia tinha o coral, festividades públicas, tudo era quando faltava alguma coisa: falem com o professor, porque o professor faz, tudo era meu pai que tinha que fazer, por isso ele era bem quisto na comunidade.

8. E naquela época o que era ensinado para os alunos, quais eram as matérias?

Olha o que era ensinado principalmente era fazer a matemática as quatro operações fundamentais era o começo, era o principal e iniciação a leitura, a alfabetizar, fazer o aluno ler e escrever e ensinar as quatro operações, até uma coisa que ninguém mais conhece, naquela época tempo da escola, havia um aparelho chamado ábaco, era uma armação onde tinha 100 bolinhas dentro, então com essas bolinhas tinha 10 filas que a gente podia correr tanto pra lá para fazer a soma, subtração, multiplicação e tudo se fazia lá, funcionava bem.

9. O Sr. Felipe Finckler, foi ele o fundador da escola particular no Vale Real?

Eu não posso dizer se era o meu pai, ela já existia quando eu ia na escola, mas eu acho que já tinha escola provavelmente antes, mas eu não posso garantir isso, eu quero ser franco né.

10. Então, o senhor havia comentado antes que, nessa escola, havia 80 alunos?

O meu pai tinha de 80 a 100 alunos, na época era o seguinte também, havia as duas escolas, a municipal com poucos alunos, e o meu pai com a escola particular então na época se fazia em vez de fazer a primeira comunhão se fazia comunhão solene, a comunhão solene era feita da seguinte maneira, o aluno que estava há quatro ano na escola particular do papai, ele era admitido a comunhão solene prontamente quem não estava 4 anos na escola particular tinha que ter 3 anos de escola particular e 2 anos de escola municipal, aí ele era admitido para a comunhão solene também porque os padres mandavam naquela época.

11. E como eram as provas, as avaliações naquele tempo? Era feito no final do ano? Como que era?

Olha, em si não havia provas elaboradas como hoje em dia, o professor fazia, botava umas perguntas no quadro, e o aluno tinha que responder, e conforme as respostas que ele dava ganhava uma nota mas não era uma prova elaborada na época.

12. E onde o senhor estudava, era uma casinha ou um prédio, era próximo da igreja?

A escola ficava do lado da igreja, hoje no Vale Real no Centro Cultural tem uma miniatura da escola, tá lá, foi uma lembrança que eles deixaram.

13. E como o professor explicava as aulas?

Ele explicava da maneira mais simples possível, porque meu pai era o único da comunidade que tinha um pouco de estudo, mas ele não era formado, ele só tinha condições de dar aulas em alemão.

14. E essas aulas em língua alemã se estenderam por muito tempo? Ou logo começaram as aulas em português?

Não, não, elas duraram bastante tempo, elas terminaram na época da guerra, na 1ª guerra mundial ela começou a ser perseguida pelo governo, aí o governo começou a insistir que as escolas particulares em alemão terminassem e fossem introduzidas a escola em português, e então ali pelos anos de 1930 terminavam as aulas em alemão, aí não tinha mais. Na segunda guerra mundial ainda tinham escolas que estavam dando aula junto com português, as crianças não entendiam o professor, então o professor tinha que falar em alemão para eles entender o que ele estava falando em português.

15. E que tipo de materiais o professor utilizava para dar a aula?

Que eu me lembre, porque faz muito tempo, eu era muito novo, plano de aula não se fazia, que eu saiba não, o meu pai usava o livro que a noite ele dava uma leitura em casa pra ver a lição que ele passava no dia seguinte para os alunos, e depois tinha 4 classes diferentes que ele tinha que atender, 1º, 2º, 3º e 4º ano, então enquanto ele trabalhava com alguma série ele tinha que ocupar outra com outras atividades, então uma turma fazia leitura, outra fazia continhas, que ele botava no quadro, e tinha que misturar as matérias.

16. E existia algum aluno que era ajudante do seu pai?

Não, tinha alunos que se destacavam, quando a coisa era importante a fazer ele escolhia os alunos que tinham mais competência, mas ajudar mesmo diretamente não.

17. E o senhor que tipo de material utilizava?

Uma lousa de pedra, mas a gente escrevia com um lápis que eu não sei como se chama em português, um lápis que se gastava, era de pedra como o da lousa.

18. E o nome da lousa, qual era?

Era um quadro com moldura, e a gente escrevia em cima com o grifel, e quando terminava a lição apagava com um paninho muitos alunos até com cuspe limpavam. Isso foi nos primeiros tempos quando fui na aula, depois foi introduzido o caderno, o caderno para escrever com lápis e com caneta, a caneta era um tinteiro que a gente colocava a caneta dentro e era escrito com a caneta. E o caderno só servia para aprender a fazer caligrafia, só para isso.

19. E mais ou menos com que idade o senhor tinha quando começou a usar a caneta com tinteiro?

Sim, eu tinha mais ou menos 9 anos

20. E se algum aluno desrespeitasse o professor era aplicado algum castigo?

Sim, era castigado a vara, uma vara de marmelo sempre estava na mesa do professor.

21) E o castigo do menino era diferente do da menina?

Era diferente, mas não muito assim, o principal castigo era o aluno se ajoelhar, ou tinha que se parar na parede, ficar parado na parede, e quando era demais a vara comia. Em algumas escolas a ajoelhada era braba, eles botavam grãos de milho e o aluno tinha que ajoelhar em cima do grão de milho e isso dói. E foi o começo da minha vida escolar.

21. Mas o senhor não era desobediente, não é?

Não, não, eu tinha medo do meu pai, eu tinha que me comportar bem né.

22. Houve algum momento da sua vida que deixou de ir para a escola porque tinha que trabalhar?

Não, naquela época não se respeitava o trabalho da criança, hoje em dia é até proibido de trabalhar, naquela época o aluno ia na escola de manhã e à tarde na roça, capinava, ajudava o pai e a família na roça, trabalhava que nem um adulto na roça.

23. Mas o senhor nunca deixou de ir na escola?

Não, nunca deixei, fui lá na escola até 12 anos, fiquei um ano em casa, trabalhando junto com a família, que o meu pai faleceu e eu tinha que ajudar a minha mãe e depois eu fui para o colégio em Canoas, estudei no Instituto São João Batista de La Salle, lá eu fiquei por três anos. Mas tinha que ir pra lá e prometer que ia ficar irmão. A maioria prometeu, mas chegava a hora de ir embora ..., ai quando chegava a hora de botar a batina, nós se mandava, e eu era um.

24. O senhor tinha irmãos que lhe acompanharam na escola?

Sim. Tem um dos meus irmãos mais velhos que substituiu meu pai quando ele faleceu, substituiu durante um ano. Meu irmão tinha um pouco de estudo, porque ele estudou na escola de Hamburgo Velho, e lá tinha escola de professores particulares, ele ensinava principalmente serviço de dirigir coral.

25. E qual era o nome desse seu irmão?

Egídio Finckler, depois ele ficou professor no Pareci Novo, por trinta anos, hoje ele é falecido.

26. Então o senhor havia me comentado que havia outra escola além da escola particular do seu pai, me conta um pouquinho sobre esta outra escola, que na época pertencia a São Sebastião do Caí.

A escola municipal era dirigida por uma professora.

Sim, toda aquela área pertencia a São Sebastião do Caí, depois quando a Feliz se emancipou, Vale Real participou da emancipação e mais tarde o Vale Real

27. E o senhor lembra do nome dessa professora que dirigia essa escola municipal de Vale Real?

Lembro, era a Isabela Petry, era uma família de professoras lá, o grupo escolar do Vale Real tem o nome do pai dela: Bernardo Petry, então as filhas dele todas eram professoras, a mais velha era a Elda, professora em Santos Reis, depois tinha uma tal de chamada Irma, professora em Santa Lucia do Piauí, depois tinha a Marta, professora no Vale Real, que depois acabou sendo minha professora. Eu também ia na escola lá. Também tinha a Isabela, também era minha professora, e a última era a Zita, professora no Alto Feliz-RS.

28. E essa escola também ensinava em alemão?

Não, essa escola ensinava em português, mas a professora também tinha que dar explicação em alemão, porque a maioria dos alunos não entendiam o que ela falava, aí ela fazia a tradução, mas estas aulas eram em português.

29. Existiam somente estas duas escolas no Vale Real?

Sim, quando a escola particular terminou, a escola municipal continuou mais uns dois anos, e depois foi fundado o grupo escolar de Vale Real, hoje tem mais de 300 alunos e se chama Grupo escolar Bernardo Petry.

30. Quais lembranças o senhor traz dessa época em que o senhor estudava na escola do seu pai? São lembranças boas?

Olha a escola do meu pai alemã eu gostava de ir lá, no meio dia que eu ia na escola eu não precisava ir na roça, era mais fácil ir na escola estudar do que trabalhar com a inchada, e depois a gente era orgulhoso quando sabia ler e escreve, era um orgulho, porque a maioria da população era analfabeta. Porque naquela época nem dá para comparar como é hoje em dia.

31. E o senhor saberia informar se existe um colega do senhor que ainda vive?

Se tem um colega meu ainda vivo eu não sei dizer porque quando eu quero visitar um amigo pelos os que eu conheci bem, eu tenho que ir no cemitério, pode ser que ainda tenha algum vivo, impossível que todos morreram, mas com 94 anos eu sei que se alguém vive são poucos.

32. Era fundamental estudar, ou era fundamental trabalhar?

Não, o fundamental era que o aluno saia da escola alfabetizado e que ele saiba fazer as continhas matemática para enfrentar a vida. Porque o colono produzia e tinha que fazer as contas para ver quanto rendia o produto do trabalho, o principal era as 4 operações, nada mais. A escola na época não era por série era por ano e o ensino primário ia até a 5º ano, quem completava o 5º ano primário ele recebia um certificado, um diploma, ele então concluía o ensino primário. E depois para passar para o segundo grau ele tinha que fazer um exame de admissão para ser admitido no ginásio, o ginásio era três anos.

33. Essa escola que o senhor frequentou era da Paróquia?

Aquela do meu pai era paroquial, mas eu também eu frequentava as duas, a do meu pai que era de tarde e a escola municipal era de manhã, dois anos eu frequentei as duas.

34. E todas as crianças iam às aulas, ou nem todas tinham a oportunidade de frequentar as aulas?

Sim, as crianças frequentavam, só que nem havia chamada, os alunos vinham na escola, o professor dava aula mas não fez a chamada não se sabe qual o aluno que faltou, quantas vezes por mês ou por ano, isso não era marcado, na época.

35. E o senhor se lembra de alguns sobrenomes dos seus colegas na época?

A lembro, lembro, naquela época sem mentir no Vale Real havia umas 80 a 90 famílias, eu sabia o nome de todos eles, o Vale Real-RS começava no Arroio Feliz e terminava no Arroio do Ouro, mesmo lá o último morador eu sabia casa por casa, nome por nome.

36. E o senhor se lembra de alguma família algum sobrenome?

A começar do Arroio Feliz, Rauber, Petry, Fencate, Müller, Mielke, Krindgs, Ruschel, Freiburger, Barth, Sarth, Simon, Buchmann, eu saberia todos.

37. E seu pai, além de professor, tinha outra atividade?

Meu pai além de professor ele era agricultor, também trabalhava meio turno na roça, porque o pai tinha uma família numerosa, meu pai era casado duas vezes no primeiro casamento ele teve 4 filhos e depois ele casou de novo e teve mais 12 três faleceram quando criança pequena e os outros 9 permaneceram.

APÊNDICE C – PAUTA PARA AS ENTREVISTAS

NOME:

Nascido (a) em que data e em que local:

RG:

- 1) Gostaria que o (a) senhor (a) me narrasse um pouco sobre como foi a sua infância: (pais, irmãos, avós)
- 2) Que tipo de brincadeiras vocês gostavam de fazer?
- 3) Como era o lugar onde o senhor (a) morava? Qual era o nome?
- 4) Como eram as festividades naquele tempo?
- 5) Existia festa da igreja? Da comunidade?
- 6) E onde se fixaram os primeiros imigrantes que vieram o senhor (a) sabe me contar um pouquinho, onde chegaram os alemães que se fixaram em Vale Real?
- 7) Como era a época que o senhor (a) começou a ir na escola, como era a escola, quem era o professor?
- 8) E naquela época o que era ensinado para os alunos? Como eram as aulas?
- 9) E como eram as provas, as avaliações naquele tempo? Eram feitas no final do ano? Como que era?
- 10) E onde o senhor (a) estudava, era uma casinha ou um prédio, era próximo da igreja? Que local era esse? Ficava próximo de onde?
- 11) As aulas aconteciam em que língua? Em português ou alemão? Ou nas duas línguas?
- 12) E essas aulas em língua alemã se estenderam por muito tempo? Ou logo começaram as aulas em português?
- 13) E que tipo de materiais o professor utilizava para dar a aula?
- 14) Eram livros do professor? (cartilha, diário, livro) Quais?
- 15) E se algum aluno desrespeitasse o professor era aplicado algum castigo? E o castigo dos meninos eram os mesmos para as meninas? Ou tinha diferença?
- 16) Houve algum momento da sua vida que deixou de ir para a escola porque tinha que trabalhar? Ou por outro motivo? Qual? Por quanto tempo?

- 17) Como eram os professores da época que o senhor estudava?
- 18) Era cantado o hino nacional?
- 19) Visitavam outras escolas? Pessoas visitavam a sua escola?
- 20) Faziam apresentação para os pais?
- 21) Como eram as comemorações e as festividades na escola? Quem participava?
- 22) Qual foi sua profissão?

ANEXOS

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Memórias de Escolarização em Kronenthal/RS na perspectiva da escola étnica paroquial (1933-1965)

Pesquisador: MARIANE FRUET DE MELLO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 22009419.0.0000.5341

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.698.999

Apresentação do Projeto:

O projeto "MEMÓRIAS DE ESCOLARIZAÇÃO EM KRONENTHAL/RS NA PERSPECTIVA DA ESCOLA ÉTNICA PAROQUIAL (1933-1965)", de autoria de Mariane Fruet de Mello, trata-se de um projeto de pesquisa para construção da dissertação de mestrado a ser apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Mestrado, sob a orientação da Profa. Dra. Eliana Rela.

No resumo do projeto a autora apresenta que "O tema desta pesquisa concerne as memórias de escolarização na localidade de Kronenthal-RS, atualmente município de Vale Real-RS, na perspectiva de uma Escola Étnica Paroquial (1933-1965). Diante da apresentação da temática, o problema elaborado e os objetivos a percorrer nesta investigação centram-se em responder à seguinte pergunta: como a presença da Escola Étnica Paroquial contribuiu para o desenvolvimento dos processos de escolarização no município de Vale Real-RS? Mais especificamente, será investigada a Escola Étnica Paroquial de Kronenthal-RS. A partir de documentos e entrevistas em torno dessa instituição, serão estabelecidas relações com o contexto histórico e os distintos grupos sociais que ali se erradicaram. Este projeto está estruturado em três partes: na primeira, apresentam-se as considerações iniciais e traz-se uma breve apresentação do trabalho. No capítulo subsequente, abordam-se aspectos teóricos e as metodologias, tratando-se da análise documental, da História Oral e da História Cultural, bem como do conceito de memória. Por fim, realiza-se uma contextualização da educação no período

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS **CEP:** 95.070-560
UF: RS **Município:** CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 **Fax:** (54)3218-2100 **E-mail:** cep-ucs@ucs.br

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



Continuação do Parecer: 3.698.999

em questão e articulam-se abordagens sobre escolas étnicas, além de se descrever o município de Vale Real e seu contexto de escolarização".

Destaca-se que a autora apresenta na introdução do projeto a trajetória de sua construção enquanto pesquisadora, bem como sua proximidade com o tema da pesquisa e suas motivações.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário

Analisar as memórias de escolarização no município de Vale Real-RS, por meio de entrevistas com ex-alunos atinentes a Escola, estabelecendo relações com o contexto histórico e os distintos grupos sociais que ali se fixaram.

Objetivos secundários

I - Identificar e compreender as relações entre a comunidade e a mobilização para a instituição das escolas no município, bem como estabelecer relações com o contexto histórico e político daquele período;

II- Identificar, compreender e estabelecer possíveis relações entre a institucionalização da Escola, sua forma de organização, sua cultura com a escolarização neste município.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em relação aos riscos a pesquisadora destaca que "A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. No entanto, pode haver algum desconforto ou constrangimento da parte do entrevistado ao responder as perguntas da entrevista. O participante terá total liberdade para não responder qualquer pergunta que o faça sentir-se desconfortável. A entrevista apresenta um risco mínimo, semelhante ao que se está sujeito em um dia-a-dia normal. Mas destaco que o entrevistado poderá sentir algum desconforto ou cansaço ao ser entrevistado, o que é natural e, que embora eu vá fazer de tudo que estiver ao meu alcance para primar pelo sigilo nesta pesquisa, estamos lidando com meios informatizados e existe sim um risco de essas informações eventualmente serem vistas por alguém, saliento que irei tomar todos os cuidados para que isso não ocorra".

Em relação aos benefícios, a autora apresenta que "Registro histórico da escolarização na localidade de Kronenthal, atualmente o município de Vale Real/RS".

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS

Bairro: PETROPOLIS

CEP: 95.070-560

UF: RS

Município: CAXIAS DO SUL

Telefone: (54)3218-2829

Fax: (54)3218-2100

E-mail: cep-ucs@ucs.br

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



Continuação do Parecer: 3.698.999

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta de pesquisa apresenta relevância, está adequada aos princípios científicos, apresentando metodologia adequada para responder ao problema de pesquisa descrevendo os procedimentos de coleta e análise dos dados.

Apresenta revisão de literatura aprofundada com fontes pertinentes e atualizadas, incluindo um tópico específico intitulado MAPEANDO/CONHECENDO E ME INSERINDO EM UM CAMPO DE PESQUISA, no qual reúne, nas suas palavras, "trabalhos de pesquisa anteriores ao meu, com o intuito de demonstrar a existência e o conhecimento de um campo teórico sobre processos de escolarização de imigrantes e de escolas étnicas, comunitárias e paroquiais. Com a apresentação da existência de um campo de pesquisa e dos principais trabalhos que dialogam com minha temática, demonstro como me insiro neste campo preexistente e como minha pesquisa contribui para este universo".

A autora do projeto indica que a "[...]proposta da dissertação foi elaborar uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando a metodologia da História Oral, por meio de narrativas de entrevistas, bem como da análise documental a partir de escritos encontrados no âmbito do recorte temporal proposto. Assim, com a História Oral, tencionei elaborar entrevistas com ex-alunos, de forma a responder a questionamentos que remetam à temática e objetivos da pesquisa".

Apresenta proposta de pauta para realização da entrevista semiestruturada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos estão apresentados.

Recomendações:

No TCLE:

Excluir este trecho:

Após apresentar-me, fazer o convite para a participação da minha pesquisa, esclarecer o tema, os objetivos e a justificativa da pesquisa, informo que ...

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS **CEP:** 95.070-560
UF: RS **Município:** CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 **Fax:** (54)3218-2100 **E-mail:** cep-ucs@ucs.br

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS**



Continuação do Parecer: 3.698.999

Trocar a palavra “entrevistado(a)” por “você” na frase:

O entrevistado(a) poderá a qualquer momento obter informações sobre o andamento da pesquisa e/ou seus resultados, bem como retirar seu consentimento ou dirimir dúvidas por meio do telefone

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul aprova o projeto. Emendas devem ser apresentadas em documento postado na opção OUTROS, com o nome Justificativa da Emenda.

É dever do CEP acompanhar o desenvolvimento da pesquisa por meio de relatórios parciais e final. Os relatórios devem contemplar o andamento, alterações no protocolo, cancelamento, encerramento, publicações decorrentes da pesquisa e outras informações pertinentes.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1430855.pdf	11/11/2019 00:41:12		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento.docx	11/11/2019 00:39:37	MARIANE FRUET DE MELLO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	24/09/2019 21:35:38	MARIANE FRUET DE MELLO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.docx	24/09/2019 21:35:16	MARIANE FRUET DE MELLO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS **CEP:** 95.070-560
UF: RS **Município:** CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 **Fax:** (54)3218-2100 **E-mail:** cep-ucs@ucs.br

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



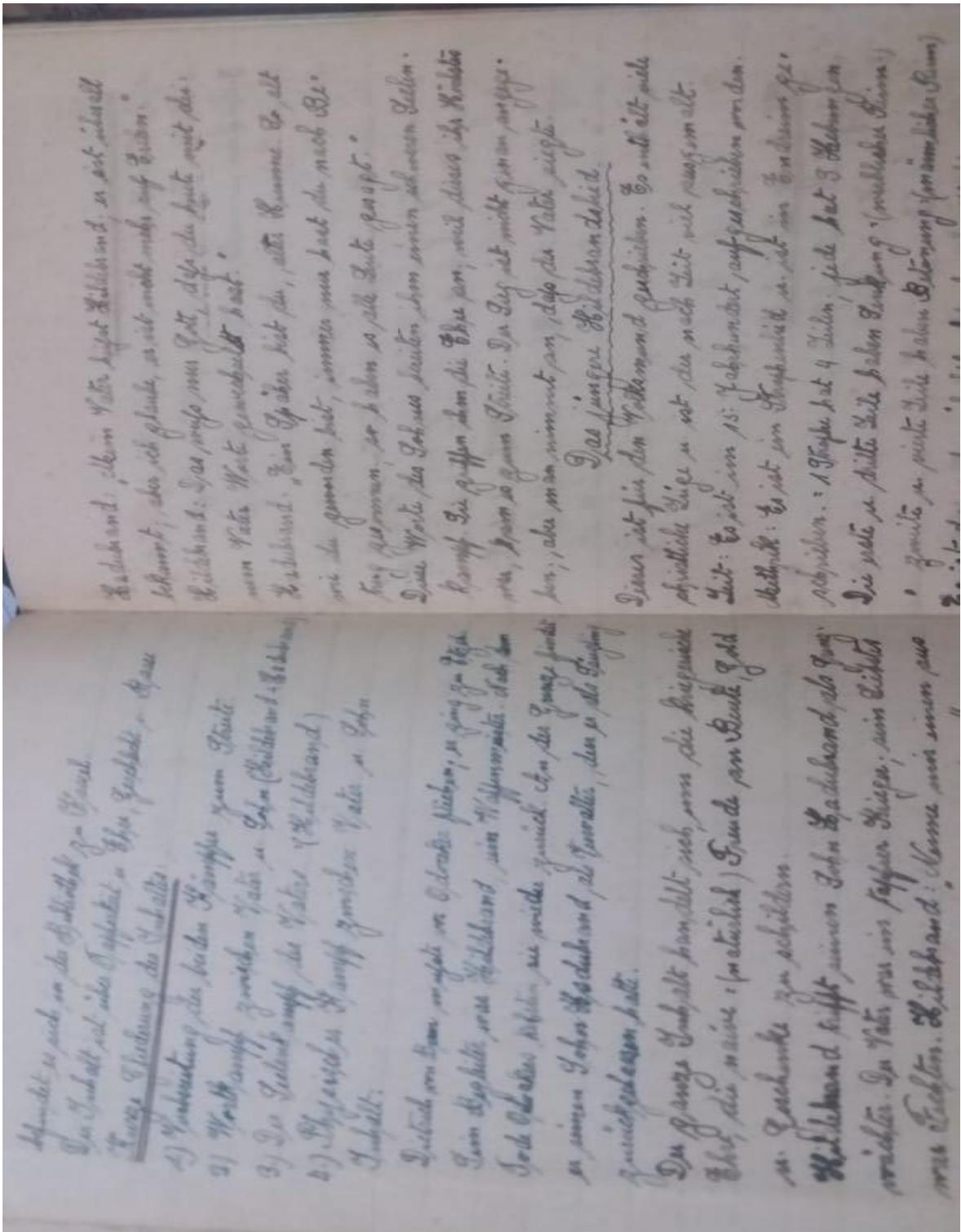
Continuação do Parecer: 3.698.999

CAXIAS DO SUL, 12 de Novembro de 2019

Assinado por:
Maria Helena Wagner Rossi
(Coordenador(a))

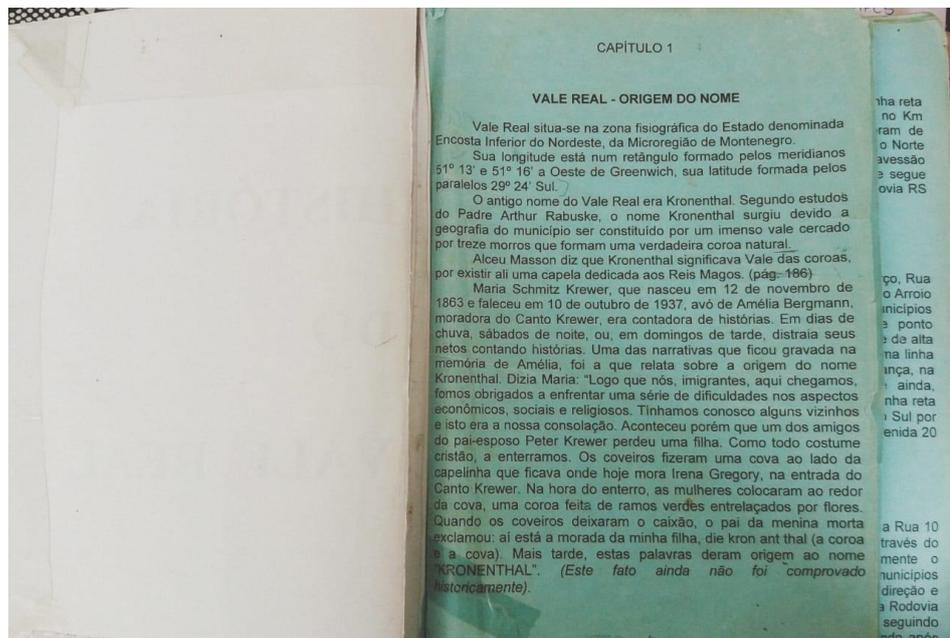
Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS **CEP:** 95.070-560
UF: RS **Município:** CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 **Fax:** (54)3218-2100 **E-mail:** cep-ucs@ucs.br

ANEXO B - DIÁRIO DO PROFESSOR DE GREGORY



Fonte: A autora.

ANEXO C – MANUSCRITO SOBRE VALE REAL



Fonte: A autora.